

O Educador Social na perspetiva dos jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude

O estudo de caso do Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Relatório de Projeto

Rolando Mário Gomes Gaspar

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor Filipe Santos

Leiria, abril 2020

Mestrado em Ciências da Educação

Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

O Educador Social na perspetiva dos jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude

O estudo de caso do Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Relatório de Projeto

Rolando Mário Gomes Gaspar

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor Filipe Santos

Leiria, abril 2020

Mestrado em Ciências da Educação

Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Originalidade e Direitos de Autor

A presente dissertação é original, elaborada unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para a elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionado o Autor e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual a mesma foi realizada, a saber, Curso de Mestrado em Ciências da Educação – Especialidade em Educação e Desenvolvimento Comunitário, no ano letivo 2019/2020, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação destes trabalhos.

Agradecimentos

Aos meus “meninos”, que aceitaram ser entrevistados e dar o seu testemunho para que esta tese pudesse ser uma realidade.

Ao Professor Doutor Filipe Santos, pelo apoio, tolerância e paciência que demonstrou ao longo de todo o processo de orientação.

À Professora Doutora Maria Antónia Barreto, pela persistência e preocupação que demonstrou.

À Rita, companheira de armas, amiga, que me apoiou e confiou em mim, tornando esta investigação possível. Ritinha...Tu sabes...!

À Carla, Rita, Liliana, Rute, e todos os meus amigos que me deram força e incentivaram durante todo este processo.

Aos meus pais, pela preocupação e pelo incentivo, e por tudo o que fizeram por mim.

À minha mulher e ao meu filho Xavier, pelo amor, apoio, e por acreditarem e confiarem em mim, e por abdicarem de tanto tempo em família para que esta tese fosse uma realidade. Não o tinha conseguido sem vocês!

E finalmente, um agradecimento a todos aqueles que, mesmo não mencionados, apoiaram e acreditaram. Bem hajam.

Resumo

Este estudo, conduzido para responder à pergunta **Como é percebido o Educador Social pelas crianças/jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude?** baseou-se em entrevistas de 10 jovens acolhidos no Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria, um Lar de Infância e Juventude sito em Leiria.

A pergunta surgiu da necessidade do investigador, enquanto educador social no mesmo colégio, determinar de que forma a relação mantida com os jovens era considerada positiva e tinha impacto no seu processo de desenvolvimento enquanto pessoa.

A possibilidade de realizar a investigação com jovens que se encontravam acolhidos é relevante pois reflete as percepções dos jovens à data, permitindo refletir e reestruturar a intervenção indo ao encontro daquilo que são as necessidades sentidas atualmente.

A investigação seguiu uma metodologia qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados para explorar a riqueza da temática de uma forma mais livre.

Os dados obtidos, embora não generalizáveis por se tratar de um estudo de caso e de uma amostra de conveniência, remetem para a importância que os jovens dão à relação mantida com o educador, considerando-o como pessoa de significativa que exerce, na ausência dos progenitores, a função de substituto parental.

Palavras-chave: “Educador Social”, “acolhimento residencial”, “substituto parental”.

Abstract

This study, conducted to answer the question **How is the Social Educator perceived by the children / young people sheltered in a youth care home?** was based on interviews with 10 young people hosted at Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria in Leiria, a Youth Care Home located in Leiria.

The question arose from the need for the researcher, as a social educator at the same foster-home, to determine how the relationship maintained with young people was considered positive and had an impact on their development process as a person.

The possibility of carrying out the investigation with young people who were sheltered is relevant, because it reflected the young people's perceptions at that moment, allowing to reflect and restructure the intervention, meeting what are the needs currently felt.

The investigation followed a qualitative methodology, using semi-structured interviews as a data collection technique to explore the richness of the theme in a more free way.

The data obtained, although not generalizable because it is a case study and a convenience sample, refer to the importance that young people give to the relationship maintained with the educator, considering him as a significant person who exercises, in the absence of parents, the role of parental substitute.

Keywords: “Social Educator”, “residential care”, “parental substitute”.

Índice

Originalidade e Direitos de Autor	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Lista de Figuras	ix
Lista de tabelas	xi
Lista de siglas e acrónimos.....	xiii
Introdução	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. O Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal.....	3
1.1. Introdução	3
1.2 Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).....	4
2. O Acolhimento Residencial.....	10
2.1 Situação atual do acolhimento residencial em Portugal	10
3. A Educação e o Educador Social.....	17
3.1 O aparecimento da Educação Social.....	17
3.2 Identidade profissional e papel do Educador Social	19
3.3 O papel do Educador Social em contexto de Casa de Acolhimento Residencial (CAR)	21
3.4 A importância do Educador Social para o Desenvolvimento da Comunidade	30
4. A vinculação e o desenvolvimento.....	32
4.1. Importância da empatia e das relações interpessoais para o sucesso da intervenção em contexto de CAR.....	33
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	36
1. Pergunta de partida e objetivos de investigação.....	36
2. Opções metodológicas	38
2.1 Paradigma de investigação	38

2.2	Tipo de estudo.....	38
2.3	Instrumentos de recolha de dados	39
2.4	Instrumentos de análise de dados	40
2.5	Amostra de investigação – Definição e Procedimentos.....	42
2.6	Considerações éticas.....	43
3.	Apresentação e discussão de resultados	44
3.1.	Caracterização estatística da amostra.....	44
3.2	Objetivo I – Perceber de que forma é definida a profissão de educador Social pelas crianças/Jovens acolhidas	47
3.2.1	Definição de Educador Social	47
3.2.2	Funções/Competências do Educador Social	51
3.2.3	Importância das funções do Educador Social	69
3.3	Objetivo II – Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelo educador social, quais as mais e menos importantes para a criança/jovem acolhida	73
3.3.1	Características pessoais/sociais do educador social	73
3.4	Objetivo III - Compreender como percecionam a relação com o Educador Social 78	
3.4.1	Relação estabelecida com o educador	78
3.5	Objetivo Secundário – Caracterização do educador social “ideal”.....	82
4	Conclusão	85
5	Bibliografia	89
	ANEXOS	95

Lista de Figuras

Figura 1 – Situação global do Acolhimento em Portugal.	11
---	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do número de crianças e jovens em acolhimento caracterizados entre 2009 e 2018 ...	12
Gráfico 2 – Gravidade dos problemas de comportamento das crianças e jovens em acolhimento residencial (N=1.655).....	14
Gráfico 3 – Projeto de vida das crianças e jovens em acolhimento residencial generalista segundo a faixa etária (N=5.561).....	15
Gráfico 4 – Duração do acolhimento residencial generalista das crianças e jovens (N=6.118).....	16
Gráfico 5 – Razões de acolhimento.....	45
Gráfico 6 – Número de reprovações (%).....	45
Gráfico 7 – Situação escolar da amostra (%).....	46

Lista de tabelas

Tabela 1 – Crianças e jovens por tipologia – Análise comparada [2017-2018].....	13
Tabela 2 – Acompanhamento ao nível da saúde mental das crianças e jovens em acolhimento residencial generalista – análise comparada [2017-2017].....	14
Tabela 3 – Apresentação das perguntas da entrevista em função dos objetivos e categorias de análise.....	39
Tabela 4 – Apresentação das Subcategorias de análise em função dos objetivos e categorias de análise.....	41
Tabela 5 – Idade dos entrevistados.....	44
Tabela 6 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Definição de educador social, subcategoria Caracterização do educador social.....	47
Tabela 7 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Definição de educador social, subcategoria Importância do educador social nas CAR.....	49
Tabela 8 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de acompanhamento.....	52
Tabela 9 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função avaliativa.....	54
Tabela 10 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função Auxiliar do EU.....	55
Tabela 11 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função do testemunho da realidade e do pólo identificador.....	56
Tabela 12 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de substituto parental.....	58
Tabela 13– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de modificação do comportamento.....	60
Tabela 14– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de organizador.....	62
Tabela 15– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de mediador.....	64

Tabela 16– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de revelador das inquietações individuais e sociais.....	67
Tabela 17– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Importâncias das funções do educador social, subcategoria Funções de maior importância.....	69
Tabela 18– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Importâncias das funções do educador social, subcategoria Definição das funções do educador.....	71
Tabela 19– Unidades de análise para objetivo II – categoria Características pessoais/sociais do educador social, subcategoria Características mais importantes.....	73
Tabela 20 – Unidades de análise para objetivo II – categoria Características pessoais/sociais do educador social, subcategoria Características menos importantes.....	76
Tabela 21 – Unidades de análise para objetivo III – categoria Relação estabelecida com o educador social, subcategoria Qualidade da relação.....	78
Tabela 22 – Unidades de análise para objetivo III – categoria Relação estabelecida com o educador social, subcategoria Impacto da relação.....	80
Tabela 23 – Unidades de análise para o Objetivo Secundário – categoria Características do educador ideal.....	82

Lista de siglas e acrónimos

AAE	Auxiliar de Ação Educativa
CAR	Casa de Acolhimento Residencial
CARG	Casa de Acolhimento Residencial Generalizado
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
IML	Internato Masculino de Leiria
LIJ	Lar de Infância e Juventude
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
PV	Projeto de Vida

Introdução

Quinze anos de experiência a trabalhar com crianças e jovens em risco, onze dos quais em contexto de acolhimento residencial, permitiram-me refletir acerca da minha prática profissional e centrar a minha intervenção em três princípios orientadores: reflexão, diálogo/ação partilhada e empatia/estabelecimento de relações.

O educador social tem de ter presente que irá influenciar os jovens com quem irá intervir pelo que deve ter a capacidade de refletir acerca da sua prática diária de forma a adequar e rever os métodos que utiliza para obter determinados resultados. Em contexto de acolhimento esta consciência é de extrema importância uma vez que se está a intervir junto de crianças/jovens fragilizadas que, na sua maioria, já sofreu de abandono e/ou perda pelo que é imprescindível a criação de um ambiente securizante em que o adulto sirva como referência para o seu correto desenvolvimento. O educador deve primar pelo exemplo e ser genuíno nas suas intenções, devendo as suas ações espelhar as suas intenções manifestas.

A reflexão permite ao educador fazer um reajuste da sua ação junto das crianças e jovens com quem intervém, adequando-a às necessidades prementes no momento. Este processo deve ser efetuado, não apenas com base num processo de autorreflexão, mas também com base na informação recolhida junto a colegas, entidades e, de forma inequívoca, junto da população junto a quem intervêm. Como refere Samagaio (2006, p. 20) “o trabalho de projecto que o educador social desempenha exige soluções específicas e ajustadas a cada situação”, sendo a reflexão o instrumento que permite reavaliar e ajustar a intervenção.

O exercício reflexivo não deve apenas ser promovido junto do educador, mas também junto da criança pois “esta característica está baseada no direito do sujeito à participação e à autonomia de todos – educandos e educadores – negando a centralidade do diálogo apenas na figura do educador (...)” (Natali & Paula, 2008, p.3160). Esta citação remete-nos para o segundo princípio orientador, a ação partilhada. A intervenção educativa, em qualquer contexto, apenas poderá funcionar se se adotar como estratégia o diálogo, a partir do qual se potencia o envolvimento do indivíduo na construção da sua própria história (Canastra & Malheiro, 2009; Serapicos, Samagaio & Trevisan, 2011).

Abordar a intervenção educativa, independentemente do contexto, implica abordar a questão relacional e o conceito de empatia, centrais e imprescindíveis para o sucesso da ação. A prática do educador social deve ser, como refere Neto (2012, p.55) “orientada por uma ética

fundada na competência técnica e no amor”, sendo que a qualidade da relação entre educador e educando terá sem qualquer dúvida impacto na qualidade da intervenção e por conseguinte no seu sucesso.

Com estes princípios em mente, este trabalho de investigação pretende responder à pergunta de partida Como é percecionado o Educador Social pelas crianças/jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude?, tendo para isso sido definidos 3 objetivos principais e um objetivo secundário: 1 - Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas; 2 - Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelo seu educador social, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas; 3 - Compreender como percecionam a relação com o seu educador social; e finalmente, como objetivo secundário, conhecer as características do “educador ideal”, na perspectiva dos jovens.

Este trabalho está dividido em duas partes: o Enquadramento Teórico onde será feita uma revisão bibliográfica que irá contextualizar a investigação em curso; o Estudo Empírico onde é discutida a metodologia de investigação e são analisados e discutidos os resultados obtidos durante o processo de investigação.

É importante referir que a pergunta de partida foi definida pelo investigador em função de um contexto muito particular, que é aquele em que se encontra atualmente inserido profissionalmente, com o propósito de, com base nas conclusões, poder vir a melhorar o seu desempenho profissional.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal

1.1.Introdução

A conceção de infância foi evoluindo e sendo contruída em paralelo com as transformações que a sociedade foi sofrendo ao longo dos tempos. Se na Antiguidade a criança era vista como uma miniatura de um adulto, sem direitos e pertença de seu pai, não existindo o conceito de infância, a expansão do cristianismo, o surgimento e a crescente importância de algumas ciências como a filosofia, psicologia, psiquiatria, pedagogia, entre outras, e as mudanças sociais e políticas que se foram verificando, levaram a que houvesse uma mudança de paradigma relativamente à Criança, passando esta a ser considerada um indivíduo de pleno direito (Ferreira, 2000; Peloso, 2013; Silva, 2019).

Com a proclamação da Convenção de Genebra - no século XX, mais propriamente em 1924 - deu-se o ponto de viragem para que, a nível mundial, se desenvolvessem os sistemas de proteção social e judicial às crianças e jovens (Tomé, 2018, p.10). À semelhança da Convenção de Genebra, também a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950) e a Declaração dos Direitos da Criança (1959) exerceram influências na constituição das políticas essenciais de Proteção à Infância em vigor atualmente por todo o Mundo.

Em Portugal, criou-se, em 1911, ao abrigo da primeira lei de proteção à infância (promulgada a 27 de maio), os Tribunais de Crianças, designados de *Tutorias de Infância*, fazendo com que Portugal fosse considerado como o primeiro país a concretizar uma reforma global das disposições penais relativas a menores (Ramião, 2006). O objeto desta lei era, como se pode ler nos art.1º e 2º, respetivamente, “(...) prevenir não só os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores de ambos os sexos de menos de dezasseis anos completos, ou comprometer a sua vida ou saúde (...)” e “(...) guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa «*educação e trabalho*»”.

Até à década de setenta do século passado manteve-se vigente esta lei cujo modelo protecionista assentava quase totalmente num poder ilimitado do Estado. Com a Convenção Universal dos Direitos das Crianças e a mudança de um paradigma mais centrado na educação,

os tribunais e a sua forma de atuação foram sendo reestruturados embora se mantenham inalterados os princípios orientadores da intervenção (Montano, s.d.).

Desde então, de entre toda a legislação portuguesa no âmbito da matéria da infância e juventude, há uma que se destaca na contextualização desta investigação: a Lei 147/99 de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), posteriormente alterada pelas leis 31/2003 de 22 de agosto, 142/2015 de 8 de setembro, 23/2017 de 23 de maio e mais recentemente pela Lei 26/2018 de 5 de julho.

1.2 Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo tem por objeto a “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu desenvolvimento integral” (1999, art.º 1º), legitimando a sua intervenção com a necessidade de retirar as crianças e jovens das situações de perigo em que se encontram. Como se pode ler no artigo 3º, alínea 1,

“A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.” (1999, p. 6116).

As situações de **perigo a que a criança e jovem estão sujeitas** estão também bem definidas na alínea 2 do mesmo artigo:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;

- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.”(1999, p. 6117; 2018, p. 2902).

Caracterizadas as situações de perigo há que ter em atenção que a **intervenção visa proteger a criança**, pelo deverá ser ladeada por um conjunto de princípios orientadores, que são apresentados, neste diploma legal, no artigo 4.º:

“A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- a) Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) Privacidade - a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- d) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;

- e) Proporcionalidade e atualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f) Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- g) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas - a intervenção deve respeitar o direito da criança à **preservação das relações afetivas** estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma **vinculação securizante**;
- h) Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- i) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- j) Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;
- k) Subsidiariedade - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.” (1999, p. 6117; 2015, p. 7199).

Analisando a LPCJP na sua primeira versão de 1999 e posteriormente a alteração de 2015 pode-se verificar que, nesta última, foi acrescentada a alínea g) no artigo 4º, que passa a dar

relevância à vinculação e às relações afetivas como sendo aspetos relevantes para o correto e harmónico desenvolvimento da criança.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, determina também quais as **entidades com legitimidade para intervir** e de que forma o poderão fazer. Estas entidades, como o princípio da subsidiariedade refere no artigo 4.º, atuam de forma sucessiva, sucedendo-se apenas quando a entidade anterior não conseguiu atuar de forma adequada e suficiente para remover a situação de perigo da criança ou jovem (Oliveira, 2013). Assim, num primeiro patamar encontram-se as entidades com competências em matéria de infância e juventude, de carácter informal, seguindo-se as **Comissões de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** e finalmente os **tribunais**, ambas de carácter formal.

As comissões de proteção como refere o artigo 12.º da LPCJP são “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”. Embora entidades oficiais, as comissões não têm poder judicial pelo que o consentimento expresso dos pais, representante legal ou pessoa a quem tenha sido atribuída a guarda de facto, e também a não oposição por parte da criança/jovem quando com idade igual ou superior a 12 anos, são pressupostos legais sua da intervenção (Ramião, 2006). Se estas duas condições não estiverem reunidas as condições para a atuação da CPCJ não estará reunida, sendo o processo remetido para Tribunal cuja decisão é soberana. No artigo 11.º da LCPJP estão descritas todas as razões que levam a que haja intervenção judicial

“1 - A intervenção judicial tem lugar quando:

- a) Não esteja instalada comissão de proteção de crianças e jovens com competência no município ou na freguesia da respetiva área da residência ou a comissão não tenha competência, nos termos da lei, para aplicar a medida de promoção e proteção adequada;
- b) A pessoa que deva prestar consentimento, nos termos do artigo 9.º, haja sido indiciada pela prática de crime contra a liberdade ou a autodeterminação sexual que vitime a criança ou jovem carecidos de proteção, ou quando, contra aquela tenha sido deduzida queixa pela prática de qualquer dos referidos tipos de crime;
- c) Não seja prestado, ou seja, retirado o consentimento necessário à intervenção da comissão de proteção, quando o acordo de promoção e de proteção seja reiteradamente não cumprido ou quando ocorra incumprimento do referido acordo de que resulte situação de grave perigo para a criança;

- d) Não seja obtido acordo de promoção e proteção, mantendo-se a situação que justifique a aplicação de medida;
- e) A criança ou o jovem se oponham à intervenção da comissão de proteção, nos termos do artigo 10.º;
- f) A comissão de proteção não obtenha a disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada, nomeadamente por oposição de um serviço ou entidade;
- g) Decorridos seis meses após o conhecimento da situação pela comissão de proteção não tenha sido proferida qualquer decisão e os pais, representante legal ou as pessoas que tenham a guarda de facto da criança ou jovem requeiram a intervenção judicial;
- h) O Ministério Público considere que a decisão da comissão de proteção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança ou do jovem;
- i) O processo da comissão de proteção seja apensado a processo judicial, nos termos da lei;
- j) Na sequência da aplicação de procedimento urgente previsto no artigo 91.º

2 - A intervenção judicial tem ainda lugar quando, atendendo à gravidade da situação de perigo, à especial relação da criança ou do jovem com quem a provocou ou ao conhecimento de anterior incumprimento reiterado de medida de promoção e proteção por quem deva prestar consentimento, o Ministério Público, oficiosamente ou sob proposta da comissão, entenda, de forma justificada, que, no caso concreto, não se mostra adequada a intervenção da comissão de proteção.”(1999, p.6118; 2015, p. 7200).

Por fim, é importante fazer referência às **medidas de promoção e proteção** passíveis de ser aplicadas e que, conforme consta nas alíneas a), b) e c) do artigo 34.º da LPCJP visam afastar as crianças e jovens do perigo iminente em que se encontram, ao mesmo tempo que lhe asseguram todas as condições de segurança, saúde, educação, formação bem-estar e desenvolvimento integral e garantem a possibilidade de recuperação física e psicológica de qualquer tipo de abuso a que tenham sido sujeitas. (Ramião, 2006). As medidas previstas estão descritas no artigo 35º da lei, bem como as tipologias em que se enquadram, que são as seguintes

- “a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;

e) Acolhimento familiar;

f) **Acolhimento residencial;**

g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.

2 - As medidas de promoção e de proteção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza, e podem ser decididas a título cautelar, com exceção da medida prevista na alínea g) do número anterior.

3 - Consideram-se medidas a executar no meio natural de vida as previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 e medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f); a medida prevista na alínea g) é considerada a executar no meio natural de vida no primeiro caso e de colocação, no segundo e terceiro casos.” (1999, p. 6121; 2015, p. 7203).

Todas estas medidas podem ser aplicadas igualmente por CPCJ ou Tribunal, com exceção da medida g) que apenas poderá ser aplicada através de medida jurídica e, por conseguinte, será apenas passível de ser aplicada pelo Tribunal.

2. O Acolhimento Residencial

A medida de acolhimento residencial, prevista no artigo 49.º da LPCJP, surge “quando uma criança ou jovem é entregue a uma entidade que proporcione à mesma condições habitacionais, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhe garantam os cuidados, adaptados às suas necessidades” (Moreira, 2018, p.7). As casas de acolhimento, podendo ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado, são organizadas em unidades **que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar**, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade. O artigo 50.º da Lei 142/2015 organiza as casas de acolhimento da seguinte forma de acordo com as **especificidade e necessidades dos jovens a acolher**

- “a) Casas de acolhimento para resposta em situações de emergência;
- b) Casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher;
- c) Apartamentos de autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens.

3 — Para além das casas de acolhimento, as instituições que desenvolvem respostas residenciais, nomeadamente nas áreas da educação especial e da saúde podem, em situações devidamente fundamentadas e pelo tempo estritamente necessário, executar medidas de acolhimento residencial relativamente a crianças ou jovens com deficiência permanente, doenças crónicas de carácter grave, perturbação psiquiátrica ou comportamentos aditivos, garantindo os cuidados socioeducativos e terapêuticos a prestar no âmbito da execução da medida.” (2015, p. 7221).

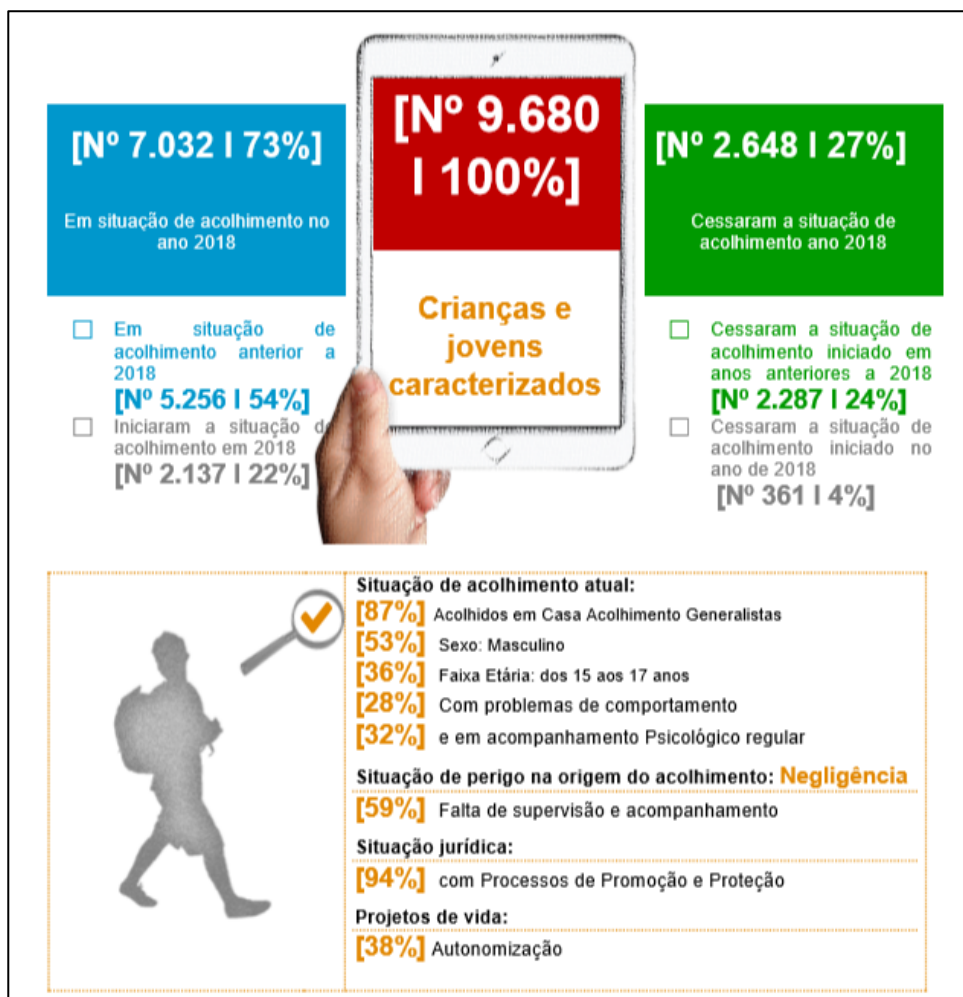
Apesar do acolhimento ser uma realidade ainda muito comum, não só em Portugal como em outros países, tem havido, por parte da União Europeia, baseado em vários estudos internacionais que demonstram os aspetos negativos da institucionalização e defendem o acolhimento familiar, um esforço para a desinstitucionalização das crianças e jovens, procurando inseri-las na sociedade e em famílias de acolhimento (Sousa, 2013).

2.1 Situação atual do acolhimento residencial em Portugal

No interesse da investigação é feita uma análise da situação atual do acolhimento residencial em Portugal, com base na informação contida no Relatório CASA de 2018 para o Instituto

de Segurança Social¹, com especial ênfase nos dados referentes à população acolhida em Lares de Infância e Juventude (LIJ), uma vez que o público-alvo deste trabalho se enquadra neste tipo de instituição.

Figura 1 – Situação global do Acolhimento em Portugal



Fonte: Relatório CASA 2018

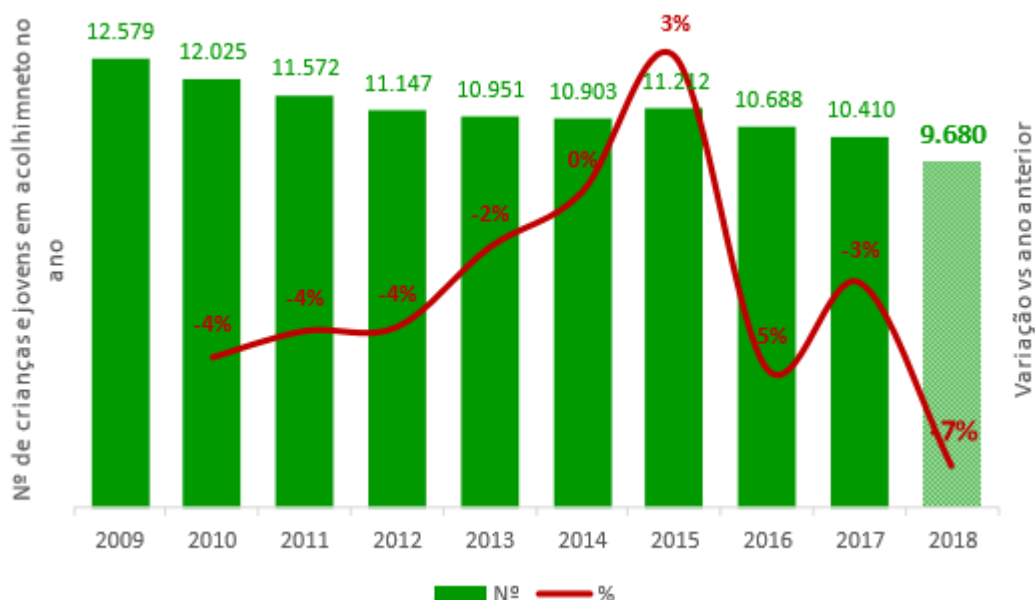
Um sumário global dado pelo relatório CASA 2018 é apresentado de seguida na figura 1, na qual se pode verificar que se encontravam, no final de 2018, acolhidos um total de 7032 crianças e jovens, sendo os distritos de Lisboa e Porto aqueles que registam números absolutos de acolhimentos mais elevados, com 19 e 16%, respetivamente. Do total de acolhimentos 87% tem lugar em Casas de Acolhimento Generalistas (CAG), sendo o sexo masculino

¹ Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens 2018 - Fonte mais atualizada de dados relativos à situação de acolhimento no território nacional.

o mais representado (53%) e sendo a negligência a situação de perigo que mais acolhimentos origina.

Ao longo da última década tem-se vindo a verificar uma queda no número de crianças e jovens acolhidos (exceção feita ao ano de 2015 em que houve uma subida percentual de 3 pontos), o que vai ao encontro do esforço de desinstitucionalização a que se refere Sousa (2013), conforme se pode verificar no gráfico 1, apresentado de seguida:

Gráfico 1 – Evolução do número de crianças e jovens em acolhimento caracterizados entre 2009 e 2018



Fonte: Relatório CASA 2018

Das 6118 crianças/jovens acolhidas em CAG, 60% (4211) correspondem a acolhimentos em Lares de Infância e Juventude (LIJ), estando os restantes 27% distribuídos pelos Centros de Acolhimento Temporário (CAT), e Acolhimento de Emergência (AE).

É possível perceber pela tabela 1, apresentada de seguida, que dos 4211 acolhidos em LIJ, 870, ou seja 20,6%, correspondem a jovens que já atingiram a maioridade e por isso se mantêm acolhidos por vontade própria.

Tabela 1 – Crianças e jovens por tipologia – Análise comparada [2017-2018]

Tipologia de resposta	Nº		Variação (%)	%		
	2017	2018		2017	2018	
Lar de Infância e Juventude	4.633	4.211	-9%	61%	60%	↓
Centro de Acolhimento Temporário	1.892	1.864	-1%	25%	27%	↑
Famílias de Acolhimento	246	200	-19%	3%	3%	→
Lar Residencial	100	143	43%	1%	2%	↑
Comunidade Terapêutica	186	124	-33%	2%	2%	→
Lar de Infância e Juventude Especializada	94	97	3%	1%	1%	→
Apartamento de Autonomização	79	97	23%	1%	1%	→
Colégio de Ensino Especial	85	86	1%	1%	1%	→
Centro de Apoio à Vida	88	78	-11%	1%	1%	→
Lar de Apoio	50	47	-6%	1%	1%	→
Acolhimento de Emergência	58	43	-26%	1%	1%	→
Casa Abrigo	23	26	13%	0%	0%	→
Comunidade de Inserção	19	13	-32%	0%	0%	→
CCISM		3				
Total	7.553	7.032	-7%			

Fonte: Relatório CASA 2018

No que se refere aos problemas de comportamento apresentados pela população acolhida, podemos dividi-los em três grupos:

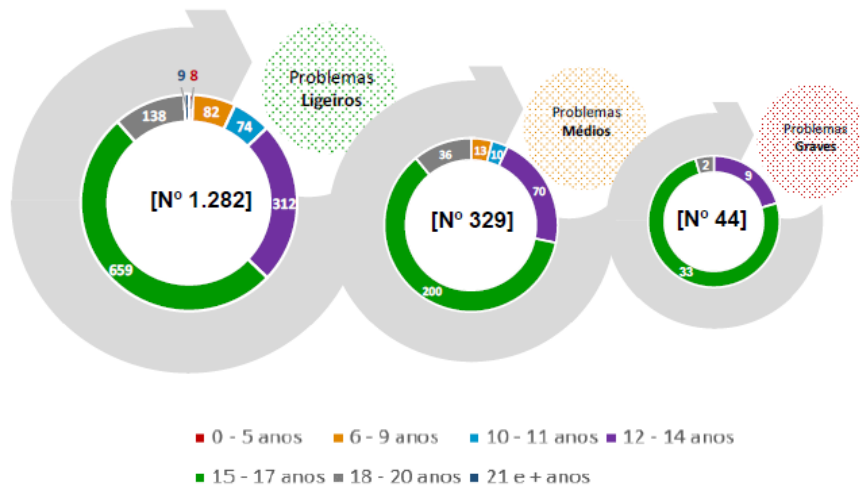
- Problemas ligeiros (ex.: desrespeito das regras, mente frequentemente, intimida frequentemente, fugas breves);

- Problemas médios (ex.: agressões físicas, fugas prolongadas, pequenos furtos, destruição de propriedade sem grandes prejuízos);

- Problemas graves (ex.: roubos com confrontação da vítima, utilização de armas brancas, destruição de propriedade com prejuízo consideráveis, forçou atividade sexual).

Nas crianças e jovens em acolhimento generalista 77% dos problemas apresentados são de tipo ligeiro, com grande ênfase nos problemas de oposição, 20% corresponde a problemas médios e apenas 3% corresponde a problemas graves. No entanto, para qualquer tipo de problemática a faixa etária dos 15-17 anos é aquela onde a prevalência é maior. O gráfico 2, apresentado de seguida, mostra exatamente isso, tendo como base uma amostra de 1655, que corresponde às crianças/jovens em CAG que apresentam problemas de comportamento.

Gráfico 2 – Gravidade dos problemas de comportamento das crianças e jovens em acolhimento residencial (N=1.655)



Fonte: Relatório CASA 2018

Ao nível da saúde mental, 88% dos acolhidos em CAG é acompanhado em especialidade, sendo que 21% tem acompanhamento pedopsiquiátrico/psiquiátrico regular, 22% faz medicação pedopsiquiátrica/psiquiátrica e 32% tem acompanhamento psicológico regular. Em termos percentuais verifica-se uma subida dos acompanhamentos ao nível da saúde mental relativamente ao ano anterior, conforme se pode verificar na tabela 2 que se apresenta de seguida.

Tabela 2 – Acompanhamento ao nível da saúde mental das crianças e jovens em acolhimento residencial generalista – análise comparada [2017-2017]

Características Particulares	(Nº)		Variação (%)	%		
	2017	2018		2017	2018	
Acompanhamento pedopsiquiátrico/ psiquiátrico regular	1 342	1 280	-5%	19%	21%	↑
Acompanhamento psicológico regular	1 918	1 976	3%	27%	32%	↑
Faz medicação (pedopsiquiátrica/ psiquiátrica)	1 380	1 357	-2%	19%	22%	↑
Acompanhamento psicológico irregular	475	419	-12%	7%	7%	→
Acompanhamento pedopsiquiátrico/ psiquiátrico irregular	368	363	-1%	5%	6%	↑
Total	5 483	5 395	-2%			
Total das crianças e jovens no ano em acolhimento generalista (cada criança e jovem pode apresentar mais do que uma característica particular)	7 203	6 118	-15%			

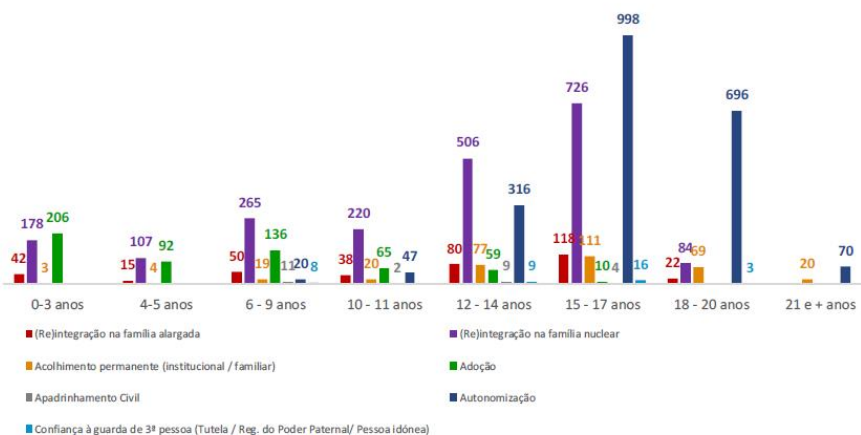
Fonte: Relatório CASA 2018

As situações de perigo que deram origem à retirada das crianças/jovens do seu meio natural de vida e ao acolhimento, podem ser divididas em cinco grupos: mau trato físico, situações de mau trato psicológico, abuso sexual, situações de negligência, e “outras situações” (onde estão abrangidos os comportamentos desviantes, abandono, e ausência temporária de suporte familiar). Dos cinco grupos referidos anteriormente as situações de negligência abrangem 71,6% das crianças e jovens, seguindo-se as “outras situações” com 12,3%, mau trato psicológico com 9,6%, mau trato físico com 5,2% e finalmente abuso sexual com 2,6%.

Dentro do grupo das situações de negligência verifica-se que a falta de supervisão e acompanhamento está no topo da lista com 58% da totalidade das crianças e jovens em situação de acolhimento, seguindo-se a negligência ao nível da educação, a exposição a modelos parentais desviantes, a negligência ao nível da saúde e a negligência face a comportamentos de risco da criança/jovem. É importante referir que apesar desta distinção, a mesma criança/jovem poderia estar sujeita a um ou vários tipos de negligência.

No que se refere à entidade responsável pelas medidas de promoção e proteção podemos verificar que 21,8% das crianças/jovens viram a medida de acolhimento aplicadas pelas CPCJ (o que implica o consentimento dos pais e da criança a partir dos 12 anos) e 76,5% pelos tribunais. Os restantes 1,7% encontram-se com a situação jurídica de acolhimento por regularizar.

Gráfico 3 – Projeto de vida das crianças e jovens em acolhimento residencial generalista segundo a faixa etária (N=5.561)

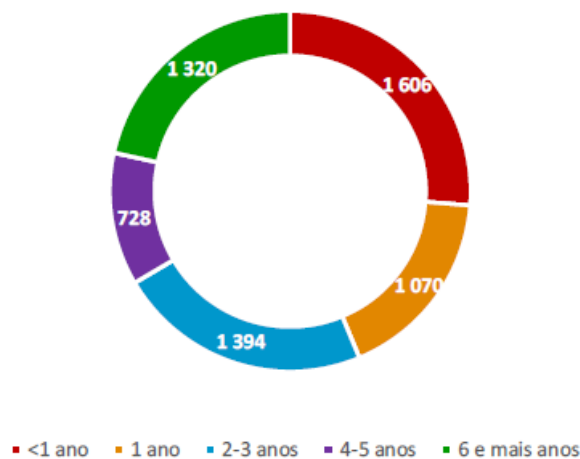


Fonte: Relatório CASA 2018

Conforme se pode verificar no gráfico 3 apresentado acima, no que ao Projeto de Vida (PV) das crianças/jovens diz respeito, verifica-se que 91,4% se encontra com PV definido. Os restantes 8,6% dizem respeito a crianças/jovens acolhidos cuja duração do acolhimento era muito diminuta, estando ainda a ser avaliado o PV mais adequado à situação particular de cada um. A Autonomização e a (re)Integração na família nuclear mantêm-se os PV com expressão mais relevante (38 e 36% respetivamente), sendo esta uma tendência que se mantém quando se analisa apenas a população que integra as CAG.

Um dos pressupostos da medida de acolhimento é que apenas deve ter a duração necessária tendo em consideração o superior interesse da criança/jovem. No entanto verifica-se que a média de tempo de acolhimento é de 4 anos (notando-se um crescimento relativamente ao ano anterior, aumento este que pode ser justificado com o facto de jovens com 21 e mais anos permanecerem no sistema devido à alteração da legislação). No que diz respeito às crianças e jovens acolhidas em CAG, verifica-se que o tempo médio de acolhimento é de 3,8 anos. Analisando o gráfico 4, apresentado de seguida, relativo às crianças/jovens em acolhimento residencial generalista, podemos verificar que 56,27% permanecem acolhidos dois anos ou mais.

Gráfico 4 – Duração do acolhimento residencial generalista das crianças e jovens (N=6.118)



Fonte: Relatório CASA 2018

3. A Educação e o Educador Social

A definição do conceito de educação varia indubitavelmente de pessoa para pessoa, em função do contexto societal em que cresceu, da sua estrutura familiar e dos seus traços de personalidade, o que torna qualquer intervenção no âmbito educativo um processo lento, complexo e subjetivo. A educação pode ser “compreendida como um todo no espaço e no tempo de vida dos indivíduos na comunidade (processo contínuo e progressivo de configuração) potenciado por objetivos éticos, sociais e de convivência” (Martins, 2013, pag.6).

Algarra (2017) define educar como “eivar”, sendo que com isto se referia a criar condições para que qualquer indivíduo desenvolva um conjunto de competências éticas, morais e sociais que o possam elevar ao seu expoente máximo enquanto pessoa individual e única e, simultaneamente, membro de uma comunidade regida por regras e normas enquadradas num determinado contexto social. Esta definição fará certamente muito sentido a todos os profissionais que trabalham em contextos educativos com populações desprivilegiadas e/ou em risco pois, apesar da intervenção estar enquadrada segundo critérios bem definidos, em programas educativos direcionados para o pleno desenvolvimento dos sujeitos enquanto seres sociais inseridos numa comunidade, os resultados obtidos nem sempre serão os desejados. O processo educativo, baseado nos paradigmas educativos atuais, constitui-se como a *pedra* sobre a qual se assentam os alicerces da mudança dos indivíduos intervencionados; no entanto é necessário perceber que, dadas as particularidades pessoais dos indivíduos, o seu passado e o contexto em que se inserem, o profissional apenas poderá criar condições para que se elevem ao seu expoente máximo (em determinado tempo e espaço, uma vez que a educação deve ser considerada um processo contínuo ao longo da vida) para que se desenvolva de forma harmoniosa e enquadrada no que é considerado o socialmente aceite. A realidade é que a mudança advém da capacidade do indivíduo aceitar, em primeiro lugar, a necessidade de mudança, e posteriormente da sua capacidade efetiva de levar a cabo essas mudanças.

3.1 O aparecimento da Educação Social

Com a industrialização a sociedade desenvolveu-se de forma rápida, dando origem a um conjunto de mudanças sociais. Como refere Ramos (2006, pag.115, cit. Correia, Martins, Azevedo e Delgado, 2014), “a crescente complexidade da sociedade e o aumento das bolsas de pobreza nos grandes centros urbanos culmina com uma agudização dos fenómenos de

marginalização e exclusão social”. Foi esse aumento nas discrepâncias entre as diversas camadas sociais que impulsionou o aparecimento da Educação Social para dar uma resposta adequada, baseada numa intervenção psicossocial e educativa, à necessidade de combater o fenómeno de exclusão e marginalização das camadas sociais mais fragilizadas. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao promover os ideais de igualdade social, justiça, solidariedade, fraternidade e hospitalidade, foi igualmente decisiva para o aparecimento da Educação Social (Azevedo & Correia, 2013, pág.3).

A Educação Social remete-nos para uma intervenção que tem por base o reconhecimento de que a educação é um processo contínuo ao longo da vida de um indivíduo, (estando inexoravelmente ligada aos diversos contextos em que este se encontra inserido), sendo primordial a aceitação da intervenção por parte do sujeito junto a quem se intervém, e a sua colaboração. Esta mudança de paradigma retira a exclusividade à escola no processo educativo, aproximando a educação da dimensão social (Correia, Martins, Azevedo e Delgado, 2014, pag.115).

A validade do princípio de ajuda ao próximo, tão presente na sociedade portuguesa e enraizada em nós pelos valores morais transmitidos pela Igreja Católica não pode ser descurada quando falamos em Educação Social uma vez que também ela tem como objetivo ajudar o próximo com a diminuição das desigualdades sociais e dos problemas que daí advêm, promovendo assim o equilíbrio social. No entanto, a intervenção da Educação Social tem como base uma intervenção centrada no indivíduo e no papel ativo que deverá ter para melhorar a sua condição, longe da intervenção assistencialista que se verificou, e continua a verificar, nas intervenções efetuadas por associações e ou grupos de cidadãos que, sem bases e/ou conhecimentos científicos, colmatam as lacunas das populações junto a quem intervêm sem que, muitas vezes, haja um papel ativo por parte destas no processo de mudança. Esta forma de agir, apesar de ter um impacto positivo por minorar um problema, não contribui para a sua resolução. Como referem Azevedo & Correia (2013, pág. 3), “a complexificação das sociedades exigia uma rutura com os processos assistenciais da intervenção, baseados no emergencialismo e na caridade, e conseqüente adoção de novas formas de trabalho social, mais direcionadas para uma vertente pedagógica e social que privilegiassem a promoção da autonomia e da solidariedade”.

Samagaio (2006, pag.17) refere-se à Educação Social como uma “formação profissional, ela própria resultante duma encruzilhada de saberes, procura, constantemente, corresponder, na medida do possível, em diálogo com outras áreas científicas, às solicitações de determinadas

problemáticas sociais”. Em 1996, com a homologação da primeira licenciatura de Educação Social em Portugal, o educador social deixou de ser perspectivado como um mero monitor que acompanhava as crianças e adolescentes possuidoras de incapacidades físicas e/ou psíquicas e problemas de comportamento, passando a ser o técnico que, atuando perante determinados grupos (crianças, jovens, adultos, idosos) e comunidades, trabalha na prevenção e reabilitação de problemas sociais (Correia, Martins, Azevedo e Delgado, 2014, pág.116).

Florabela Samagaio (2006, pág. 18) refere-se à Educação Social e ao educador social da seguinte maneira:

“(…) a Educação Social, apesar de intervir principalmente através da formação/educação, partindo do pressuposto de que todo o indivíduo é, independentemente da sua idade, um *ser educável*, não descarta a flexibilidade dos saberes. Para bem intervir o educador social é, ele próprio, um investigador. Num contexto de investigação-acção ou não, ele treina a observação, ele levanta um problema de investigação, ele fundamenta teoricamente a sua visão e intervenção, ele procede ao necessário ajustamento metodológico, ele constrói uma resposta normalmente sob forma de projecto de intervenção e avalia-a. Ele constrói um conhecimento para melhor intervir à medida das suas necessidades e de acordo com determinados contextos sociais, económicos e académicos”.

O reconhecimento da Educação Social como uma necessidade perante a sociedade atual, em permanente mudança e com profundas desigualdades sociais, valida a importância do educador social enquanto profissional com um papel ativo na luta em prol de uma sociedade justa, com cidadãos ativos, participativos e bem enquadrados na comunidade. A articulação com outras áreas científicas reforça a ideia de que o processo educativo é um processo em constante evolução, pelo que a intervenção nunca poderá ser baseada num saber estanque ou numa teoria definitiva, pois o Homem, enquanto ser social, é alvo das influências dos contextos em que se insere. Esta inconstância leva a que por vezes seja necessária a intervenção de uma entidade exterior para restabelecer o equilíbrio social, desempenhando aqui o educador social um papel fundamental

3.2 Identidade profissional e papel do Educador Social

A profissão de Educador Social, quando analisada numa perspectiva europeia, apresenta características muito heterogéneas devido a vários fatores históricos, sociais e culturais (AIEJI,

2014). No entanto, e apesar de, de país para país, as designações e especificidades de intervenção se alterarem, o foco mantém-se sobre a qualidade de vida, o bem-estar dos indivíduos e/ou grupos, e a diminuição das problemáticas associadas ao risco e exclusão social. Por este motivo, e no interesse desta investigação, iremos focar-nos no papel do educador enquanto **mediador** (Diaz, 2006; Natali e Paula, 2008; Martins, 2013) na integração de pessoas ou grupos em contextos de risco ou exclusão social, na sociedade, promovendo a sua qualidade de vida.

Estando associado a uma profissão relativamente recente, “a emergência do Educador Social surge como uma nova figura profissional, inscreve-se numa tentativa de equacionar o projecto educativo como um projecto educativo comunitário” (Canastra e Malheiro, 2009, pág.2024). O educador social, como refere Oña (2005) “facilita o bem-estar do sujeito, entendendo este bem-estar como satisfazer as suas necessidades sociais e educativas básicas e ter a capacidade de desenvolver as suas capacidades pessoais, participando crítica e ativamente na sociedade em que vive. O educador social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura”. A complexidade de tal tarefa implica que as ações desenvolvidas pelo educador se baseiem no exercício reflexivo da sua prática, assim como também deve ser promovido este ato reflexivo junto das populações junto a quem vai intervir (Natali e Paula, 2008, pág. 3160).

Freire-Ribeiro, Queirós e Ribeiro (2009), referem a importância de uma formação académica adequada que permita ao educador desenvolver a sua intervenção de forma ativa e responsável de maneira a (re)educar o cidadão dentro de parâmetros normativos socialmente aceites, promovendo a sua qualidade de vida. O conceito (re)educar não deixa de ser pertinente, remetendo-nos para uma realidade com que todo o educador terá de lidar: a pressão política e organizacional a que sua intervenção estará sujeita. O educador será sempre influenciado pelos valores políticos vigentes no momento, que direcionam a sua intervenção e muitas vezes estão na origem da sua necessidade (i.e., as ordens políticas estão na origem das desigualdades sociais e na procura de soluções direcionam as intervenções para uma tentativa de colmatar as diferenças) e pelas ideologias organizacionais das instituições em que trabalha e que, também elas balizam a intervenção de acordo com os seus objetivos. Como referem Charles e Wilton (2004, pág.179) o trabalhador social encontra-se numa guerra entre conhecimento, competências e valores relacionados com os aspetos interpessoais, terapêuticos e de assistência da sua prática profissional, por um lado, e imposições económicas, regulamentadas e burocráticas por parte das organizações que integram, por outro.

Enquanto técnico qualificado a trabalhar com pessoas, por vezes clientes involuntários num processo de intervenção imposto por terceiros (pessoas ou instituições), o educador social “terá o papel de mediador na integração do indivíduo nos diferentes ambientes ou contextos sociais” (Martins, 2013, pag.22).

O conceito de **mediador sócio-pedagógico** utilizado por Canastra e Malheiro (2009, pag.2031) é talvez o que melhor define o papel do educador social, uma vez que através de uma intervenção reflexiva e contextualizada, cuja ferramenta de trabalho principal é a investigação-ação, orienta os indivíduos junto a quem intervêm no sentido da diminuição das diferenças sociais a que estão sujeitos, promovendo assim o autodesenvolvimento social das comunidades locais.

3.3 O papel do Educador Social em contexto de Casa de Acolhimento Residencial (CAR)

O Acolhimento Residencial é uma das medidas de Promoção e Proteção prevista na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 01 de setembro) aplicada a crianças e jovens quando estes se encontram em perigo e todas as outras respostas previstas na lei se encontram esgotadas.

A retirada das crianças do seu meio natural, na maioria das vezes contra a sua vontade, lança um desafio especial aos educadores sociais que, além dos constrangimentos já existentes devido à problemática que deu origem ao acolhimento, deverão debater-se com a dificuldade de ter de lidar com um público involuntário, i.e., com crianças e jovens que não solicitaram a intervenção. Com a consciência de que não há estratégias *standard* que possam ser aplicadas indiscriminadamente a todos os sujeitos, será necessário ao educador analisar cada caso de acordo com o seu contexto pessoal e social de forma a poder adequar a intervenção e potenciar assim resultados positivos.

Os objetivos da intervenção passam por subtrair o perigo o mais rapidamente possível, permitindo assim definir o projeto de vida da criança/jovem, que deveria ser, idealmente, o seu retorno ao seu meio natural de vida. Para estruturar a intervenção é essencial ter conhecimento do contexto social em que a criança/jovem estava inserida e quais as causas que originaram a retirada à família. Esta necessidade de realizar a anamnese do jovem e de perceber o contexto em que se inseria pode ser fundamentada com base na Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner que considera que os processos proximais, o contexto, o tempo e a personalidade do indivíduo, e as dinâmicas que se geram entre eles,

estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento do indivíduo e por conseguinte modelam o seu comportamento (Bronfenbrenner e Morris, 1999, pag.795).

A partir desta análise contextual (que se obtém através de informações recolhidas nos relatórios sociais das entidades que promovem a medida de acolhimento) procede-se à elaboração do projeto de vida do jovem acolhido, que vai balizar a intervenção e definir as estratégias a aplicar. O projeto de vida do jovem é reavaliado periodicamente de modo a se adequar às necessidades evidenciadas pela criança/jovem².

É, no entanto, necessário perceber que, em grande percentagem, o acolhimento é efetuado contra a vontade do jovem, o que faz dele um cliente “involuntário porque não escolheu receber os serviços que lhe estão a ser prestados” (Trotter, 2015, pag.2). Perante esta dificuldade resta ao educador e restantes membros da equipa técnico-educativa das instituições fazer aquilo a que Trotter (2015, pag.78) denomina de *clarificação de papéis*: a criança/jovem é esclarecida acerca do papel de cada um dos intervenientes no processo de intervenção, deixando claro que a aplicação de medida de acolhimento foi mandatada por uma entidade externa (CPCJ ou Tribunal), sem qualquer interferência por parte dos técnicos da instituição.

Explorar as expectativas, positivas e negativas, da criança/jovem relativamente ao acolhimento e envolvê-la na tomada de decisões (dentro do que é do seu melhor interesse) é também uma estratégia que permite conhecê-la melhor e criar uma base para a intervenção (ex.: um jovem que à partida considere que a instituição não vai fazer nada por ele, e que a sua permanência não irá trazer nada de positivo, irá ser mais difícil de trabalhar do que um jovem que, apesar de não concordar com a medida de acolhimento, considere que a institucionalização pode vir a ter algum aspeto positivo). O *Children's Home's Regulations 2015*, documento que regulamenta o funcionamento das Casas de Acolhimento em Inglaterra, reforça exatamente isso na Parte II, secção 7, alíneas i,ii,iii e iv, quando refere que quem trabalha com crianças nestas condições deve ter em consideração a sua visão, desejos e sentimentos e a partir daí trabalhar a sua relação com a criança e a tomada de decisões que a ela digam respeito.

É importante referir que todas estas etapas não são da competência única do educador social, sendo, no entanto, uma parte integrante das suas funções. Este trabalho é efetuado em par-

² O projeto de vida de uma criança/jovem pode, numa primeira fase, ser o retorno à família nuclear e evoluir para a Autonomia de Vida, quer por vontade do sujeito que manifesta vontade em permanecer na casa de acolhimento até à maioridade, quer pela verificação de falta de condições (físicas, financeiras, entre outras) da família para acolher a criança/jovem e a manter fora de perigo.

ceria com outros técnicos, quer da instituição, quer de outras entidades envolvidas no processo de promoção e proteção, que enriquecem o processo de intervenção com o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

A partir deste momento, a intervenção a realizar junto da criança/jovem será baseada no estabelecimento de **uma relação**, que se pressupõe empática, emotiva e de confiança para que a intervenção possa ter sucesso; como refere Thompson (2009, pag.69), a um nível interpessoal as interações entre as pessoas são os elementos básicos do trabalho social. O termo sucesso não deve ser lido como a re(integração) do jovem no meio natural de vida, de acordo com o que é socialmente aceite, mas sim como a aquisição gradual de competências que possam contribuir para a sua capacitação como cidadão inserido na sociedade.

Charles e Wilton (2004, pag.183) citando os trabalhos de Parker *et al.*(1991) referem como sete as dimensões em que o educador deve intervir para que o processo interventivo venha a surtir efeitos positivos: saúde, educação, identidade, família e relações sociais, apresentação social, desenvolvimento emocional e comportamental, e competências de autoestima. Na sua prática diária o educador social trabalha efetivamente todas estas dimensões, que se encontram intrinsecamente relacionadas.

Longe de pensar que apenas o educador influencia a criança/jovem com quem está a intervir, também os jovens influenciam o educador. Os nossos valores morais e a nossa ética pessoal irão influenciar a nossa ação e conseqüentemente influenciar aqueles que nos rodeiam pelo que é nesta relação de simbiose entre educador e criança/jovem que se cria a base de confiança necessária para que o processo de intervenção possa ter lugar.

Como refere José Manuel de Oña (2003), o educador, na sua relação com os jovens, não deve manter uma postura de superioridade, focando-se no indivíduo e nas suas características positivas, utilizando o reforço positivo como forma de as potenciar. É muito importante que se dê espaço aos jovens para falar e se sentirem responsáveis e protagonistas em todas as fases vitais da intervenção. Apesar de Oña se referir a uma população algo diferente, o princípio é aplicável às crianças e jovens acolhidas uma vez que a participação ativa na elaboração do projeto de vida, e por conseguinte na intervenção, deve ser uma das premissas basilares pelas quais se devem guiar os técnicos das instituições, devendo desenvolver as suas funções respeitando os princípios da dignidade e da participação voluntária e responsável como parte do processo de desenvolvimento (Correia, Martins, Azevedo e Delgado, 2014). Como refere Timóteo (2013, pag.17) “é imperativo manter alguma vigilância para que prevaleça o princípio do respeito pela vontade, pelos desejos e pela autodeterminação

das pessoas. Colocar sempre no centro da ação educativa o(s) sujeito(s) e a(s) comunidade(s), num movimento endógeno de descoberta e de compreensão das necessidades sociais, dos problemas e das potencialidades”.

Outro aspeto a considerar é a necessidade que o educador tem de ser capaz de lidar com as emoções. Trabalhar com crianças e jovens que desde cedo viram as suas histórias pautadas por dificuldades (agressões, drogas, morte, abandono, negligência) cria situações e leva a momentos que irão inevitavelmente pôr em causa a sua capacidade de lidar com a dor emocional dos jovens. A proximidade que se estabelece com a criança/jovem na convivência diária com o educador faz como que haja um envolvimento emocional com a mesma. São frequentes os momentos em que é necessário ao educador manifestar mais atenção, paciência e sensibilidade perante determinadas situações, o que implica também um maior controlo das suas emoções e, a médio-curto prazo, constitui uma fonte de desgaste (Cavalcante e Corrêa, 2012; Charles e Wilton, 2004). Aqui entra em cena a capacidade reflexiva do educador que, fazendo uma análise aprofundada ao seu desempenho, deve adequar a sua intervenção socorrendo-se, sempre que necessário, de outros profissionais que tenham um ponto de vista imparcial que possa ajudar a encontrar soluções baseadas numa posição neutra.

Definido o projeto de vida da criança/jovem acolhida, todas as ações socioeducativas a ser desenvolvidas pelo educador social (e por toda a equipa da Casa de Acolhimento Residencial) irão ao encontro dos objetivos que se pretendem alcançar. Martins (s.d.) dá primazia a sete ações:

- Promoção de mecanismos de socialização;
- Inculcar o sentido de responsabilidade nos seus atos, promovendo assim a autoestima, autodisciplina e confiança;
- Programação de ações de recuperação, reeducação e integração;
- Proporcionar competências sociais através da aprendizagem de virtudes, desenvolvimento de capacidade e valores, e aquisição de habilidades através pelo acompanhamento e ajuda assistencial e socioeducativa;
- Transmitir e cultivar valores essenciais para a convivência, amizade e relações interpessoais;
- Possibilitar um conjunto de estímulos aos jovens de modo a formarem-se pessoal e socialmente para a vida;

- Atuar como educador orientador, animador sociocultural e programador de atividades (lúdicas, recreativas e culturais).

Todas estas ações fazem parte do dia-a-dia do educador em contexto institucional e assentam inequivocamente num elemento basal: a relação estabelecida entre o educador e a criança/jovem. Capul e Lemay (2003) também dão importância à relação mantida entre educador e o sujeito nas várias funções que o primeiro vai desempenhando:

- ***Função de acompanhamento***, em que o educador serve de mediador entre o meio e o sujeito, devendo ser capaz de estabelecer limites sem, no entanto, impor a sua vontade. Uma relação baseada na confiança permitirá que o educador acompanhe a jornada do jovem na construção da sua identidade, apoiando e orientando as suas decisões sem o fazer de forma impositiva³;

- ***Função avaliativa***, em que o educador avalia as competências, desempenho e aptidões do sujeito e, num processo colaborativo, trabalha com ele para que as possa desenvolver.

- ***Função auxiliar do eu***, em que o educador ajuda o sujeito a lidar com as suas angústias, “substituindo-se momentaneamente ao eu que se desagrega”, como referem os autores. Esta função pode ser executada ao afastar o sujeito de situações de tensão imediata, através do encaminhamento para uma atividade securizante, com um apoio emotivo intenso, etc. Esta função, embora criticada por alguns por ser considerada de cariz assistencialista, é legitimada pela necessidade que todos nós, num ou noutro momento das nossas vidas, necessitarmos de um apoio deste tipo que nos permita dar o passo atrás, colocar as coisas em perspetiva e retemperar energias.

- ***Função do testemunho da realidade e do pólo identificador***, em que o educador, pela sua participação diária na vida do sujeito, vai assistir ao seu desenvolvimento enquanto pessoa e simultaneamente vai servir como modelo através do estabelecimento de uma relação emotiva/afectiva. O sujeito, neste caso as crianças/jovens acolhidos, irão ter no educador, enquanto pessoa significativa, um modelo a seguir, que irá contribuir para a construção da sua própria identidade.

³ É necessário referir que, em determinados contextos específicos, e face a situações que necessitem de uma ação imediata, será necessário ao educador impor a sua vontade (tomemos como exemplo uma situação em que um jovem decide querer desistir da escola ou de uma atividade extracurricular em que se encontra inscrito) para num segundo momento, e após discussão com o sujeito, definir qual é a ação mais adequada perante as opções existentes.

- **Função de substituto parental.** No caso das crianças e jovens acolhidas, esta função é importante, especialmente quando estas permanecem acolhidas por períodos prolongados (por vezes, e contrariamente ao que seria desejável, anos). As tarefas, atos e trocas afetivas que numa situação normal serão atribuídas aos pais são, em situações de acolhimento, desempenhadas pelos educadores (e aqui poderemos referir-nos a educador no sentido lato e não apenas ao educador social) uma vez que estão presentes no dia-a-dia das crianças/jovens. Esta **função de pai simbólico** deve ser assumida, quer pela criança, como pelo educador, como uma situação provisória, cuja razão e duração são definidas pela aplicação da medida de acolhimento; só assim poderá desenvolver-se uma intervenção sem que esta função venha a criar emoções contraditórias na criança/jovem. O trabalho com a criança acolhida, e com as famílias em simultâneo, permite-lhe racionalizar esta função desempenhada pelo educador, fortalecendo a relação estabelecida sem, no entanto, criar constrangimentos, ou sentimentos de perda aquando da cessação da medida.

-**Função projetiva.** O facto de o educador desempenhar o papel de pai substituto faz com sejam transferidas para ele o halo das pessoas passadas e ausentes que definiram a forma como a criança/jovem se definiu enquanto sujeito nas suas relações afetivas e sociais. O educador deve estar desperto para esta realidade pois, no decorrer das suas relações de convivência com o jovem, irá certamente viver situações de maior tensão, com grande carga emocional (quer para ele próprio, quer para a criança/jovem), cujo desfecho irá potenciar uma alteração de comportamentos no jovem e simultaneamente servirá de catarse, fomentando o seu bem-estar emocional. Por exemplo, um jovem castigado e verbalmente agredido pelo progenitor sempre que traz uma nota negativa num teste, independentemente do tempo que tenha dedicado a estudar leva a que o jovem responda também de uma forma agressiva e perca a motivação pelo estudo pois apenas é valorizado o resultado e não o seu esforço. Se esse mesmo jovem for acolhido, é expectável que, quando se apresente perante o educador com uma nota negativa num teste, espere que este tenha o mesmo tipo de atitude que seria tida pelo pai, mostrando-se assim à partida agressivo e na defensiva. Se por seu lado o educador, não vendo esta atitude como uma afronta, tentar perceber as razões pelo fraco desempenho, valorizar o esforço efetuado pelo jovem e definir estratégias para ultrapassar as suas dificuldades, poderá contribuir para uma alteração positiva, a médio longo-prazo, no comportamento do jovem.

-**Função de modificação do comportamento.** O papel do educador social passa claramente pela intervenção juntos dos sujeitos com quem intervém para que estes adotem comportamentos que sejam enquadrados naquilo que é socialmente aceite como correto. No caso das

Casas de Acolhimento Residencial, o acolhimento é efetuado para retirar criança da situação de perigo em que está inserida, situação esta que pode ser causada por terceiros direta ou indiretamente (quando a família coloca a criança numa situação de perigo direta ou eminente devido aos seus comportamentos ou, por outro lado, quando não tem as competências necessárias para evitar que a criança/jovem adote comportamentos que os coloque em perigo) pelo que a modificação de comportamento estará intrinsecamente ligada ao modelo de intervenção a aplicar. Como referido anteriormente, a modificação de comportamentos faz sentido se ocorrer de forma não impositiva, através do exemplo, e com a colaboração dos utentes junto a quem se intervém; não quer isto dizer que não tenha de haver por vezes imposição da vontade do educador social e/ou técnicos envolvidos no projeto de vida da criança/jovem sempre que se verifique que as atitudes por ele manifestadas põem em causa o seu bem-estar quer físico, quer psíquico.

- ***Função de organizador***, em que o educador organiza o meio onde o jovem se insere de forma a suprir as necessidades por ele sentidas no momento. O que é hoje pode não ser amanhã pelo que é necessário ter consciência de que ao longo do processo evolutivo do sujeito junto a quem se intervém haverá a necessidade de reorganizar o meio sempre que for necessário.

- ***Função de mediador***. Esta função é aquela que melhor define o papel do educador, e isto porque, de uma forma abrangente, todas as funções e todas as atitudes por si tidas durante a intervenção servem para fazer a ponte entre aquilo que o sujeito “é” e aquilo que “há-de ser”. Enquanto mediador o educador cria pontes de ligação (através da sua ação direta no dia-a-dia da criança, da imposição de regras e valores, da negociação, da escuta ativa e do aconselhamento, etc) que permitem ao sujeito trabalhar no sentido de alcançar o seu máximo potencial enquanto cidadão e ser social, algo que sem a sua intervenção poderia não acontecer, ou então acontecer de uma forma muito mais lenta e com mais constrangimentos.

- Por fim, a ***Função de revelador das inquietações individuais e sociais***. O facto de haver Casas de Acolhimento Residencial e a necessidade da profissão do educador social espelham as inquietações sociais: a não adequação do jovem, ou do ambiente familiar em que está inserido, dentro dos parâmetros daquilo que é considerado normal que leva a que haja a necessidade do acolhimento e da intervenção do educador. A intervenção do educador pode assim ser considerada como uma necessidade com base ao restabelecimento de um equilíbrio social.

Enquanto ser social e emotivo, o envolvimento com as crianças/jovens numa base diária permite ao educador ter uma percepção das suas inquietações e angústias que, quando contextualizadas, são reflexo da sociedade injusta e desigual em que está inserida. O educador tem assim uma dupla função: intervir junto da criança e do jovem numa perspectiva que se quer participativa para que este modele o seu comportamento e se enquadre na sua comunidade enquanto cidadão pró-ativo e, simultaneamente, intervir junto da sociedade no sentido de minimizar as causas que deram origem às desigualdades e/ou exclusão. Considerando, por exemplo, o conceito de *vítima* tão comumente associado à crianças/jovens em situação de acolhimento, o educador deverá intervir junto das crianças/jovens para que não se abriguem no estigma de vítimas para justificar os seus erros e as suas dificuldades, assumindo a responsabilidade pelo seu projeto de vida e pela mudança necessária para que possa concretizar-se; simultaneamente, deverá intervir na comunidade, para que esta, apoiando a criança/jovem, lhe forneça os instrumentos necessários para que, de forma ativa e participativa, se desenvolva na sua plenitude, quebrando o paradigma assistencialista ainda tão presente.

Em suma, o trabalho do Educador Social, em especial o que trabalha em contextos de acolhimento institucional, deve ser efetuado segundo uma análise sistémica. A criança e/ou jovem com quem se vai intervir deve ser considerada como um ser único, com vivências e experiências inseridas num contexto socioeducativo e emocional também ele único. A intervenção deve ser desenhada com a participação do jovem para poder ser efetiva e surtir os efeitos de enquadramento social que se pretende, com a consciência de que as estratégias a implementar estarão a ser constantemente adequadas ao momento e ao contexto. Não há poções mágicas nem estratégias uniformes e universais que possam ser aplicadas: cada criança tem as suas particularidades, influencia e é influenciada em permanência pelo meio e pelas pessoas que a rodeiam, o que faz da intervenção um processo contínuo, lento e complexo. No entanto, e enquanto seres sociais que somos, a empatia e o afeto (quando genuínos) são um elemento catalisador e facilitador de uma intervenção com sucesso⁴. De facto, o Homem empático manifesta uma curiosidade existencial e uma disponibilidade para se descentralizar do seu ponto de vista, o que leva a querer, de forma prioritária e genuína conhecer o ponto de vista do outro (Fabbri, 2018, pag.3), o que promove uma relação equitativa e não de superioridade, facilitando o estabelecimento da relação.

⁴ É importante perceber que a noção de sucesso é relativa uma vez que deve ser contextualizada. Um jovem acolhido que manifeste comportamentos desajustados e consumos de substâncias quando acolhido, vê o seu projeto de vida definido e altera o seu comportamento criando um comportamento social adequado e deixando de consumir. Este sucesso, que não deixa de ser um sucesso, pode ser efémero se, aquando da cessação da medida de acolhimento o jovem for inserido num ambiente destruturado sem uma rede de apoio.

As **emoções** devem ser consideradas pelo educador social com um elemento transformador uma vez que interferem com uma visão imparcial e dificultam por vezes a manutenção do foco da intervenção. Daí a importância de um pensamento reflexivo e de uma constante autoanálise da sua prática, para poder ajustar a sua intervenção e ser capaz de lidar com a carga emocional que o trabalho com crianças e jovens fragilizadas e/ou excluídas implica. A relação mantida pelo educador com as crianças/jovens deve genuína e baseada na verdade, não devendo o afeto ser fingido ou forçado; as crianças, principalmente quando já passaram por situações de vida com uma carga emocional negativa pontuadas pela desilusão e o abandono, são excelentes “*profilers*”, sendo capazes de perceber o engano que, embora possa estar a ser feito com uma boa intenção pelo educador, irá minar a relação e por conseguinte o sucesso de qualquer intervenção que se siga.

A capacidade de perceber o seu ponto de rutura permite ao educador apoiar-se junto de colegas e outros profissionais que, com o devido distanciamento possam apoiar no restabelecimento do equilíbrio emocional necessário para prosseguir com a sua prática. Como referem Serapicos, Samagaio e Trevisan (2011, pag.30) o perfil do educador é “resiliente e preparado com conhecimentos multidisciplinares tornando-os capazes de uma intervenção ambiciosa. É então tempo de reconhecer que estes profissionais são capazes de conciliar conhecimento metodológico e pedagógico, guiados por valores humanitários que definem as suas práticas profissionais”.

A flexibilidade de pensamento e a adaptabilidade deve ser também uma característica do educador uma vez que, além da componente emocional, terá de ser, como dizem os ingleses, *able to think out of the box*, i.e., fazer uma análise situacional e adaptar-se ao contexto saindo muitas das vezes do que é o comportamento tradicional e expectável.

Por último, o educador social que trabalhe em contexto de CAR necessita estar ciente de que, por muito esforço e muitas horas dedicadas à intervenção com uma criança ou jovem, há uma grande probabilidade de não se verificar a tão desejada mudança comportamental e erradicação da situação de exclusão ou vulnerabilidade. O tempo de acolhimento é por vezes insuficiente para que as evidências do trabalho do educador sejam verificáveis no imediato, pelo que o impacto da sua intervenção poderá ser verificado, mais ou menos intensamente, de futuro.

3.4 A importância do Educador Social para o Desenvolvimento da Comunidade

Cofferi e Nogaro (2010) fazem referência à ação educativa desenvolvida pelos educadores sociais como uma forma de auxiliar os sujeitos no seu desenvolvimento, e na sua relação com a sociedade. Efetivamente, o objetivo principal do educador social ao intervir junto de crianças e jovens em situação de acolhimento é criar condições para que, num ambiente mais contentor, se possa proceder a uma (re)educação participativa⁵ e futura integração social da criança/jovem enquanto membro ativo e válido para a comunidade.

Autores como Vygotsky e Bronfenbrenner (1986,1999) referem a importância dos contextos e da ação simbiótica entre sujeito e sociedade: o sujeito é influenciado pelos contextos sociais em que se encontra e por sua vez irá, através da expressão dos seus pensamentos e comportamentos, influenciar e modificar a comunidade em que está inserido. Seguindo esta lógica, o educador social a exercer funções em CAR (também ele influenciado pelas suas vivências e pela sociedade), no decorrer da sua prática profissional, vai intervir junto dos utentes acolhidos, na expectativa de modelar o seu comportamento, extinguir a situação de perigo a que estavam sujeitos, e potenciar uma reintegração social sendo que, por sua vez, a criança/jovem irá influenciar a comunidade (Coelho e Pisoni, 2012; Santos e Bastos, 2002). Nesta relação simbiótica e cíclica, a ação educativa desenvolvida pelo educador é modelada e modela a sociedade/comunidade de que faz parte.

Cofferi e Nogaro referem que

“o pedagogo, ao desempenhar o seu papel, através das suas atividades, está oportunizando aos seus educandos meios de crescimento pessoal e coletivo, a descoberta de potencialidades e, principalmente, auxiliando no processo de cidadania e conhecimento próprio, não só no ambiente educacional em que estão inseridos, mas em outros espaços, seja na família, no trabalho e na sociedade em geral.” (2010, pag.19).

De forma resumida, a ação educativa desempenhada pelo educador junto da população acolhida irá a médio/longo prazo ter um impacto (positivo ou negativo, consoante o sucesso das

⁵ Com o termo (re)educação não se pretende inferir que há uma visão impositiva e unilateral daquilo que é, ou deve ser, o comportamento do jovem; pretende-se sim que haja uma adequação dos comportamentos dos jovens e um reforço das suas competências sociais, sendo imprescindível o seu envolvimento em todo o processo e a compreensão da necessidade da intervenção.

intervenções) na comunidade, apenas possível de verificar de forma objetiva através da análise comportamental e do retorno que a criança/jovem dá à sua comunidade.

4. A vinculação e o desenvolvimento

Enquanto seres sociais que somos, o nosso desenvolvimento pessoal e social está dependente do tipo e qualidade das relações que estabelecemos, desde que nascemos até à morte. A educação, enquanto processo social, dinâmico e contínuo, pressupõe o estabelecimento de relações interpessoais que nos irão influenciar, i.e., pressupõe a criação de vínculos com pessoas de referência que irão condicionar o nosso desenvolvimento e o nosso enquadramento na comunidade.

John Bowlby e Mary Hainworth, na tentativa de explicar a necessidade humana de criar laços, concebem a Teoria da Vinculação, “conceitualizando os comportamentos de vinculação e a procura de proximidade como vantajosa de um ponto de vista evolutivo” (Rodrigues, 2018, pág.4). De acordo com Bowlby, a sobrevivência de uma criança nos primeiros anos de vida está intimamente relacionada com as relações de proximidade com o adulto, não apenas devido à necessidade de ver satisfeitas as suas necessidades fisiológicas básicas, mas também porque são estas relações de proximidade que irão fomentar as bases da socialização, elemento básico no desenvolvimento de um ser humano inserido na sociedade. A qualidade das relações que estabelecer na infância com os pais (ou por demais, com outros adultos de referência) irá condicionar a capacidade de se desenvolver de forma adequada. Na construção desta relação, que é simultaneamente uma relação de afetividade, a criança vai desenvolvendo a capacidade de se autorregular emocionalmente enquanto cria representações mentais sobre o mundo que a rodeia, sobre o que se espera dela e a forma como se deverá comportar na sua relação com os outros (Domingues, Carapeto e Veiga, 2018, pag.68). Outro autor, Feyerabend, infere que haverá uma possível ligação entre as relações de vinculação de uma criança, a agressividade e o comportamento anti-social e criminoso, e isto porque é com base na relação positiva com a figura de vinculação primária que se desenvolve a capacidade de ter sentimentos de empatia para com os outros (Van IJzendoorn, pag.270).

Tendo como base de trabalho unicamente a premissa que de a vinculação primária é a base para um correto desenvolvimento pessoal e social, como referem Bowlby, Hainworth e Feyerabend, seria fácil justificar o comportamento criminoso e ou de inaptidão perante a sociedade como resultado de uma fraca vinculação primária e uma família problemática, retirando assim a responsabilidade ao sujeito. No entanto esta seria uma visão demasiado simplista e unidimensional de um processo (desenvolvimento) que é complexo, multiface-

tado e contínuo. O desenvolvimento de qualquer indivíduo é um processo que deve ser analisado com base numa perspectiva sistémica, influenciado pelos contextos em que se encontra inserido; apesar de uma vinculação desajustada na primeira infância influenciar a criança e a sua forma de interagir com o mundo, o ambiente em que está inserida deve ser visto como um conjunto de sistemas dinâmicos e interligados que irão indubitavelmente influenciá-la. Como referem Dell’Aglia & Siqueira (2006, pag.73), “na medida em que as relações são positivas e recíprocas no início, sendo cada vez mais positivas, é possível que incrementem o ritmo e a ocorrência de processos desenvolvimentais (...). A dimensão afetiva é parte inerente das relações humanas, não devendo, portanto, ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento”.

Não é possível olhar para o desenvolvimento humano desconsiderando a Educação (independentemente de nos referirmos ao contexto formal, informal ou não formal) e consequentemente as relações interpessoais e o contexto em que estas se desenrolam. E não é possível falar de relações interpessoais sem considerar os fenómenos de vinculação afetiva que, de uma forma mais ou menos intensa, nos ligam às pessoas que nos rodeiam.

Apesar da importância do estabelecimento de relações de vinculação afetiva no desenvolvimento humano, este é apenas um dos aspetos a considerar no universo de tantos outros que influenciam o sujeito e o transformam; no entanto, o estabelecimento de relações é, sem dúvida, a base na qual se deve apoiar a intervenção, especialmente quando se trata de intervir com crianças/jovens em situação de acolhimento.

4.1. Importância da empatia e das relações interpessoais para o sucesso da intervenção em contexto de CAR

“(...) o apoio social é e deve ser primeiramente um processo educativo baseado no amor e na compreensão” (Hämäläinen, 2003, pag.73). Esta é a premissa que deve ladear a intervenção de qualquer trabalhador social, e neste caso em particular, todos os educadores sociais que trabalham em contexto de acolhimento.

Quem trabalha com crianças acolhidas estará em condições de afirmar que estas, na sua grande maioria, não querem estar na instituição sendo que, no que as concerne, a família, nuclear ou alargada, é sempre a melhor opção. O acolhimento é por si só uma provação para as crianças, e também para as suas famílias, pelo que o educador social deve conseguir estabelecer com elas uma relação empática e genuína que as ajude a fazer o luto pela perda, ainda que provisória, da família. No entanto, e como refere Millar (in Mendes & Santos, org,

2014, pag.56) “*a capacidade de amar*” será provavelmente a função mais difícil de desempenhar pelos profissionais”, uma vez que o acolhimento é previsto ser provisório o que, quer aos olhos do educador, quer da criança, pode dificultar o processo de estabelecimento da relação. A realidade é que, face ao período geralmente prolongado pelo qual se estende o acolhimento, criam-se condições para que o educador venha eventualmente a tornar-se uma figura estável na vida destas crianças permitindo a criação de vínculos afetivos fortes que potenciam o sucesso das intervenções.

Santos (2010) refere que o suporte afetivo e emocional e o sentimento de pertença são fatores de grande importância para o processo de desenvolvimento das crianças e jovens. Em contexto de acolhimento, para que tal aconteça é importante trabalhar com a criança a razão do acolhimento, reforçando a ideia de que não foram os técnicos da instituição os responsáveis pela sua retirada do contexto familiar. Estando a responsabilidade fora da equação, é possível iniciar um processo, que não deixa de ser terapêutico, no qual são discutidas as razões do acolhimento e os sentimentos que desperta na criança/jovem o que, por sua vez, potenciará o início de uma relação de empatia.

A relação com a criança deve basear-se no respeito mútuo, na verdade e na ausência de juízos de valor. O educador deve estabelecer a sua relação com base na sua história **com** a criança, e não com base na informação que lhe chega nos relatórios sociais. É certo que esta informação é de importância para a definição do projeto de vida da criança, justificação da situação de perigo que originou a sua retirada do meio natural de vida e definição de um padrão de comportamento. Porém, essa informação por si só nunca consegue espelhar a complexidade das situações e dos contextos em que a criança estava inserida, pelo que o educador deve ser capaz de basear toda uma relação com base no momento e contexto em que se encontra ela. Citando Lima (2018, pag.21): “...construímos uma imagem de nós que é um pouco uma manta de retalhos porque corresponde a imagens muito diferentes: somos queridos e bondosos para uns, egoístas e preguiçosos para outros, divertidos e sociáveis nuns grupos e trabalhadores incansáveis noutros contextos”.

Stapley (2014) refere que enquanto seres humanos estamos constantemente a atribuir significados às nossas experiências pois é “através do fazer que o ser humano é”, o que vai modelar a nossa personalidade de forma constante e dinâmica. Esta ideia é importante se considerarmos que a criança se adapta às situações e se comporta de forma que lhe é mais vantajosa em cada momento. Em situação de acolhimento a criança/jovem irá adequar o seu comportamento, numa primeira fase, de forma a criar o mínimo de atritos enquanto analisa

e determina quem são os adultos em quem pode confiar. Aqui, o estabelecimento de uma vinculação segura com o educador social, baseada na confiança e na reciprocidade, “pode abrir caminho para um controlo equilibrado das emoções negativas” (Van IJzendoorn, 2002, pag.274) que dará início ao processo de racionalização das razões do acolhimento e por conseguinte poderá iniciar um processo catártico que facilitará a intervenção. A partir do momento em que perceber no educador uma pessoa digna de confiança e com quem mantém relações de afetividade, reconhecendo-o como uma pessoa significativa, a criança/jovem aceitá-lo-á na sua função de substituto parental; a participação ativa no seu processo de desenvolvimento enquanto sujeito único, porém social, advém da capacidade de estabelecer e aceitar uma relação com as limitações temporais e contextuais associadas ao acolhimento.

A instituição de acolhimento deve constituir-se como um ambiente estável e responsivo às necessidades da criança acolhida, não apenas na dimensão física, mas também na dimensão afetiva e emocional. Nesta última têm um papel fundamental os técnicos, que se devem constituir como um porto de abrigo para os jovens, com quem devem tentar estabelecer um vínculo, que se pretende afetivo. Como refere Santos (2010, pág.45):

O aspecto determinante do desenvolvimento equilibrado dos jovens será o acompanhamento mais personalizado, num espaço de proximidade e de afecto e experiências que investem na qualidade e proximidade das relações estabelecidas entre adultos e crianças e entre as crianças e os seus pares.

Apesar de, ao longo deste subcapítulo, o foco ser a relação de vinculação com o educador social, é óbvio que esta não é exclusiva, sendo normal a criança/jovem ter vários **adultos de referência**. Este é um aspeto fundamental pois permite, quer ao adulto, quer à criança, em situações de maior tensão na relação, recorrer a terceiros que poderão mediar e apaziguar as situações.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Nesta segunda parte pretende-se fazer o enquadramento metodológico que guia a presente investigação. O capítulo será dividido em 4 pontos: pergunta de partida e objetivos, opções metodológicas, caracterização da amostra e por fim as considerações éticas.

1. Pergunta de partida e objetivos de investigação

O educador social a exercer as suas funções em contexto de Acolhimento Residencial tem de lidar diariamente com uma população complexa, pela disparidade das situações de perigo que levam ao seu acolhimento e pelo facto se tratar maioritariamente de, como refere Trotter (2015), uma população involuntária. A intervenção junto do jovem exige uma ação ponderada e uma flexibilidade na atuação, mediante as situações particulares de cada um, o que remete para uma necessidade de constante (auto)avaliação do educador enquanto profissional e uma capacidade de se “reinventar” para dar respostas à crescente complexidade das situações com que se vão deparando. As mudanças sociais fazem com que as problemáticas vão evoluindo e haja necessidade de reajustar as estratégias de intervenção para dar resposta, quer às necessidades da criança/jovem acolhida, quer às pressões oriundas das expectativas da sociedade.

Como se referiu na introdução, pretende-se com esta investigação perceber de que forma o educador social é percecionado pelos jovens junto a quem intervém para assim poder refletir acerca da sua intervenção e repensar/adequar a sua intervenção de acordo como que é mais benéfico para a criança/jovens enquanto, em simultâneo, ajuda na estruturação do seu projeto de vida

Partindo da premissa de que a capacidade do educador em reajustar a sua atuação junto das populações com que trabalha apenas é possível com base numa auto e heteroavaliação, surge a questão de investigação que ladeia esta tese:

Como é percecionado o Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas em Lar de Infância e Juventude?

Da pergunta de partida definem-se 3 objetivos principais e um objetivo secundário:

1. Perceber de que forma é definida a **profissão de Educador Social** pelas crianças/jovens acolhidas.

2. Perceber, de entre as **características pessoais** e sociais apresentadas pelo seu educador social, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas.
3. Compreender como percecionam a **relação** com o seu educador social.

Há ainda um **objetivo secundário**:

Conhecer as características do “educador ideal”, na perspectiva dos jovens.

2. Opções metodológicas

2.1 Paradigma de investigação

Tendo em consideração tratar-se de uma investigação que tem em linha de conta as percepções das crianças/jovens acolhidas em LIJ relativamente ao Educador Social e à sua importância na construção da sua identidade enquanto pessoa, pareceu-nos adequado seguir utilizando o **paradigma e metodologias qualitativas**.

O objetivo destas metodologias qualitativas consiste em descrever e compreender o comportamento humano na sua complexidade, explicando o processo mediante o qual os atores sociais constroem os significados atribuídos ao social. Este paradigma prevê uma compreensão interpretativa do real no sentido de revelar uma realidade múltipla e dinâmica, devendo ser entendido como uma modalidade de investigação cujo interesse reside na interpretação dos processos sociais com recurso à análise reflexiva e crítica das narrativas do real (Silva, 2013).

Gutberlet e Pontuschka (2010 como referido em Rech, 2017) sublinham o papel que tem a reflexividade pois clarifica as escolhas de estudo, as leituras e as interpretações dos resultados por parte do pesquisador, determinadas pela sua história (passada e atual) e identidade.

Um dado importante no paradigma qualitativo é que este procura a diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo e não a homogeneidade (Guerra, como referido em Oliveira, 2015), tendo por isso sido considerado o mais relevante para a investigação em causa. Todas as crianças e jovens que participaram nesta investigação têm histórias de vida complexas e diferentes pelo que se entendeu que a análise quantitativa por si só limitaria a investigação e retiraria muita da riqueza à qualidade dos dados recolhidos.

2.2 Tipo de estudo

Dentro da abordagem qualitativa, optou-se por adotar o **estudo de caso** como tipo de estudo, por se tratar de uma investigação que irá debruçar-se apenas sobre uma população em particular. Como refere Ventura (2007, p.384):

“... o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.”.

2.3 Instrumentos de recolha de dados

A técnica de recolha de dados escolhida foi a **entrevista semiestruturada** por ser a mais adequada para medir os objetivos propostos nesta tese e permitir explorar a riqueza da temática de uma forma mais livre, ter maior flexibilidade de tempo, proceder a correções e ou esclarecimentos relativamente a quaisquer dúvidas que o entrevistado tenha, além de permitir a recolha de dados qualitativos comparáveis e de confiança. (Moreira, 2018; Nogueira-Martins & Bógus, 2004). É no entanto, necessário abordar as limitações desta técnica de recolha de dados uma vez que vários fatores podem enviesar os dados recolhidos, como são exemplo a não compreensão das questões colocadas pelo entrevistador, a falta de motivação na resposta às questões colocadas e a influência que o entrevistador pode ter nas respostas, mesmo que de forma involuntária, através de opiniões pessoais e ou até mesmo da sua expressão corporal (Oliveira, 2015).

A tabela 3, apresentada de seguida, demonstra de que forma foi estruturada a entrevista e quais as perguntas definidas para responder à pergunta de partida e respetivos objetivos. Algumas das perguntas presentes na entrevista não serão referenciadas na tabela por apenas terem relevância para a caracterização estatística da amostra.

Tabela 3 – Apresentação das perguntas da entrevista em função dos objetivos e categorias de análise

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	Perguntas
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas.	Definição de Educador Social	- O que é para ti um educador social? - Consideras importante a existência do(s) educador(es) sociais nas instituições de acolhimento? Porquê?
	Funções/Competências do Educador Social	- Qual o papel do educador social na tua instituição? Que funções desempenha? - As tarefas desempenhadas pelos educadores sociais nas instituições em que já estiveste acolhido eram as mesmas? Se não, quais as diferenças?

	<p>Importância das funções do educador social</p>	<p>- De todas as tarefas desempenhadas pelo educador, qual consideras ser a mais importante, e porquê?</p> <p>- Imagina que te era dada a possibilidade de definir/escolher as tarefas do educador social na instituição onde te encontras acolhido. Como o farias?</p>
<p>OBJETIVO 2: Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelo seu educador sociais, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas</p>	<p>Características pessoais/sociais do educador social</p>	<p>No que toca às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades? E defeitos?</p>
<p>OBJETIVO 3: Compreender como percecionam a relação com o seu educador social;</p>	<p>Relação estabelecida com o educador social</p>	<p>Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante? Porquê?</p> <p>Achas que o educador social da tua instituição teve/tem algum impacto positivo no teu crescimento enquanto pessoa? Explica porquê.</p>
<p>OBJETIVO SECUNDARIO: caracterização do “educador ideal”</p>	<p>Caracterização do Educador Social “ideal”</p>	<p>Se pudesses “desenhar” o educador social ideal/perfeito enquanto pessoa, como o farias? (4/5 características)</p>

2.4 Instrumentos de análise de dados

Findo este processo de recolha de dados e das respetivas autorizações proceder-se-á à transcrição das entrevistas e respetiva **análise de conteúdo**. Para Minayo (2001, p. 74, citado em Grzybovski & Mozzato, 201, p.734), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, esta técnica permite a análise de informações sobre o comportamento humano, tendo duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Os dados recolhidos foram organizados em **categorias e subcategorias** permitindo a sua análise de acordo com os objetivos da investigação. As categorias e subcategorias foram escolhidas com base no enquadramento teórico e encontram-se na tabela 4 que se apresenta de seguida.

Tabela 4 – Apresentação das Subcategorias de análise em função dos objetivos e categorias de análise

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas	Definição de educador social	- Caracterização de educador social - Importância do educador social nas CAR
	Funções/Competências do Educador Social	- Função de acompanhamento - Função avaliativa - Função auxiliar - Função do testemunho da realidade e do Pólo identificador - Função de substituto parental - Função projetiva - Função de modificação do comportamento - Função de organizador - Função de mediador - Função de revelador das inquietações individuais e sociais
	Importância das Funções	- Funções de maior importância. - Definição das funções do educador
OBJETIVO 2: Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelo educador social, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas	Características pessoais/sociais do educador social	- Características mais importantes - Características menos importantes
<u>Objetivo 3 - Compreender como percebem a relação com o educador social</u>	Relação estabelecida com o educador social	- Qualidade da relação - Impacto
OBJETIVO SECUNDÁRIO: caracterização do “educador ideal”	Características do educador social ideal	

2.5 Amostra de investigação – Definição e Procedimentos

Considerando a pergunta de partida que está na base desta investigação, o Colégio **D. Dinis – Internato Masculino de Leiria** (doravante denominado apenas como IML), um Lar de Infância e Juventude, sito na cidade de Leiria, onde o investigador desempenha as funções de educador social há onze anos, foi escolhido como local para a recolha de dados.

Foi solicitada à direção da instituição a possibilidade de realizar as entrevistas às crianças/jovens acolhidas, tendo sido autorizado mediante condição de se cingir à temática da investigação (Anexo II): o modo como é percecionado o educador social pelas crianças/jovens acolhidas e a importância da relação com ele mantida para o seu desenvolvimento enquanto pessoa. A identidade dos jovens participantes e a confidencialidade dos dados fornecidos deveria ser salvaguardada, sendo, no entanto, permitida a caracterização estatística da amostra.

O grupo selecionado para participar nesta investigação integrou 10 jovens do sexo masculino acolhidos neste colégio, tratando-se assim de uma **amostra de conveniência**.

Considerando a problemática a estudar, o único critério de seleção dos jovens participantes na investigação foi a permanência em situação de acolhimento por um período igual ou superior a 18 meses, em uma ou mais instituições de acolhimento residencial; este período foi definido por se considerar que será um período temporal suficiente para que os jovens acolhidos consigam lidar racionalmente com a sua situação de acolhimento e criar relações de proximidade com os membros que constituem a equipa técnico-educativa do LIJ. Nessas condições encontravam-se 14 dos 20 jovens acolhidos no momento do estudo.

Aos 14 jovens foi explicado o propósito da investigação e foi solicitada a sua participação, tendo um jovem recusado à partida fazer parte do estudo e os restantes 13 aceitado colaborar.

As entrevistas tiveram lugar entre os dias 3 e 5 de junho de 2019, tendo apenas sido possível entrevistar 10 dos 13 jovens previstos inicialmente por dois deles se encontrarem em saída não autorizada prolongada aquando da sua realização, e um por impossibilidade de estar presente nos dias e horários em que decorreram as entrevistas

2.6 Considerações éticas

Com a escolha da entrevista como técnica de recolha de dados colocou-se uma questão de extrema importância: a escolha do entrevistador. Considerando a problemática em estudo, o investigador não reuniria as condições para realizar as entrevistas sendo que os resultados não seriam fidedignos uma vez que é um dos educadores sociais a trabalhar com as crianças/jovens a participar no estudo; existiria a possibilidade de responderem às questões de acordo com o que pensavam que o entrevistador queria ouvir, quer por medo de represálias, quer por medo de ferir suscetibilidades. Esta questão ficou resolvida com o apoio de uma pessoa externa à instituição, que a pedido do investigador, e com autorização da direção da instituição, se deslocou ao IML para realizar as entrevistas.

Resolvida a questão do entrevistador, os 14 jovens que se encontravam na condição de entrevistados foram abordados pelo investigador questionando-os acerca da sua disponibilidade para serem entrevistados no âmbito de um estudo. Poder-se-á questionar a ética do investigador ao usar dados recolhidos com base numa informação errada prestada aos jovens aquando do seu pedido de colaboração, até porque estes, ao responder às questões da entrevista não pressupunham que o investigador tivesse acesso à informação. No entanto, e para salvaguardar a integridade da investigação, após a realização das entrevistas, e antes de ter acesso a qualquer informação nelas contida, o investigador reuniu os 10 jovens entrevistados, dando-lhes a conhecer todos os detalhes relativos ao estudo e a quem se destinava a informação recolhida; solicitou-lhes autorização para usar as informações, com a garantia de que, caso não autorizassem, as gravações seria eliminadas pela entrevistadora, sem que tivesse acesso a elas. Apesar de surpresa causada pela informação, não mostraram reticências acerca da utilização dos dados recolhidos, reconhecendo que teriam respondido de forma diferente e mais contida se soubessem para quem era destinada a informação. Todos os jovens assinaram um documento a autorizar a utilização das informações contidas nas entrevistas, documento esse que depois foi também assinado pela diretora do IML, por ser a tutora legal de todos os jovens.

Para salvaguarda das identidades dos jovens participantes no estudo os nomes foram substituídos por códigos (ENT1, ENT2...ENT10). As entrevistas foram transcritas e são apresentadas no Anexo V, tendo sido ocultadas as partes das respostas em que o sigilo da identidade do jovem e/ou o funcionamento da instituição fossem comprometidos. Também como forma de salvaguarda à identidade dos profissionais do Colégio nomeados nas entrevistas, irão ser usados nomes fictícios.

3. Apresentação e discussão de resultados

O presente ponto destina-se a apresentar, analisar e discutir os dados recolhidos nas 10 entrevistas realizadas a jovens do sexo masculino acolhidos no Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria, à luz do enquadramento teórico apresentado na primeira parte.

Os dados recolhidos nas entrevistas serão compilados em tabelas de acordo com a pertinência para cada categoria e subcategoria de análise (*vide* tabela 4) para assim facilitar a sua apresentação. Para efeitos de análise extraem-se pormenores das respostas dos 10 participantes entrevistados que fornecem evidências das categorias em causa.

Na transcrição das entrevistas completas encontra-se no Anexo V.

3.1. Caracterização estatística da amostra

A caracterização da amostra será feita de forma meramente estatística, com base em dados recolhidos pelo investigador no desempenho das suas funções com os jovens que constituem a amostra. Pretende-se fornecer informação que pode ser pertinente para a investigação salvaguardando simultaneamente a identidade dos jovens participantes.

A amostra contém 10 jovens de idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos, sendo a média de idade 16,7 anos. As idades estatisticamente mais representadas encontram-se no intervalo entre os 17 e os 19 anos. Como se pode ainda verificar na tabela 1, 40% da amostra é caracterizada por jovens que já atingiram a maioridade.

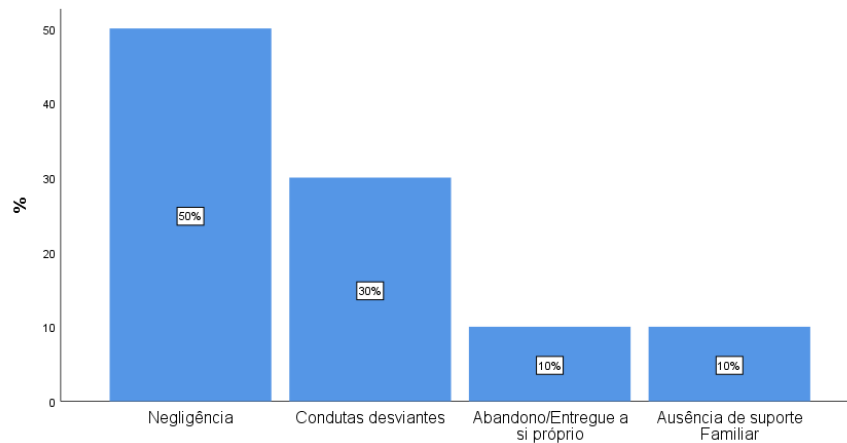
Tabela 5 – Idade dos entrevistados

Idades	Nº de entrevistados	%
13- 17 anos	6	60%
18-21 anos	4	40%

Fonte: Produção do próprio autor

No que respeita as razões de acolhimento, e como se pode ver de seguida no gráfico 5, 50% viu a sua medida de acolhimento residencial aplicada por motivos de negligência, sendo o abandono (10%), as condutas desviantes (30%) e a ausência de suporte familiar (10%) as outras razões.

Gráfico 5 – Razões de acolhimento



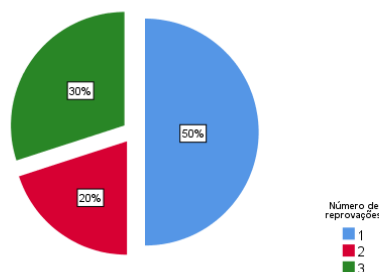
Fonte: Produção do próprio autor

As medidas foram aplicadas maioritariamente pelas CPCJ (60%), o que implica que houve consentimento para a atuação.

O tempo total de institucionalização dos entrevistados varia entre os 35 e os 192 meses (média de 82,8 meses); se considerarmos o tempo de acolhimento apenas no IML, então os valores variam entre os 9 e os 98 meses (média de 67,4 meses).

Na dimensão escolar/formativa podemos, como mostra o gráfico 6, verificar que todos os entrevistados tiveram pelo menos uma reprovação no seu percurso escolar, sendo que 30% reprovou 3 vezes, 20% reprovou 2 vezes e 50% da amostra apresenta apenas uma reprovação.

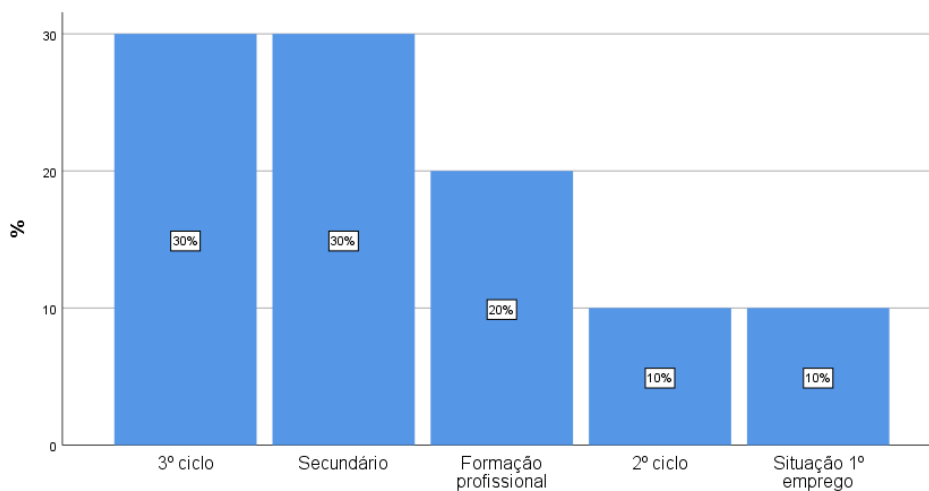
Gráfico 6 – Número de reprovações (%)



Fonte: Produção do próprio autor

Analisando o gráfico 7 percebe-se que a maior percentagem dos entrevistados se encontra no 3º ciclo e ensino secundário (30% cada respetivamente), sendo seguida pelo Ensino profissional (20%) e pela frequência do 2º ciclo (10%); os restantes 10% não se encontram a frequentar nenhum nível de ensino, encontrando-se à data das entrevistas em situação de primeiro emprego. A amostra é ainda composta por 50% de indivíduos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), tendo medidas de acompanhamento pedagógico em contexto escolar.

Gráfico 7 – Situação escolar da amostra (%)



Fonte: Produção do próprio autor

Na dimensão saúde, podemos referir que 40% beneficia de acompanhamento pedopsiquiátrico (sendo que 50% destes faz toma de medicação), e 10% aguarda encaminhamento para avaliação.

Por último iremos referir as problemáticas atuais a ser trabalhadas durante o acolhimento, com estes elementos em particular, e que abrangem 40% da amostra: agressividade física, agressividade verbal, intolerância à frustração e furto. 10% da população possui as 4 problemáticas em simultâneo, 30% possui agressividade física, agressividade verbal, intolerância à frustração, 10% furto e 10% intolerância à frustração.

Fazendo uma comparação com os dados fornecidos pelo Relatório CASA 2018, sem pretensão de fazer mais que uma comparação estatística, é possível verificar que os dados relativos a esta amostra, no que diz respeito à razão de acolhimento, vão de acordo com a tendência generalizadas dos acolhimentos em CARG, ou seja, têm como razão principal a Negligência

(CASA 2018 – 59%; Amostra – 50%). Já no que diz respeito ao tempo de acolhimento se é possível verificar que a tendência nacional atual é de uma média de 3,8 anos de acolhimento, no caso da nossa amostra este valor é substancialmente maior, com uma média de 6,9 anos.

3.2 Objetivo I – Perceber de que forma é definida a profissão de educador Social pelas crianças/Jovens acolhidas

Com o objetivo 1 pretende-se perceber de que forma os sujeitos da amostra percecionam a profissão de educador social a sua importância no contexto das casas de acolhimento, quais as funções que lhe atribuem e de que forma as classificariam por grau de importância. A análise das funções do educador social será efetuada numa dimensão geral (o educador social) e também numa dimensão particular (o ou os educadores da Casa de Acolhimento onde se encontram).

3.2.1 Definição de Educador Social

Em relação ao objetivo 1 – categoria Definição de educador social, subcategoria Caracterização do educador social, apresentam-se na tabela 6 os resultados obtidos:

Tabela 6 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Definição de educador social, subcategoria Caracterização do educador social

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Definição de educador social	Caracterização do educador social
Unidades de análise		
<p><i>“O educador social para mim é <u>aquele que trata das coisas da vida</u>, mas não estando muito em contacto connosco (...) mais profissional se calhar” – ENT1</i></p> <p><i>“(…) <u>O que nos prepara para vida lá fora.</u>” – ENT2</i></p> <p><i>“Uma pessoa que <u>educa as pessoas</u> (...) pr’ái o <u>segundo ou terceiro pai</u>, sei lá!” – ENT3</i></p>		

“(...) neste espaço é mesmo apoiar os utentes, tentar encaminhá-los para o melhor, tentar educá-los, educar porque os educadores sociais aqui, pelo menos, estão a fazer o papel de pais, talvez. (...) Está a fazer o papel de pai e mãe, o que seja, tentar orientar, tentar fazer com que... pronto, neste meio é muito fácil perder-se por várias razões... tentar não chegar a esse ponto.” – ENT4

“(...) é alguém que tem de estar lá quando é preciso, orientar para termos um bom futuro e dar-nos na cabeça também quando é preciso” – ENT5

“Não sei ao certo... prepara o jovem” – ENT6

“Dentro desta casa? A substituição do pai e da mãe, da pessoa que nos supostamente devia ser mais próxima, mas que não estamos com ele por alguma razão” – ENT7

“É quem toma conta de nós. Basicamente é quem vai às reuniões da escola, é quem nos dá educação, é quem nos ajuda no que nós precisamos” – ENT8

“Neste caso é como se fosse quase o nosso segundo pai, porque trata de nós, trata do nosso futuro e da nossa saúde” – ENT9

“(...) é quem tá a servir o papel dos pais, acho que é só.” – ENT10

Podemos verificar que quando solicitado aos jovens para definir “educador social” enquanto profissão o enfoque é dado no **papel de cuidador**, com as responsabilidades inerentes de orientador e mediador. A função de **substituto parental** é declaradamente reconhecida por 5 dos entrevistados, o que é particularmente importante tendo em consideração que todos se encontram em situação de acolhimento prolongado, entre 35 e 94 meses (Capul e Lemay, 2003).

É interessante analisar o discurso do ENT4, uma vez que, apesar de referir o educador social como estando a “*fazer o papel de pais*”, utiliza recorrentemente a expressão tentar, o que remete para uma **responsabilidade partilhada** no percurso de desenvolvimento do jovem. A participação ativa e voluntária na elaboração dos projetos de vida dos jovens deve ser a base de qualquer intervenção (Correia, Martins, Azevedo e Delgado, 2014), sendo que o

educador apenas o pode tentar encaminhar, educar e orientar, tentando potenciar o seu sucesso.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Definição de educador social, subcategoria Importância do educador social nas CAR, apresentam-se na tabela 7 os resultados obtidos:

Tabela 7 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Definição de educador social, subcategoria Importância do educador social nas CAR

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Definição de educador social	Importância do educador social nas CAR
Unidades de análise		
<p><i>“Muito! <u>Pilar... pilar de tudo o que tenha a ver connosco. (...) Não faz sentido não existir um educador social numa instituição. No meu ponto de vista não!</u>” – ENT1</i></p> <p><i>“É. <u>Porque eles é que estão a tentar nos mostrar o que é a vida lá fora. Que é para quando sairmos daqui estamos preparados para sair.</u>” – ENT2</i></p> <p><i>“Sim (...) <u>se não, quem é que tomava conta de nós?!</u>” – ENT3</i></p> <p><i>“Sim (...) <u>Sem o papel deles o utente pode não se sentir orientado para o que quer e muitas vezes não educado da maneira certa.</u>” – ENT4</i></p> <p><i>“Sim, por aquilo que disse anteriormente (cit.: <u>é alguém que tem de estar lá quando é preciso, orientar para termos um bom futuro e dar-nos na cabeça também quando é preciso.</u>)” – ENT5</i></p> <p><i>“Sim. <u>Se eles não existissem, a gente também não era muito coiso. Como é que eu hei-de dizer... não tínhamos assim tantas regalias como nós temos à pala deles.</u>” – ENT6</i></p>		

“Claro. Porque já referi o papel importante para mim (cit.: a substituição do pai e da mãe), que pronto, tou há oito anos nesta instituição, mas é mais por aí. Até porque os monitores que estão na casa acabam por ser um bocado de educadores sociais, não tendo o mesmo, a mesma função, mas acabam por ter mais ou menos o mesmo papel” – ENT7

“Sim. Porque se não fossem eles, basicamente nós... basicamente não tínhamos tanto respeito e tanta educação, se calhar, digo eu” – ENT8

“Sim, porque nem todos sabem fazer aquilo que o educador social faz. E há certos pontos e características nossas no dia-a-dia, nem toda a gente consegue notar isso. Só o educador social que passa mais tempo connosco e nos conhece melhor é que sabe disso” – ENT9

“Hum Hum, porque tem de haver alguém para nos ajudar no dia-a-dia. Para andarem em cima de nós na escola e para nos ajudarem também na saúde” – ENT10

A importância da existência da figura do educador social nas instituições de acolhimento é reconhecida pelos 10 jovens inquiridos, o que não é difícil de perceber tendo em consideração os dados recolhidos da tabela anterior. Os jovens continuam a reforçar a ideia do educador como **figura cuidadora, orientadora e de substituto parental**.

Analisando o discurso de ENT1 podemos inferir a **relação de proximidade** entre os educadores e os jovens quando se refere ao educador como o “pilar” de tudo o que tem a ver com eles; também ENT9 remete para esta relação de proximidade quando refere que o educador tem um conhecimento mais aprofundado das suas características pessoais que os demais funcionários da instituição.

É importante analisar o discurso de ENT7 e a analogia que faz entre o papel desempenhado pelos educadores e pelos *monitores* (designação utilizada para fazer referência aos Auxiliares de Ação Educativa) que apesar de assumirem funções diferenciadas, desempenham o mesmo papel de substituto dos pais. Este sentimento é facilmente compreendido se considerarmos que no exercício das suas funções de gestão das rotinas diárias da instituição (acordares, refeições, higiene, deitares, entre muitas outras) os monitores têm oportunidade de estabelecer relações duráveis e laços de afetividade que numa situação familiar tradicional seriam estabelecidas com os progenitores (Capul e Lemay, 2003).

O objetivo principal da intervenção de qualquer educador social a trabalhar em contexto de acolhimento residencial passa por criar as condições para que, no ambiente mais contentor que é a CAR, se possa proceder a uma (re)educação participativa da criança/jovem e o seu enquadramento na sociedade enquanto membro válido (Cofferi e Nogaro, 2010). Analisando o discurso de ENT5, podemos constatar que se refere ao educador como suporte e como **mediador** uma vez que o deve orientar para um futuro bom; faz ainda referência ao “*dar na cabeça quando é preciso*”, o que remete para a necessidade de **regras**.

Toda a intervenção do educador é efetuada no sentido da diminuição das diferenças sociais a que os sujeitos com quem intervêm estão sujeitos (Canastra e Malheiro, 2009). Quando ENT6 refere “*não tínhamos assim tantas regalias como nós temos à pala deles*” o educador é retratado enquanto **potenciador de oportunidades**, função esta que está diretamente associada à necessidade de criar condições que esbatam as diferenças sociais a que estão sujeitas.

Mediador entre o educando, a comunidade e a cultura, o educador assume uma tarefa de grande complexidade que implica formação adequada para que possa intervir de forma ativa e responsável (Oña, 2005; Freire-Ribeiro, Queirós e Ribeiro, 2009) enquanto, de forma simultânea, reavalia e reajusta a sua intervenção com base numa análise reflexiva das suas ações (Natali e Paula, 2008). O discurso de ENT9 permite-nos inferir a importância da **especialização e especificação da carreira** de educador social quando refere “*nem todos sabem fazer aquilo que o educador social faz. E há certos pontos e características nossas no dia-a-dia, nem toda a gente consegue notar isso. Só o educador social que passa mais tempo conosco e nos conhece melhor é que sabe disso*”, reconhecendo nele um conjunto de competências específicas que nem todos os restantes funcionários têm.

3.2.2 Funções/Competências do Educador Social

A análise das funções/Competências do Educador Social foi subdividida por nove subcategoria de análise definidas por Capul e Lemay (2003), cujo foco é a importância da relação mantida entre educador e sujeito nas várias funções que o primeiro vai desempenhando. Foi excluída propositadamente a Função Projetiva, não por ser menos importante, mas porque não é possível analisar esta função através do discurso dos jovens entrevistados. Será possível perceber que apesar de serem tratadas de forma unitária todas as funções aqui referidas estão interligadas e devem ser encaradas como partes de um todo que tem como objetivo a capacitação da criança/jovem e a elevação ao seu expoente máximo enquanto indivíduo social.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de acompanhamento, apresentam-se na tabela 8 os resultados obtidos.

Tabela 8 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de acompanhamento

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função de acompanhamento
Unidades de análise		
<p><i>“Faz o nosso <u>acompanhamento na escola</u>... tudo o que tenha a ver com o ensino e assim.”;</i></p> <p><i>“... depois <u>temos a educadora da saúde</u>...” - ENT1</i></p> <p><i>“Trata da <u>escola</u>. Trata de assuntos tipo médicos, comunicação. Trata disso, do futebol, do futsal... <u>é dos desportos</u>”; “Como por exemplo, <u>partir uma perna... eles se calhar até vêm de propósito de casa para vir</u>”; “E <u>estão-nos a ensinar</u>, por que se não fosse eles, muitos daqui estavam a viver no olho da rua! - ENT2</i></p> <p><i>“Tomar conta de nós, para nos por regras e educação” – ENT3</i></p> <p><i>“... o papel do educador vai ser tentar também <u>encaminhá-lo para o que ele quer, orientá-lo</u>...”; “Tenta-nos sempre <u>orientar nas questões escolares, profissionais e também em questões emocionais, vêm sempre falar connosco, é importante</u>”; “...<u>tentou sempre me ajudar para eu conseguir um trabalho, tentou sempre aconselhar para não seguir maus caminhos</u>...” - ENT4</i></p> <p><i>“... ele agora trata só da parte da educação, escola, <u>fala com os professores, trata da área da educação</u>. Depois temos outra educadora que é a parte da saúde. <u>Estamos doentes ou precisamos de ir às consultas, ela vai connosco.</u>” – ENT5</i></p>		

“Ajudar o pessoal, ir à escola ver as notas...” – ENT6

“Temos dois educadores, um para a educação, que é mais para a escola e outro mais para a saúde” – ENT7

“Tratar dos assuntos pessoais dos utentes, dar educação e pouco mais, acho eu.” - ENT8

“Cuidar de nós, tanto na escola como na parte da saúde. Vai a reuniões, notas, marca consultas, vai connosco.” – ENT9

“Ir à escola, reuniões com os professores, ajudar-nos no que é preciso, fazer atividades connosco, irmos dar uma volta... na saúde é outra educadora, são dois, um é a escola e outro é a saúde” – ENT10

É possível observar no discurso de todos os entrevistados a importância da função de acompanhamento nas dimensões escolar/formativa, saúde e bem-estar e emocional. Apenas um dos jovens se referiu de forma explícita à dimensão emocional como sendo uma dimensão importante no acompanhamento aos jovens.

Nas dimensões escolar/formativa e da saúde o educador é possível perceber o **educador como mediador** entre o jovem e meio, apoiando-o e orientando-o, sem o fazer de forma impositiva. A não imposição está patente no discurso de ENT1 quando refere que o educador irá” encaminhá-lo para o que ele quer, orientá-lo“, o que nos remete para uma **ação participada** por parte da criança/jovem.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função avaliativa, apresentam-se na tabela 9 os resultados obtidos:

Tabela 9 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função avaliativa

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função avaliativa
Unidades de análise		
<p><i>“Então, tipo, eles é que nos vão ajudar para a vida se nós quisermos. Se não quisermos... não nos ajudam” – ENT3</i></p> <p><i>“o meu irmão (...) ele ainda não sabe o que é que ele vai querer seguir e acho que isso... que o papel do educador vai ser tentar também encaminhá-lo para o que ele quer, orientá-lo.”; sem o papel deles o utente pode não se sentir orientado para o que quer...” – ENT4</i></p> <p><i>“Melhorei muito, falava com ele, desabafava com ele” – ENT6</i></p> <p><i>“Se não fosse ele (...) não sei se estava a tirar o curso que eu estou a tirar e como eu gosto” – ENT9</i></p> <p><i>“Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender algumas coisas que nós não sabíamos, a gerir o dia-a-dia” – ENT10</i></p>		

Na sua função avaliativa, o educador avalia as competências, desempenho e aptidões dos sujeitos, trabalhando com ele para as desenvolver, num processo colaborativo (Capul e Lemay, 2003).

Numa perspectiva sistémica Bronfenbrenner e Morris (1999) consideram que os processos proximais, o contexto, o tempo e a personalidade do indivíduo, e as dinâmicas que se geram entre eles irão modelar o seu comportamento, estando assim intrinsecamente ligados ao seu desenvolvimento. Se analisarmos a resposta dos jovens, é possível perceber que o discurso é orientado numa perspectiva de **continuidade temporal**, de **crescimento conjunto**, o que

revela o estabelecimento de uma **relação empática/afetiva**: “*Falava com ele, desabafava com ele*” (ENT6); *melhora-nos algumas características*” (ENT10).

A questão temporal é de extrema importância pelo facto de apenas ser possível avaliar o jovem e o seu desempenho se houver tempo para o conhecer (a sua personalidade, o contexto em que estava inserido previamente ao acolhimento) e com ele estabelecer uma relação de empatia. Apenas a partir dessa relação se conseguirá criar as condições de confiança necessárias para o envolvimento dos jovens e o sucesso da intervenção. No discurso de ENT3 é possível observar a importância da vontade do jovem em querer colaborar, “*eles é que nos vão ajudar para a vida se nós quisermos*”, estando o foco nesta última expressão.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função Auxiliar do eu, apresentam-se na tabela 10 os resultados obtidos:

Tabela 10 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função Auxiliar do EU

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função Auxiliar do eu
Unidades de análise		
<p>“...<i>O pá, digamos acalmar as coisas <u>quando uma pessoa está muito stressada, ele consegue falar contigo. E se for preciso, por exemplo, no outro dia ele esteve ali com um colega meu duas horas a falar com ele... mas ele também é um bocadinho lentinho por isso o educador teve de estar ali sentado e tal. Se for preciso, se eu estivesse lá a ouvir era praticamente duas horas a dizer o mesmo...Mas pronto, ele teve muita paciência.</u></i>” – ENT5</p> <p>“...<i>temos sempre ele ali disposto para falar de alguma coisa que nos preocupemos e mesmo de escola ou algum problema de saúde que tu não queiras dizer, mas que está... ou mesmo problemas em casa que estão a afetar, ele está ali para falar e está pronto a ouvir.</i>!” – ENT09</p>		

Em contexto de acolhimento são frequentes os momentos em que o educador tem de lidar com as inseguranças e medos dos jovens com quem trabalha, fruto das suas vivências e do contexto em que se encontram no momento. Haverá alturas em que será necessário lidar com a dor emocional dos jovens, manifestando mais atenção, paciência e sensibilidade perante determinadas situações, o que implica também um maior controlo das emoções (Cavalcante e Correia, 2012; Charles e Wilson, 2004). A Função de “Auxiliar do Eu” remete-nos exatamente para estes momentos de maior tensão, em que é necessário ajudar a criança/jovem a lidar com situações de stress afastando-a do foco de tensão imediata, permitindo-lhe reorganizar-se (Capul e Lemay, 2003). Esta função pode-se verificar em situações *in extremis*, em que a criança/jovem se encontra a descompensar (agressão verbal e/ou física, agitação motora, por exemplo) ou em situações em que o educador se aperceba de que se apresenta numa fase de maior instabilidade e em que é necessário potenciar momentos de afastamento. No discurso do ENT5 está patente a presença desta função quando refere “*quando uma pessoa está muito stressada, ele consegue falar contigo. E se for preciso, por exemplo, no outro dia ele esteve ali com um colega meu duas horas a falar com ele*”.

No discurso de ENT9 o educador é descrito como disponível, “*...temos sempre ele ali disposto para falar (...) ele está ali para falar e está pronto a ouvir!*”, sendo a **disponibilidade** um dos requisitos necessários para que esta função possa ser desempenhada com o seu propósito reorganizador. A disponibilidade genuína de querer saber o ponto de vista da criança e o que se passa com ela permitem ao educador, estabelecer uma relação empática (Fabbri, 2018), requisito necessário para o correto desempenho desta função.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função do testemunho da realidade e do pólo identificador, apresentam-se na tabela 11 os resultados obtidos:

Tabela 11 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função do testemunho da realidade e do pólo identificador

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social	Funções/Competências do Educador Social	Função do testemunho da realidade e do pólo identificador

<p>pelas crianças/jovens acolhidas;</p>		
<p>Unidades de análise</p>		
<p><i>“... todos os meus erros e assim, que eu cometo no dia-a-dia e assim, ele corrige-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz...” – ENT1</i></p> <p><i>“... eles é que estão a tentar nos mostrar o que é a vida lá fora” – ENT2</i></p> <p><i>“...eu, no meu caso gostaria de sair daqui a dizer que agradeço tudo o que fizeram comigo, que não consegui chegar onde cheguei se não tivesse vindo para aqui. Tinha conseguido, mas não era da mesma maneira.” - ENT5</i></p>		

Enquanto pessoa significativa na vida das crianças/jovens, resultado do estabelecimento de uma relação de empatia e afetividade que se cria a partir da participação diária nas suas vidas, o educador desempenha um duplo papel: espectador do desenvolvimento da criança/jovem e simultaneamente modelo. O registo do ENT1 é evidência disso mesmo pois assume no educador uma pessoa significativa que está presente diariamente, que assiste aos erros que comete e ajuda a corrigi-los enquanto aconselha/encaminha com base na sua experiência. Também o registo do ENT2 reconhece no educador uma pessoa que estabelece a ponte entre si e a vida fora da CAR, através partilha de experiências baseada numa relação de afetividade.

Analisar o discurso de ENT5 permite inferir que identifica no educador uma pessoa significativa, com quem mantém uma relação de empatia, reconhecendo o seu papel de orientador uma vez que tem assumidamente um papel ativo no seu desenvolvimento enquanto pessoa; no entanto, ao referir que se não tivesse sido acolhido *“tinha conseguido, mas não era da mesma maneira”* faz prova de um **papel ativo no seu próprio projeto de vida** que terá sido facilitado pelo educador.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de substituto parental, apresentam-se na tabela 12 os resultados obtidos:

Tabela 12 – Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de substituto parental

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função de substituto parental
Unidades de análise		
<p><i>“Eles estão a fazer o papel de pai e mãe enquanto nós aqui estamos.” – ENT2</i></p> <p><i>“... uma pessoa que faz-nos, <u>pr’ái o segundo ou terceiro pai, sei lá!</u>.” – ENT3</i></p> <p><i>“Os educadores sociais aqui, pelo menos, estão a <u>fazer o papel de pais, talvez</u>”; “Está a fazer o <u>papel de pais e de mães</u>, o que seja, tentar orientar, tentar fazer com que, pronto, neste meio é muito fácil perder-se por várias razões...” – ENT4</i></p> <p><i>“... <u>o papel de pai que ele faz para tentar, não é substituir, mas... pronto, tem mais ou menos o papel de pai.</u>”; “A <u>substituição do pai e da mãe, da pessoa que supostamente devia ser mais próxima, mas que não estamos com ela por alguma razão</u>” – ENT7</i></p> <p><i>“Neste caso é como se fosse <u>quase o nosso segundo pai, porque trata de nós, trata do nosso futuro e da nossa saúde.</u>” – ENT9</i></p> <p><i>“O educador social? <u>É quem está a servir o papel dos pais, acho que é só.</u>” – ENT10</i></p>		

A função de substituto parental está patente ao longo de todos o discurso dos jovens, quando assumem que o educador desempenha a quase totalidade das tarefas de cuidador que seriam, idealmente, desempenhada pelos progenitores. É, no entanto, interessante que 6⁶ dos 10 jovens inquiridos assumam de forma explícita que o educador tem o papel de substituto parental, o que já por si pressupõe a existência de uma relação de empatia e afetividade.

⁶ Na realidade foram 7 os sujeitos a referir o educador na sua função de substituto parental. Porém, a a referência de ENT6 a esta função não será considerada por ter sido dada em resposta a sugestão do entrevistador.

É importante que esta função seja encarada como provisória, quer pelo educador quer pela criança/jovem, cuja razão e duração são definidas pela medida de acolhimento (Capul e Lemay, 2003). A **clarificação de papéis** é um processo contínuo e necessário para o sucesso da intervenção, que permite à criança entender o propósito do tempo que passará com o educador (Trotter, 2015), evitando assim constrangimentos e/ou sentimentos de perda aquando da cessação da sua medida.

Analisando o discurso de ENT2, é possível verificar que tem presente o carácter provisório desta função assumida pelos educadores, quando refere *“Eles estão a fazer o papel de pai e mãe enquanto nós aqui estamos.”*.

No discurso de ENT7 percebe-se que entende o propósito e a necessidade da função de substituto parental do educador pela ausência dos progenitores quando refere, *“A substituição do pai e da mãe, da pessoa que supostamente devia ser mais próxima, mas que não estamos com ela por alguma razão”*. Esta necessidade também é percebida por ENT9 e ENT10 quando referem, respetivamente, *“como se fosse quase o nosso segundo pai porque trata de nós, trata do nosso futuro e da nossa saúde.”* e *“está a servir o papel dos pais.”*.

A clarificação dos papéis de cada um, educador e criança/jovem acolhida, fomenta uma relação esclarecida e genuína que irá permitir a esta última fazer uma transição para a vida pós acolhimento sem constrangimentos e sentimentos de perda; assim, apesar de originada numa necessidade, esta função de substituto parental, será reconhecida pela criança como tendo por base uma **relação empática e de afetividade genuína**, e não apenas uma obrigação por parte do educador. Se positivas e recíprocas, estas relações funcionarão como um “elemento propiciador de desenvolvimento” (Dell’Aglia & Siqueira, 2006).

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de modificação do comportamento, apresentam-se na tabela 13 os resultados obtidos:

Tabela 13– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, sub-categoria Função de modificação do comportamento

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função de modificação do comportamento
Unidades de análise		
<p><i>“... <u>todos os meus erros, que eu cometo no dia-a-dia e assim, ele corrige-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz</u>” – ENT1</i></p> <p><i>“...<u>tentar orientar, tentar fazer com que, pronto, neste meio é muito fácil perder-se por várias razões... tentar não chegar a esse ponto.</u>” – ENT4</i></p> <p><i>“...<u>que tem de estar lá quando é preciso, orientar para termos um bom futuro e dar-nos na cabeça também quando é preciso.</u>” – ENT5</i></p> <p><i>“<u>Ajudou-me em várias coisas. Melhorei muito...</u>” – ENT6</i></p> <p><i>“... <u>sempre que eu faço asneira ele vem me dar na cabeça e sempre que eu me porte bem ou faça alguma coisa para a instituição ou para mim pessoalmente, quer dizer, eu faço para a instituição, mas <u>contribui essencialmente para o meu crescimento</u> e para os meus contactos, entre aspas. Pronto, eu acho que é mais por isso que ele... está sempre em cima, mesmo com a papelada toda está sempre em cima de nós.</u>” – ENT7</i></p> <p><i>“<u>Porque se não fossem eles, basicamente nós... (...) não tínhamos tanto respeito e tanta educação</u>” – ENT8</i></p> <p><i>“<u>Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender coisas que nós não sabíamos, a gerir o dia-a-dia</u>” – ENT10</i></p>		

O conceito de modificação de comportamento, quando aplicado à realidade das instituições que acolhem crianças/jovens, não deve ser encarado de uma forma pejorativa, em que a modificação se verifica de forma repressiva, mas sim de forma positiva, em que há um **trabalho específico, orientado e especializado** em que o que se pretende é modificar as interações entre as crianças/jovens e o seu meio, levando a alterações comportamentais de forma a que se adaptem às exigências e normas sociais (Capul e Lemay, 2003). O propósito último da alteração de comportamentos passa pela necessidade de garantir o seu bem-estar, durante e após o acolhimento, tentando romper, em alguns casos, com anos de maus hábitos e comportamentos desajustados, enquanto simultaneamente se potencia o desenvolvimento das suas capacidades pessoais para que participe ativa e criticamente na sociedade em que estão inseridos (Oña, 2005).

O educador pode ser considerado como um veículo de mudança que, através do exemplo e da mediação, apela à modificação dos comportamentos de acordo com o que é expectável no contexto em que se inserem (e de forma a promover o seu bem-estar), até que o comportamento alterado se torne um comportamento padrão. Para que a mudança seja efetiva tem de haver vontade por parte do jovem e uma participação ativa no processo de mudança.

No discurso de ENT1, quando refere *“todos os meus erros, que eu cometo no dia-a-dia e assim, ele corrige-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz”*, pode-se verificar a existência de uma relação de confiança entre o jovem e o educador uma vez que aceita as críticas ao seu comportamento, e simultaneamente, o papel ativo do jovem na mudança, com a assimilação da crítica e a alteração do seu comportamento. Também ENT6 remete para o papel do educador enquanto potenciador de mudança de comportamento quando diz *“Ajudou-me em várias coisas. Melhorei muito...”*, uma vez que o papel do educador foi de ajuda, tendo a mudança ocorrido no, e pelo, jovem.

Da análise dos excertos transcritos de ENT4 e ENT5, é patente a importância que o educador tem no seu papel de orientador/facilitador para a mudança de comportamento, no sentido de lhes facultar um futuro melhor, sem se “perder”, como refere este último.

No excerto de ENT8 transcrito acima é possível inferir que o educador é considerado uma pessoa significativa e potenciadora de modificação de comportamentos quando refere que sem ele não teriam *“tanto respeito e tanta educação.”*

De todos os entrevistados, ENT7 foi o único a fazer referência, além da crítica, à importância do **reforço positivo enquanto potenciador de mudança**. Como se pode verificar “... sempre que eu faço asneira ele vem me dar na cabeça e sempre que eu me porte bem ou faça alguma coisa para a instituição ou para mim pessoalmente, quer dizer, eu faço para a instituição, mas contribui essencialmente para o meu crescimento. Para este jovem, é evidente a importância do equilíbrio entre o reconhecimento do erro e a validação de atitudes e/ou comportamentos corretos, algo que considera que contribui para o seu crescimento. O reforço positivo, como ferramenta de modelação de comportamentos, foca-se no indivíduo e nas suas características positivas, fazendo a criança/jovem sentir-se responsável e protagonista nas fases de delimitação do seu projeto de vida (Onã, 2003).

Outro aspeto digno de reparo é a referência que ENT5 faz do educador como pessoa que “*tem de estar lá quando é preciso (...) e dar-nos na cabeça também quando é preciso*”. Esta expressão remete-nos para a necessidade, consciente ou não, da presença de uma pessoa de referência para ajudar a modelar o seu comportamento para que possa, como o mesmo refere, ter “*um bom futuro*”.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de organizador, apresentam-se na tabela 14 os resultados obtidos:

Tabela 14– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de organizador

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função de organizador
Unidades de análise		
<p><i>“Pilar... pilar de tudo o que tenha a ver conosco”; “<u>como disse ele trata das minhas cenas da escola, futebol e assim...</u>” – ENT1</i></p> <p><i>“<u>Meio escolar porque... a mim não tanto mas aos mais pequenos é importante porque eles não se conseguem orientar sozinhos, precisam de alguém que tenha essa função.</u>”;</i></p> <p><i>“, tentar orientar, tentar fazer com que, pronto, <u>neste meio é muito fácil perder-se por</u></i></p>		

várias razões... ”; “No caso do educador foi ele que tratou sempre da minha situação escolar, tentou sempre me ajudar para eu conseguir um trabalho, tentou sempre me aconselhar para não seguir maus caminhos.” – ENT4

“...tem de estar lá quando é preciso, orientar para termos um bom futuro e dar-nos na cabeça também quando é preciso.” – ENT5

“... quando nós estamos cá há algum tempo os educadores vão-nos conseguindo ler, entre aspas.” – ENT7

“E há certas características nossas no nosso dia-a-dia, que nem toda a gente consegue notar isso. Só o educador social que passa mais tempo connosco e nos conhece melhor é que sabe disso (...) que eu necessito.” – ENT9

“...faz-nos aprender coisas que nós não sabíamos, a gerir o dia-a-dia.” – ENT10

Considerando a heterogeneidade da população com quem trabalha diariamente, o educador social tem a responsabilidade de organizar o meio em que as crianças/jovens se inserem, potenciando o seu desenvolvimento e o sucesso da sua intervenção junto delas. Este processo de organização passa pela gestão do dia-a-dia (escola, atividades extracurriculares, saúde, etc), dando respostas às necessidades imediatas da criança/jovem, mas também, e muito importante, pelo **apoio à (re)organização pessoal e emocional** das mesmas. Como refere Parker *et al.*(1991), citado por Charles e Wilton (2004), o educador, para que o processo interventivo tenha sucesso, deve intervir nas seguintes sete dimensões: saúde, educação, identidade, família e relações sociais, apresentação social, desenvolvimento social e emocional e comportamental e competências de autoestima. Não será por isso complicado entender a complexidade do processo de intervenção e a necessidade de estar em constante reorganização do espaço mediante as mudanças frequentes que ocorrem em cada uma destas dimensões.

Na análise das entrevistas, ENT1 refere-se à figura do educador social como sendo o “*pilar de tudo o que tem a ver connosco*”, o que permite inferir que assume o educador como uma pessoa significativa cuja influência abrange todas as dimensões da sua vida. Já ENT2, dá importância à dimensão educacional e identitária quando refere que “*tratou sempre da minha*

situação escolar, tentou sempre me ajudar para eu conseguir um trabalho, tentou sempre me aconselhar para não seguir maus caminhos”, sendo visível no seu discurso o papel do educador na organização e estabelecimento do seu projeto de vida.

Nos discursos de ENT7 e ENT9 é visível a relação de proximidade/afetividade com os educadores quando referem, respetivamente, *“os educadores vão-nos conseguindo ler” e “E há certas características nossas no nosso dia-a-dia, que nem toda a gente consegue notar isso. Só o educador social que passa mais tempo connosco e nos conhece melhor é que sabe disso (...) que eu necessito.”*. Esta proximidade e o conhecimento privilegiado, e assumido, que o educador tem dos jovens leva a que a reorganização do meio em que se encontram seja mais célere e direcionada às suas necessidades do momento permitindo-lhes encontrar o equilíbrio necessário para se desenvolver de forma completa e positiva.

No que se refere a ENT10, da análise do seu relato verifica-se que remete para a organização das atividades do dia-a-dia e para a importância da influência do educador nas atividades diárias e sua gestão.

Em todos os discursos é possível verificar que a relação com os educadores é uma relação de proximidade, sendo a sua intervenção compreendida como positiva e necessária.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de mediador, apresentam-se na tabela 15 os resultados obtidos:

Tabela 15– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de mediador

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função de mediador
Unidades de análise		
<p><i>“... todos os meus erros, que eu cometo no dia-a-dia e assim, <u>ele corrige-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz</u>” – ENT1</i></p>		

“... se não fosse eles, não tinha chegado até aqui. (...) E estão-nos a ensinar, por que se não fosse eles, muitos daqui estavam a viver no olho da rua.” -ENT2

“Tomar conta de nós, pôr-nos regras e educação.”; “São bué comichosos, tipo embirram com tudo... Tipo... vai fazer a cama” – ENT3

“Eles dão-me na cabeça quando têm de dar...”; sem o papel deles o utente pode não se sentir orientado...”; “No caso do educador foi ele que tratou sempre da minha situação escolar, tentou sempre me ajudar para eu conseguir um trabalho, tentou sempre me aconselhar para não seguir maus caminhos.” – ENT4

“...Oh pá, digamos acalmar as coisas quando uma pessoa está muito stressada, ele consegue falar contigo.” – ENT5

“Se eles não existissem, a gente também não era muito coiso. Como é que eu hei-de dizer... não tínhamos tantas regalias como temos à pala deles!” - ENT6

“... quando nós estamos cá há algum tempo os educadores vão-nos conseguindo ler, entre aspas.” – ENT7

“... é quem nos dá educação, é quem nos ajuda no que nós precisamos.”; “Porque se não fossem eles, basicamente nós (...) basicamente não tínhamos tanto respeito e tanta educação” – ENT8

“Só o educador social que passa mais tempo connosco e nos conhece melhor é que sabe disso (...) que eu necessito.”; “ele está ali disposto para falar de alguma coisa que nos preocupemos e mesmo da escola ou algum problema da escola que não queira dizer”; “...se não fosse ele, provavelmente não era o que era hoje...” – ENT9

“...porque se não fosse nós poderíamos nem sequer ir à escola, não havia ninguém cima de nós. A dar ordens vá!”; “Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender coisas que nós não sabíamos, a gerir o dia-a-dia” – ENT10

Ao longo da sua intervenção, o educador tem como objetivo a criação de condições para que a criança/jovem acolhida se desenvolva na sua plenitude, alcançando o seu máximo potencial enquanto pessoa. Tendo em conta a complexidade das situações que levam ao acolhimento e as particularidades pessoais de cada um dos jovens, é necessário estabelecer ligações entre aquilo que é a realidade imediata e aquilo que se pretende que seja alcançado por eles (Capul e Lemay, 2003). A mediação está permanentemente presente na gestão diária da criança/jovem, quer através da imposição de regras e valores (que se espera que venham a ser “absorvidos” e deixem de ser uma imposição para passar a ser um padrão de comportamento), quer através da gestão de um conflito, de uma negociação, ou da escuta ativa e ajuda na resolução de um problema e/ou dilema. Neste contexto mediar deve ser interpretado como o processo de desenvolvimento que potencia a resolução de problemas e o seu desenvolvimento máximo dentro daquilo que é o contexto do momento, sempre de acordo com aquilo que é a definição do seu projeto de vida.

Na análise de conteúdo das entrevistas foi possível retirar excertos que revelam a função de mediador desempenhada pelos educadores. Nos discursos de ENT1, ENT2, ENT3, ENT4, ENT8 e ENT10 o foco são a mediação através de imposição de regras, o aconselhamento, e a chamada de atenção para a correção/resolução de alguns erros cometidos: “*todos os meus erros, que eu cometo no dia-a-dia e assim*” (ENT1); “*se não fosse eles, não tinha chegado até aqui*” (ENT2); “*Tomar conta de nós, pôr-nos regras e educação*” (ENT3); “*Eles dão-me na cabeça quando têm de dar...*”; “*sem o papel deles o utente pode não se sentir orientado...*” (ENT4); “*é quem nos ajuda no que nós precisamos.*”; “*Porque se não fossem eles, basicamente nós (...) basicamente não tínhamos tanto respeito e tanta educação.*” (ENT8) e “*...porque se não fosse nós poderíamos nem sequer ir à escola, não havia ninguém cima de nós. A dar ordens vá!*”; “*Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender coisas que nós não sabíamos, a gerir o dia-a-dia*” (ENT10) .

Relativamente a ENT5, o seu discurso remete para a capacidade de mediação em situações de stress, criando um espaço seguro de distanciamento necessário para repor o equilíbrio, quando refere que o educador consegue “*acalmar as coisas quando uma pessoa está muito stressada*”.

No discurso de ENT6 podemos considerar o trabalho de mediação do educador como o estabelecimento de ligações entre os recursos existentes no meio envolvente (espaço físico,

comunidade), criando assim condições que poderiam não existir de outra forma. Isso é visível quando afirma que *“Se eles não existissem (...) não tínhamos tantas regalias como temos à pala deles!”*.

A relação estabelecida entre o educador e os jovens facilita o processo de mediação, especialmente quando se trata de ajudar o jovem a resolver situações de conflitos internos que por vezes não tem capacidade de verbalizar por si mesmo. A capacidade de *“ler”* os jovens, como refere ENT7 e de se encontrar disponível para ouvir é muitas vezes o ponto de partida para a resolução de uma situação que, se calada pelo jovem, pode escalar para um problema que pode atrasar o sucesso da intervenção. ENT9 reconhece no seu discurso a existência de uma relação de grande proximidade com o educador quando refere *“Só o educador social que passa mais tempo connosco e nos conhece melhor é que sabe disso (...) que eu necessito”* e *“ele está ali disposto para falar de alguma coisa que nos preocupemos e mesmo da escola ou algum problema da escola que não queira dizer”*; esta proximidade facilita a intervenção uma vez que permite ao educador adiantar-se ao problema evitando assim que haja manifestações físicas de conflitos internos.

A função de mediador deve assim ser encarada como transversal a todas as dimensões da vida da criança/jovem como se pode verificar pelos testemunhos recolhidos.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de revelador das inquietações individuais e sociais, apresentam-se na tabela 16 os resultados obtidos:

Tabela 16– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Funções/Competências do Educador Social, subcategoria Função de revelador das inquietações individuais e sociais

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Funções/Competências do Educador Social	Função de revelador das inquietações individuais e sociais
Unidades de análise		
<i>“Se calhar tenho mais confiança para falar com o Rolando em relação a tudo do que com o meu irmão”</i> ; <i>“Connosco quem estão são os monitores e assim... eles é que nos</i>		

ensinam as cenas, passam mais tempo connosco...mas... por isso o educador social para mim é aquele que trata das coisas da vida, mas não estando muito connosco (...) Ya, mais profissional, se calhar.”;” Pilar... pilar de tudo o que tenha a ver connosco.” – ENT1

“Tenta-nos orientar nas questões escolares, profissionais e também em questões emocionais, vêm sempre falar connosco, é importante! – ENT4

“... é quem vai às reuniões da escola, é quem nos dá educação, é quem nos ajuda no que nós precisamos.” - ENT8

Na sua prática diária o educador social trabalha não só com as crianças/jovens como também com a comunidade em que estas estão inseridas. A constante articulação com outras entidades (escolas, unidades de saúde, associações desportivas, entre outras) leva a tenha uma dupla função: por um lado, promover o desenvolvimento da criança/jovem enquanto cidadã ativa e válida na sociedade e, por outro, trabalhar com as entidades para que estejam criadas as condições para que a inclusão dos jovens seja efetuada numa lógica meritocrática e não assistencialista.

O registo de ENT1 remete-nos para esta dupla função. Por um lado remete para o trabalho com as entidades exteriores, “*Connosco quem estão são os monitores e assim... eles é que nos ensinam as cenas, passam mais tempo connosco...mas... por isso o educador social para mim é aquele que trata das coisas da vida, mas não estando muito connosco (...) Ya, mais profissional, se calhar.*”, em que os monitores estão incumbidos da gestão e acompanhamento das tarefas diárias e por conseguinte passam mais tempo com as crianças/jovens e o educador tem um trabalho específico, podendo-se depreender, mais estruturado e virado também para o exterior, para a comunidade; por outro, remete para o trabalho com os jovens, “*Se calhar tenho mais confiança para falar com o Rolando em relação a tudo do que com o meu irmão*”, sendo possível verificar existência de uma relação de proximidade, apenas possível com um trabalho de continuidade. Esta transversalidade de funções entre o trabalho com as crianças/jovens e o trabalho com as entidades exteriores (e, no entanto, relacionadas com o jovem e importantes no seu desenvolvimento pleno enquanto cidadão) é passível de inferir quando refere que o educador é “*Pilar... pilar de tudo o que tenha a ver connosco.*”, estando a tónica na palavra tudo.

Esta dualidade de funções também é possível de observar nos discursos de ENT4 e ENT8 ao fazerem referência quer ao acompanhamento escolar, em que o educador está em permanente contacto com as escolas, quer ao acompanhamento pessoal que faz às crianças/jovens nas questões de foro pessoal, emocional e de perspectiva de futuro

3.2.3 Importância das funções do Educador Social

Em relação ao objetivo 1 – categoria Importância das funções do educador social, subcategoria Funções de maior importância, apresentam-se na tabela 17 os resultados obtidos:

Tabela 17– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Importâncias das funções do educador social, subcategoria Funções de maior importância

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Importância das funções do educador social	Funções de maior importância
Unidades de análise		
<p><i>“Faz o nosso acompanhamento na escola... tudo o que tenha a ver com os ensinamentos e assim... de escola. E ele também trata das refeições do desporto.” – ENT1</i></p> <p><i>“É o bem-estar e a saúde. Porque ... simplesmente eles é que lavam a roupa, dão-nos a comida e isso tudo.” – ENT2</i></p> <p><i>“Ter respeito, ser nossos amigos porque assim vamos ter mais confiança.” – ENT3</i></p> <p><i>“Meio escolar porque... a mim não tanto mas aos mais pequenos é importante porque eles não conseguem se orientar sozinhos, precisam de alguém que tenha essa função.” – ENT4</i></p> <p><i>“Ui! É pá, a que devia ser o acompanhamento, mas no meu caso não... quem me acompanhou mais foi os monitores que estão connosco 24h, não é? Por isso... muitas vezes quando eu precisei, quem teve de me ajudar não foram os educadores nem equipa técnica, foi os monitores.” – ENT5</i></p>		

“É tudo!” – ENT6

“Entre aspas, o papel de pai que ele faz para tentar, não é substituir, mas... pronto, tem mais ou menos o papel de pai... (...) O que eu acho mesmo importante é o papel de pai.” – ENT7

“Não sei” – ENT8

“São todas porque a parte da escola e a parte da saúde tem tudo a ver com a nossa vida futura. É tudo importante.” – ENT9

“Ir à escola, porque se não fosse eles nós poderíamos nem sequer ir à escola, não havia ninguém em cima de nós. A dar ordens vá” – ENT10

Ao analisar as funções que são consideradas primordiais pelos jovens acolhidos é possível reuni-las em cinco grupos principais: **acompanhamento escolar, saúde, estabelecimento de regras, a substituição dos pais e o desenvolvimento pessoal**. É evidente pelos discursos de ENT1, ENT4, ENT9 e ENT10 que o acompanhamento escolar é uma das tarefas mais importantes do educador, o que remete para a importância dada esta dimensão enquanto potenciadora do seu desenvolvimento e sucesso futuros.

O bem-estar físico e o acompanhamento na área da saúde foram destacados por ENT1 ENT2 e ENT9 como funções prioritárias.

Nesta subcategoria, mais do que analisar cada uma das respostas em função das dimensões referidas acima, é interessante verificar que todas as respostas (com exceção de ENT8 que não conseguiu especificar nenhuma função específica do educador a que desse maior importância) têm na sua base o conceito de acompanhamento, não numa perspectiva física, mas numa perspectiva de desenvolvimento pessoal, o que pressupõe um contexto relacional de maior proximidade. A existência de uma relação de proximidade pode ser claramente verificada no discurso de ENT3 quando se refere ao educador como amigo, promotor de confiança e respeito, ou no de ENT7 quando se refere à sua importância no papel de substituição dos pais.

O discurso de ENT5 é talvez aquele que sobressai, pelo facto de manifestar um desconforto pelo facto de não ter tido o acompanhamento que considerava necessário por parte do educador. A análise deste discurso deve ser feita com base na leitura da entrevista completa (em anexo) pois espelha uma realidade diferente da dos demais jovens entrevistados por se tratar de um jovem em pré-autonomia, que passara por um período de três anos em formação profissional fora do concelho de Leiria e se encontrava à data da entrevista em situação de primeiro emprego, também fora de Leiria. A definição do seu projeto de vida e as decisões por ele tomadas levaram a que houvesse um espaço de tempo diminuto, comparativamente com os demais jovens, para estar com o educador. Este testemunho revela uma das **fragilidades** do trabalho do educador, e que é a **gestão do tempo em função das necessidades** de cada jovem, mas revela também a força das unidades de retaguarda, os auxiliares de ação educativa, cuja importância não deve ser relegada para segundo plano. Esta afirmação é possível de verificar quando o jovem diz “*quem me acompanhou mais foi os monitores que estão connosco 24h, não é? Por isso... muitas vezes quando eu precisei, quem teve de me ajudar não foram os educadores nem equipa técnica, foi os monitores.*”.

Em relação ao objetivo 1 – categoria Importância das funções do educador social, subcategoria Definição das funções do educador, apresenta-se na tabela seguinte os resultados obtidos:

Tabela 18– Unidades de análise para objetivo 1 – categoria Importâncias das funções do educador social, subcategoria Definição das funções do educador

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas;	Importância das funções do educador social	Definição das funções do educador
Unidades de análise		
<p><i>“Eu não mudava nada mas ...percebes? Como disse ele trata das minhas cenas da escola, futebol e assim. Oh pá, acho que não mudava nada. <u>Se calhar mudava o facto de poder estar mais tempo com ele.</u>” -ENT1</i></p> <p><i>“Eu deixava tal e qual como está!” – ENT2</i></p>		

“Eu dizia para eles só jogarem e só terem mais convívio com os utentes” – ENT3

“Eu nem sei que tarefas é que eles têm para fazer. Sei algumas, sim, mas sei que são bastantes. Sei lá...não sei!”; “...às vezes nós precisamos, em certos assuntos, de mais apoio e ele não consegue dar tanto porque em mais garotos e precisa dar também aos outros que precisam mais” – ENT4

“Não sei ao certo. Não me lembro de nada” – ENT6

“Tirava a papelada toda! Sim, porque tinham mais tempo para nós. Na minha opinião, o educador social tem de tar presente nas nossas vidas como um pai ou uma mãe estariam, e um pai ou uma mãe não tinham de fazer um relatório de tudo o que acontecia connosco. Ou seja, devia ser uma relação mais pessoal e menos profissional. Pode ser complicado, não é, o educador também conseguir separa a vida pessoal da vida profissional, eu compreendo isso tudo, mas para mim é...” -ENT7

“Não.” (Em resposta à pergunta Não mudavas nada?) – ENT8

“É as mesmas que ele tem. Acho que ele faz isso bem e não o imagino a fazer outra coisa (...) Acho que ele faz de tudo um pouco, por isso...” – ENT9

“Aparecer cá aos fins-de-semana. Porque eles deviam vir cá aos fins-de-semana também.” – ENT10

Com esta subcategoria de análise pretende-se perceber qual o entendimento dos jovens acerca de eventuais mudanças nas funções desempenhadas pelo educador social. Na globalidade dos testemunhos as funções dos educadores são consideradas adequadas às necessidades pelo que não ponderam alterações. No entanto, há um aspeto que sobressai e que é transversal a cinco dos dez inquiridos (ENT1, ENT3, ENT4, ENT7 e ENT10) e que é o fator tempo: a necessidade de ter mais tempo para estar com os educadores.

ENT7 revela a importância dos educadores enquanto pessoas significativas, com quem tem uma relação de empatia e afeto, e com quem deseja passar mais tempo, quando declara “Tirava a papelada toda! Sim, porque tinham mais tempo para nós. Na minha opinião, o educador social tem de tar presente nas nossas vidas como um pai ou uma mãe estariam, e um

pai ou uma mãe não tinham de fazer um relatório de tudo o que acontecia connosco. Ou seja, devia ser uma relação mais pessoal e menos profissional.” Apesar da importância que o jovem atribui aos educadores enquanto substitutos parentais, verifica-se que os papéis de cada um dos intervenientes na relação são claros quando refere *“Pode ser complicado, não é, o educador também conseguir separa a vida pessoal da vida profissional, eu compreendo isso tudo, mas para mim é...”*, sendo, no seu entender, a retirada da dimensão burocrática a solução para conseguir ver a sua necessidade respondida.

Esta opinião de ENT7 vai ao encontro daquilo que referem Charles e Wilton (2004) como uma guerra entre conhecimentos, competências e valores relacionados com os aspetos inter-pessoais das intervenções da prática profissional do educador, e as imposições económicas, reguladoras e burocráticas das entidades que integram.

3.3 Objetivo II – Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelo educador social, quais as mais e menos importantes para a criança/jovem acolhida

Com o objetivo II pretende-se perceber de que forma os sujeitos da amostra percebem o educador social nas suas características pessoais e sociais e, quais destas consideram ser mais importantes no desempenho das suas funções.

3.3.1 Características pessoais/sociais do educador social

Em relação ao objetivo 2 – categoria Características pessoais/sociais do educador social, subcategoria Qualidades, apresentam-se na tabela 19 os resultados obtidos:

Tabela 19– Unidades de análise para objetivo II – categoria Características pessoais/sociais do educador social, subcategoria Características mais importantes

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 2: Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas do educador social, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas	Características pessoais/sociais do educador social	Caraterísticas mais importantes
Unidades de análise		

“Eu com o Rolando falo de tudo. Se calhar tenho mais confiança para falar com o Rolando em relação a tudo do que com o meu irmão. Não porque tipo... tenho uma boa relação com o meu irmão, mas não sei... é como falar com uma pessoa de fora, não é?... É como estares a falar com os teus pais sobre a tua vida sexual ou assim... (...) É transmitir bué confiança!” – ENT1

“Só sei alguns... O Rolando é divertido, a Sara rezinga, rezinga, mas pronto, é para nosso bem (...) a Paula e a Salomé, sempre que prometem uma coisa e ou se esqueceram... prontos, elas vão tentar remendar isso.” – ENT2

“Uns é só futebol, outros é mais para conversar.” – ENT3

“Eles são muito pegados a nós... pelo menos eu sinto isso porque também já aqui estou há bastante tempo e já criei... nós criamos grande afeto uns pelos outros. Acho que é isso. São muito pegados...eu sinto.” – ENT4

“Oh pá, ajuda quando é preciso, ele é assim, mas tens de apertar com ele mas ponto... ele é bom amigo, ele sabe...sabe... oh pá..., digamos acalmar as coisas quando uma pessoa está muito stressada, ele consegue falar contigo (...) ele é muito inteligente também.” – ENT5

“Não sei muito bem... são responsáveis” – ENT6

“Perceber quando é que nós estamos mal ou bem.” – ENT7

“P’ra mim, sinceramente não sei” – ENT8

“É passar bons momentos connosco de maneira a que sejamos feliz e mimar-nos um bocadinho (...) simpático, preocupado, alegre... é depende do contexto e depende também da nossa maneira de ser para com eles” – ENT9

“Contentes, felizes, ativos. Fazem atividades connosco.” – ENT10

Com esta subcategoria pretende-se avaliar quais as características dos educadores sociais da instituição onde se encontram acolhidos, às quais os jovens dão mais importância, e, por conseguinte, as quais são facilitadoras da intervenção. Além dos adjetivos que atribuíram aos educadores (contentes, felizes, ativos, responsáveis inteligentes) alguns jovens remetem para os afetos e para a relação de proximidade que têm com eles: “*Eu com o Rolando falo de tudo. Se calhar tenho mais confiança para falar com o Rolando em relação a tudo do que com o meu irmão*” (ENT1); “*Eles são muito pegados a nós... São muito pegados...eu sinto.*” (ENT4); “*Perceber quando é que nós estamos mal ou bem.*” (ENT7); “*É passar bons momentos connosco de maneira a que sejamos feliz, e mimar-nos um bocado*” (ENT9).” Este último excerto, transcrito da entrevista de ENT9 é o que melhor reflete a forma como o afeto é um importante fator potenciador de felicidade para este jovem, ideia esta que vai ao encontro do que é defendido em Dell’Aglia & Siqueira (2006): “**a dimensão afetiva é parte inerente das relações humanas, não devendo, portanto, ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento**”.

O **reconhecimento do erro** é uma das características apontadas como positivas por ENT2 quando refere no seu discurso que “*a Paula e a Salomé, sempre que prometem uma coisa e ou se esqueceram... prontas, elas vão tentar remendar isso.*”. A capacidade de reconhecer as suas limitações e as suas falhas coloca o educador numa posição em que, além de servir de modelo, potencia/reforça o estabelecimento de uma relação positiva com o jovem por não se demonstrar numa situação de superioridade pois, como refere Oña (2003), a intervenção tem as suas bases assentes na capacidade de não abordar os jovens de um plano superior mas sim influenciar e deixar-se ser influenciado.

Em relação ao objetivo 2 – categoria Características pessoais/sociais do educador social, subcategoria Características menos importantes, apresenta-se na tabela 20 os resultados obtidos:

Tabela 20 – Unidades de análise para objetivo II – categoria Características pessoais/sociais do educador social, subcategoria Características menos importantes

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 2: Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas do educador social, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas	Características pessoais/sociais do educador social	Características menos importantes
Unidades de análise		
<p><i>“Às vezes chega <u>atrasado</u>...” – ENT1</i></p> <p><i>“Não. Nada.” – ENT2</i></p> <p><i>“São <u>bué comichosos, tipo, embirram com tudo</u>... tipo, vai fazer a cama...” – ENT 3</i></p> <p><i>“<u>Algo menos positivo é que... não é uma questão de não ser positivo, é, não dá para tudo. Porque é, são bastantes miúdos e não dá... às vezes nós precisamos, em certos assuntos, de mais apoio e ele não consegue dar tanto por que tem mais garotos e precisa dar também a outros que precisam mais. Acho que é isso.</u>” -ENT4</i></p> <p><i>“Ele...pronto é um defeito, ele é um <u>bocadinho distraído</u>, mas ele é <u>muito inteligente também!</u>” – ENT5</i></p> <p><i>“Não!” – ENT6</i></p> <p><i>“Pois, complicado! <u>Não terem tanto tempo para falarem connosco como nós gostaríamos que eles tivessem. Acaba por não ser um defeito deles, mas um defeito do trabalho deles.</u>” – ENT7</i></p> <p><i>“Não. Nada!” – ENT8</i></p> <p><i>“<u>Defeitos?... São chatos, fora isso não, não têm defeitos. É mesmo só serem chatinhos. Porque se preocupam (...) é um extra!</u>” – ENT9</i></p>		

“Ah, defeitos não sei. Não há nada a apontar!” – ENT10

À semelhança da subcategoria anterior pretende-se avaliar quais as características dos educadores sociais da instituição onde se encontram acolhidos, às quais os jovens atribuem conotação negativa, e, por conseguinte, quais são perturbadores da intervenção.

Os inquiridos mostraram dificuldades em atribuir características negativas aos educadores (apenas seis o fazem), não querendo, contudo, dizer que não existam; são muitos os fatores que podem influenciar a resposta a esta questão, como poderia ser exemplo o receio de que esta informação chegasse aos educadores.

Dois dos entrevistados referem-se à falta de tempo como defeito, embora este não seja atribuído à pessoa do educador, mas sim à profissão, como se pode verificar quando dizem *“Não terem tanto tempo para falarem connosco como nós gostaríamos que eles tivessem. Acaba por não ser um defeito deles, mas um defeito do trabalho deles.”* (ENT7) e *“às vezes nós precisamos, em certos assuntos, de mais apoio e ele não consegue dar tanto por que tem mais garotos e precisa dar também a outros que precisam mais”* (ENT4).

ENT3 refere-se aos educadores como sendo “comichosos”, e “embirrentos” sendo estes adjetivos utilizados para justificar o seu desagrado aquando da chamada de atenção para o cumprimento de regras como se pode perceber no que diz de seguida *“São bué comichosos, tipo, embirram com tudo... tipo, vai fazer a cama...”*.

Na análise do discurso de ENT9 é possível verificar que o adjetivo utilizado, embora com uma conotação negativa, acaba por ser interpretado pelo jovem como um bem necessário: *Defeitos?... São chatos, fora isso não, não têm defeitos. É mesmo só serem chatinhos. Porque se preocupam (...) é um extra!*. Esta dicotomia pode ser interpretada como reflexo da existência de uma relação de afetividade existente entre o jovem e os educadores pois o defeito é diluído pela razão que está na sua origem: a preocupação pelo seu bem-estar.

Relativamente a ENT5, é interessante verificar que, apesar de considerar que o educador é distraído e que isto é um defeito, sente a necessidade de rematar a frase contrapondo com uma qualidade, quase que como para anular o impacto do defeito que atribuiu anteriormente.

De todos os entrevistados apenas ENT1 atribuiu um defeito ao educador (*“às vezes chega atrasado”*) mas que apenas caracteriza numa dimensão organizacional e não uma dimensão pessoal e/ou afetiva.

3.4 Objetivo III - Compreender como percebem a relação com o Educador Social

O objetivo III pretende perceber de que forma é percebida a relação mantida pelos jovens com o seu educador e, em simultâneo, de que forma a consideram importante no seu desenvolvimento pessoal

3.4.1 Relação estabelecida com o educador

Em relação ao objetivo 3 – categoria Relação estabelecida com o educador social, subcategoria Qualidade da relação, apresentam-se na tabela 21 os resultados obtidos:

Tabela 21 – Unidades de análise para objetivo III – categoria Relação estabelecida com o educador social, subcategoria Qualidade da relação

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 3: Compreender como percebem a relação com o educador social	Relação estabelecida com o educador social	Qualidade da relação
Unidades de análise		
<p>“Muito boa. <u>Temos bués confiança uns com os outros. Eu com eles.</u>” – ENT1</p> <p>“Sei lá... não sei... <u>Não sei, não sei... vá...?</u> (numa escala de 0 a 10) – ENT2</p> <p>“<u>Fixe. Sim, está fixe</u>” – ENT3</p> <p>“Bom. <u>Ótima.</u> (...) Eles dão-me na cabeça quando têm de dar... eu também dou na cabeça deles quando tem de ser. Não tenho nada a apontar” – ENT4</p> <p>“Com os educadores... bem. <u>Com o meu educador eu já o conheço há mais tempo (...)</u> <u>ele na casa, da equipa técnica, dos daqui de baixo, é o que me dou melhor. Depois a outra, ela está cá há pouco tempo (...).</u>” – ENT5</p> <p>“Normal. <u>Positiva, sim!</u>” – ENT6</p> <p>“<u>Boa</u>” – ENT7 e ENT10</p>		

“Boa, é uma boa relação. A crescer, sim.” – ENT8

“Boa. Temos uma boa relação” – ENT9

A intervenção a realizar junto de uma criança/jovem terá sucesso em função do estabelecimento de uma relação positiva e empática, emotiva e de confiança, sendo esta a base do trabalho social (Thompson, 2009).

Questionados acerca da qualidade da relação estabelecida com os educadores sociais da Casa de Acolhimento todos dez inquiridos a descreveram como sendo positiva.

ENT1 refere-se a uma relação de confiança, o que remete para a existência de uma relação empática e afetiva já devidamente consolidada com os educadores.

O discurso de ENT5 remete-nos para um fator importante no estabelecimento de qualquer relação: o tempo. O **tempo** pode ser considerado um **aliado na construção e reforço da relação** com os jovens, algo que se encontra patente no discurso do jovem quando diz “*Com o meu educador eu já o conheço há mais tempo (...) é o que me dou melhor. Depois a outra, ela está cá há pouco tempo (...)*”.

Numa **perspetiva sistémica**, as relações são influenciadas com base num conjunto de sistemas dinâmicos e interligados, havendo por isso **espaço para uma constante evolução** e consequentemente, para o **reforço da vinculação** entre indivíduos (Bronfenbrenner, 1986). A análise do discurso de ENT8 remete exatamente para uma relação se encontra ainda em fase de crescimento (“*é uma boa relação. A crescer, sim.*”), havendo implícita uma expectativa de continuidade, de manutenção da relação.

Em relação ao objetivo 3 – categoria Relação estabelecida com o educador social, subcategoria Impacto da relação, apresentam-se na tabela 22 os resultados obtidos:

Tabela 22 – Unidades de análise para objetivo III – categoria Relação estabelecida com o educador social, subcategoria Impacto da relação

OBJETIVO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
OBJETIVO 3: Compreender como percebem a relação com o educador social	Relação estabelecida com o educador social	Impacto da relação
Unidades de análise		
<p><i>“Sim, todos os meus erros e assim, que eu cometo no dia-a-dia e assim, ele corrige-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz. E mesmo nas definições: eu agora vou decidir para que é que vou no 10º ano e isso é importante para mim!” – ENT1</i></p>		
<p><i>“Sim, porque se não fosse eles eu não tinha chegado até aqui. Eles estão a fazer o papel de pai e mãe enquanto nós estamos aqui. E estão-nos a ensinar, porque se não fosse eles, muitos daqui estavam a viver no olho da rua.” – ENT2</i></p>		
<p><i>“Tem. Tipo, quando o meu pai não está cá é le que faz tipo de pai, vá... basicamente, sim, pai. Então, tipo, eles é que nos vão ajudar para a vida se nós quisermos. Se não quisermos... não nos ajudam.” – ENT3</i></p>		
<p><i>“Tem! Então porque foi ele que me ajudou bastante. É como...como é que vou explicar... eu tenho os meus pais, certo? Mas não foram eles que ensinaram muita coisa que eu aprendi. Não só com o educador, mas falo disto tudo. No caso do educador, foi ele que tratou sempre da minha situação escolar, tentou sempre me ajudar para eu conseguir um trabalho, tentou sempre aconselhar para não seguir maus caminhos e criei uma grande empatia com ele também.” – ENT4</i></p>		
<p><i>“Teve! (...) vejo muita coisa positiva. Não quer dizer que eu não veja também as negativas, mas ... eu gosto de pensar sempre positivo e vejo sempre as positivas.” – ENT5</i></p>		
<p><i>“Sim. Ajudou-me em várias coisas. Melhorei muito, falava com ele, desabafava com ele.” – ENT6</i></p>		
<p><i>“Claro. Sempre que eu faço asneira ele vem me dar na cabeça e sempre que eu me porte bem ou faça alguma coisa para a instituição ou para mim pessoalmente, quer dizer, eu</i></p>		

faço para a instituição, mas contribui essencialmente para o meu crescimento e para os meus contactos, entre outras. Pronto, eu acho que é mais por isso que ele... está sempre em cima, mesmo com a papelada toda está sempre em cima de nós. Sabe sempre quando nós fazemos asneira, sabe sempre quando nos portamos bem e eu acho que isso é o mais importante.” – ENT7

“Não. (...) Não sei, mas acho que não” – ENT8

“Teve, se não fosse ele provavelmente não era o que era hoje, e não sei se tava a tirar o curso que tou a tirar e como eu gosto. Vou-me lembrar sempre delas!” – ENT9

“Sim. Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender coisas que não sabíamos, a gerir o dia-a-dia. Não estou a ver mais nenhuma...!” – ENT10

A ação educativa desenvolvida pelos educadores sociais tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento das crianças e jovens junto a quem intervém, criando condições para que se venham integrar na sociedade enquanto membros válidos e ativos (Cofferi e Nogaro, 2010). Sendo a relação estabelecida com os jovens a base de qualquer intervenção de sucesso, interessa perceber qual a sua perceção relativamente ao impacto que as ações desenvolvidas pelos educadores, e a relação que com ele estabelecem, são importantes para o seu crescimento enquanto pessoas.

Todos os jovens, com exceção de ENT8, consideram que os educadores tiveram um impacto positivo no seu desenvolvimento enquanto pessoa. É possível perceber, pelos discursos, que os educadores são considerados pessoas significativas cujas atitudes causaram impacto e foram potenciadoras de mudança. O impacto é avaliado pelos jovens essencialmente através da **orientação e modelação do comportamento** (“*todos os meus erros e assim, que eu cometo no dia-a-dia e assim, ele corrige-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz*” - ENT1; “*tentou sempre aconselhar para não seguir maus caminhos*” - ENT4; “*Melhorei muito, falava com ele, desabafava com ele.*” - ENT6; “*Sempre que eu faço asneira ele vem me dar na cabeça*” - ENT7; “*se não fosse ele provavelmente não era o que era hoje*” - ENT9; “*Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender coisas que não sabíamos*” - ENT10) e da **função de substituto parental** (“*Eles estão a fazer o papel de pai e mãe*” – ENT2 ; “*quando o meu pai não está cá é ele que faz tipo de pai, vá... basicamente, sim, pai.*” – ENT3).

A análise do discurso de ENT7 permite também inferir a existência de uma relação de estabilidade e constância com o educador a que dá muita importância, como se pode verificar quando refere “*Sabe sempre quando nós fazemos asneira, sabe sempre quando nos portamos bem e eu acho que isso é o mais importante.*”.

3.5 Objetivo Secundário – Caracterização do educador social “ideal”

O educador social é, como refere Samagaio (2006), um investigador que num contexto de investigação deve ter a capacidade de construir um conhecimento para melhor intervir junto da população à medida das necessidades e dos contextos sociais em que se encontra. Este objetivo secundário surge com base nessa premissa e pretende, com base nos discursos prestados pelos jovens, potenciar um momento de reflexão em torno daquilo que definiriam como as características pessoais do educador social idealizado.

Em relação ao objetivo Secundário – categoria Características do educador ideal, apresentaram-se na tabela 23 os resultados obtidos:

Tabela 23 – Unidades de análise para o Objetivo Secundário – categoria Características do educador ideal

OBJETIVO	CATEGORIA DE ANÁLISE
OBJETIVO SECUNDÁRIO: Caracterização do “Educador ideal”	Características do educador ideal
Unidades de análise	
<p><i>“oh pá, eu acho que...que seja <u>brincalhão connosco, que nos dê muita confiança acima de tudo, que faça-nos sentir que podemos falar com eles em relação a tudo, à vontade. Disponibilidade também.</u>” – ENT1</i></p> <p><i>“Nenhuma! Igual!” – ENT2</i></p> <p><i>“Sei lá... tipo, todos gostam de desporto, todos gostam de futebol...!” – ENT3</i></p> <p><i>“Não sei. Eh pá, eu acho que isso... Não há uma pessoa perfeita, por isso não.... <u>É perfeito se conseguir atingir todos os objetivos que ele tinha planeado no seu trabalho, ou</u></i></p>	

durante o dia, ou durante o mês, ou mesmo durante o seu tempo profissional, durante o tempo que exerceu.” – ENT4

“Não existe perfeito. Toda a gente tem defeitos!” – ENT5

“Não sei ao certo...não me lembro de nada.” – ENT6

“Não sei. Também com os educadores que tenho, também não conheço. Tou cá há oitos anos, tou cá há mais tempo, mas não passaram muitos educadores por esta casa. Por isso, para mim, os educadores perfeitos são os que estão na casa. Saber-nos ler bem, meterem-se na nossa posição, ou tentar. E perceber porque é que às vezes falhamos em função do nosso psicológico, talvez. Não sei se me fiz entender muito bem, ou seja, quando nós tamos cá há menos tempo é complicado, mas quando nós tamos cá há algum tempo os educadores vão-nos conseguindo ler, entre outras. Ou seja, para mim o educador tem de saber fazer isso. Sim [vem] com a relação e com o tempo de vivência com a pessoa.” – ENT7

“É uma boa questão. Tem de ter comunicação com os utentes.” – ENT8

“(...) É tentar ter uma boa relação com as crianças ou com as pessoas que tiveres a cuidar e preocupares-te com eles, e mimá-los também um bocado.” – ENT9

“Alegre, atento, prestável, responsável...” - ENT10

Ao analisar os dados fornecidos pelas entrevistas podemos verificar que na sua grande maioria as características referidas podem ser enquadradas, quase na totalidade numa dimensão relacional, sendo a relação estabelecida entre o jovem e o educador o ponto central. Assim sendo, o educador deveria **transmitir confiança**, ser **disponível, comunicativo, prestável, atento, empático** (*Saber-nos ler bem, meterem-se na nossa posição, ou tentar – ENT7*), **afetuoso e preocupado** (*preocupares-te com eles, e mimá-los também um bocado – ENT9*). Responsável, brincalhão e alegre foram outras características apontadas.

Para ENT4 e ENT5 o conceito de perfeição não existe pois ninguém está isento de defeitos. No entanto, não deixa de ser interessante verificar que ENT4, na impossibilidade de definir o educador perfeito, remete a perfeição na capacidade do educador atingir os objetivos a que

se propôs: *“É perfeito se conseguir atingir todos os objetivos que ele tinha planeado no seu trabalho, ou durante o dia, ou durante o mês, ou mesmo durante o seu tempo profissional, durante o tempo que exerceu”*.

Na análise de ENT7 este reconhece nos educadores que tem na instituição os educadores perfeitos. Esta afirmação é justificada pelo próprio pelo facto de ser jovem que há mais tempo se encontra acolhido neste instituição, de nunca ter tido outros educadores como referência e de estes reunirem os requisitos daquilo que considera ser o ideal, a **empatia**: *“Saber-nos ler bem, meterem-se na nossa posição, ou tentar”*.

4 Conclusão

Este estudo, conduzido para responder à pergunta **Como é percebido o Educador Social pelas crianças/jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude?** baseou-se em entrevistas de 10 jovens acolhidos no Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria, um Lar de Infância e Juventude sito em Leiria.

A escolha da população prendeu-se com o facto de, enquanto educador social no mesmo colégio, considerar que a análise dos dados seria pertinente para reavaliar as minhas ações enquanto profissional e promover uma intervenção mais orientada e bem-sucedida junto da população com quem trabalho.

Para responder a esta pergunta foram definidos três objetivos principais e um secundário: 1 - Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas; 2 - Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelo educador social, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas; 3 - Compreender como percebem a relação com o seu educador social; e finalmente, como objetivo secundário, conhecer as características do “educador ideal”, na perspectiva dos jovens.

Com a análise dos dados foi possível responder à pergunta que ladeou esta investigação, cujos resultados permitem concluir que os jovens percebem os **educadores como pessoas de referência, com um papel ativo no seu desenvolvimento pessoal, sendo atribuído à relação de empatia/afetividade com eles mantida um papel fundamental.**

Passam-se a apresentar as principais tendências dos dados obtidos:

Relativamente à definição de educador social, o foco é dado ao papel de cuidador e à função de substituto parental. A impossibilidade destes jovens estarem com a sua família em contexto natural de vida leva a que tenham necessidade de um adulto cuidador que satisfaça as suas necessidades básicas (saúde, educação, equilíbrio emocional) substituindo assim os progenitores. A função de orientador também é posta em destaque por alguns dos jovens, o que remete para o papel participativo que têm na elaboração do seu projeto de vida: o educador orienta de acordo com as necessidades e vontades manifestas pelo jovem, não lhe impondo a sua vontade. São estas mesmas características que definem o educador que tornam a sua existência nas CAR necessária, algo reconhecido pelos dez entrevistados.

No que respeita às funções do educador social, foram analisadas tendo por base as 10 funções definidas por Capul e Lemay (2003)⁷. Foram encontrados nos excertos das entrevistas dados que validavam a existência e pertinência de todas essas funções, mas mais do que descrever em pormenor cada uma delas interessa perceber como é visto o educador pelos jovens, estando as funções implícitas nessa visão.

De todas as funções caracterizadas como importantes destaca-se a **função de substituição parental**, assumida de forma explícita por 6 dos 10 jovens. A análise das entrevistas permite concluir que esta função não deve ser percebida apenas na sua dimensão prática, em que as necessidades básicas são cumpridas, mas também numa dimensão afetiva. O tipo de relação procurada é de **afetividade genuína e confiança**. Este tipo de relação remete para uma reflexão cuidada acerca da capacidade de o educador manter o profissionalismo necessário ao desempenho das suas funções enquanto simultaneamente consegue corresponder às necessidades afetivas das crianças/jovens. A relação é avaliada de forma contínua pelos jovens e a sua genuinidade é percebida nos momentos de maior necessidade. **O esclarecimento de papéis** é a base da criação de uma relação verdadeira, em que o educador assume sua função de substituto parental, sendo claro que a desempenhará pelo tempo necessário e correspondente à duração da medida de acolhimento. A dificuldade no desempenho desta função passa pela capacidade de gerir emoções, quer suas, quer da criança, perante a complexidade de algumas situações; o trabalho em equipa revela-se, numa dimensão micro (a instituição), necessário para que haja, em momentos de maior fragilidade do educador, e numa perspectiva mais profissional, espaço para conseguir racionalizar os sentimentos e agir em conformidade com as necessidades da criança/jovem.

A função de acompanhamento, com especial enfoque na escola e na saúde, também é referenciada pelos jovens como uma das mais importantes, pelo facto de ambas estas dimensões estarem intrinsecamente associadas a um “bom futuro”. Está também implícito no discurso dos jovens a função de modificação de comportamento, uma vez que é função do educador orientar o jovem e promover a alteração do seu comportamento de acordo com o que está socialmente aceite.

Quando solicitado aos jovens a definição das tarefas do educador social de acordo com aquilo que considerava mais importante 5 jovens consideraram não ser necessário alterar as tarefas desempenhadas, havendo, na outra metade da amostra, um aspeto que sobressai e que é o **fator tempo** e a necessidade de passar mais tempo com o educador (sendo uma das críticas o excesso de burocracia, que limitava o tempo disponível do educador para estar com

⁷ Vide Tabela 4

os jovens). Considerando a população a que se refere a investigação, o tempo pode ser visto como uma **vantagem** e uma **limitação da intervenção**: vantagem porque a relação de empatia e afeto com os jovens se vão construindo ao longo do tempo, sendo que quanto mais tempo se passar com eles maiores as possibilidades de a relação se fortalecer, como referido por um dos jovens; uma limitação, porque os registos e os contactos com as entidades exteriores (por exemplo, escolas e centros de saúde) são parte integrante da profissão e ajudam a validar e balizar a intervenção, ocupando tempo que os jovens gostariam que lhes fosse dedicado. Recorrendo ao que foi referido por um dos jovens na entrevista, “...os monitores que estão na casa acabam por ser um bocado de educadores sociais, não tendo o mesmo, a mesma função, mas acabam por ter mais ou menos o mesmo papel”, uma forma de esbater esta limitação passa pelo **trabalho de equipa**, solicitando apoios auxiliares de ação educativa (denominados de monitores pelos jovens) que, também eles no seu papel de pessoas de referência podem ajudar a colmatar as necessidades afetivas dos jovens. É, no entanto, de referir que para que este trabalho em equipa seja efetivo é necessário criar condições para que as equipas se mantenham estáveis, sem grandes oscilações, para que haja tempo suficiente para o estabelecimento de relações empáticas/afetivas estáveis. Uma outra forma de limitar esta falta de tempo referida pelos jovens poderá passar pela criação de **momentos específicos dedicados aos jovens**, individualmente e em grupo, em que o educador se encontra em funções apenas para estar com eles, sem outras tarefas de cariz burocrático,

No que respeita às características positivas (qualidades) do educador, os inquiridos remetem na sua grande maioria para a dimensão relacional e afetiva. A existência de afetos, confiança e a capacidade de reconhecer o erro são as três características mais relevantes. Os jovens demonstraram dificuldade em identificar características menos positivas sendo os reparos feitos (como por exemplo, “comichosos”, “chatos”) associados à preocupação do educador pelo seu bem-estar: o defeito é diluído pela razão que está na sua origem. Surge novamente o fator temporal, sendo que a falta de tempo é considerada como um defeito, embora da profissão e não do educador social.

Ao nível da qualidade da relação mantida com o educador esta é considerada por todos como positiva. Um aspeto que se pode verificar é a importância que o tempo tem como fator indelével da relação. A **relação** precisa de tempo para se construir e **mantém-se em constante evolução**.

Relativamente ao impacto que o educador teve, ou tem, no desenvolvimento pessoal dos jovens, este é avaliado essencialmente através da orientação e modelação de comportamentos e da função de substituto parental.

No que concerne as características do educador social ideal, também elas são quase na totalidade passíveis de enquadrar numa dimensão relacional: transmite confiança, disponível, comunicativo, afetuoso, preocupado, empático.

Com a leitura das entrevistas na íntegra observa-se que os jovens reconhecem a necessidade da existência de regras e veem no educador uma pessoa significativa com quem mantêm uma relação de proximidade, relação esta que é dinâmica e evolui ao longo do tempo que passam juntos. O estabelecimento de uma relação positiva permite ao educador capacitar os jovens, através do exemplo e do reforço positivo potenciando o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões (social, pessoal, emocional).

Uma característica do estudo de caso é o de assentar numa amostra de conveniência. Deste modo, a generalização das conclusões não é possível. No entanto, e considerando a pertinência dos resultados, especialmente no que se refere ao papel atribuído ao educador social na sua função em substituto parental, propõe-se novo estudo, que abranja o maior número de jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude e de técnicos, e o maior número de instituições possível, para responder à seguinte pergunta:

Qual a importância da função de substituto parental, desempenhada pelo educador social a trabalhar em contexto de acolhimento residencial?

5 Bibliografia

AIEJI (2014). *The profession of Social Education in Europe – comparative survey*. Disponível em <http://www.eduso.net/res/pdf/19/tprofeseu.pdf>

Algarra, J.L. (2017, Dezembro). *Como educar os pais?*. Sessão de trabalho que teve lugar na Associação de Ciclismo de Santarém. Alpiarça.

Azevedo, S., Correia, F. (2103). A Educação Social em Portugal: evolução da identidade profissional. *RES – Revista de Educación Social*, 17. Disponível em http://www.eduso.net/res/pdf/17/asport_res_17.pdf

Azevedo, S., Correia, F., Delgado, P. & Martins, T. (2014) A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas Educação*, 3 (1), 113-124.

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a Contexto f Human Development: research perspectives. *Developmental Psychology*, 22 (6), p.723-742

Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1999). The Bioecological Model of Human Development. **In** Damon, W. & Lerner, R.M. *Handbook of Child Psychology, Volume 1*, p. 793-828.

Canastra, F. & Malheiro, M. (2009). O papel do educador social no quadro das novas mediações socieducativas. **In** Almeida, L, Lozano, A.B. & Silva (Org). *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2024-2033.

Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da Educação À Intervenção Social, 1º volume*. Porto: Porto Editora.

Cavalcante, L.I.C & Corrêa, L.S. (2012). Perfil e Trajetória de Educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42 (146), 494-517.

Charles, M. & Wilton, J. (2004). Creativity and Constraint in Child Welfare. **In** Buttlar, S & Lymbery, M (ed). *Social work ideals & Practice realities*. New York: Pallgrave McMillan, 179-199.

Coelho, L. & Pisony, S. (2012). Vygostky: sua teoria e a influência na educação. *Revista e-Ped – Facos/CNEC Osório*, 2 (1), p.144-152.

Cofferri, F.F. & Nogaro, A. (2010). Competências do Pedagogo como Educador Social – Promovendo o Desenvolvimento Psicossocial do ser humano. *Perspectiva*, 34 (128), 7-21.

Dell’Aglia, D.D. & Siqueira, A.C. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, 18 (1), 71-80.

Diaz, A.S. (2006). Uma Aproximação à Pedagogia. *Revista Lusófona de Educação*, 7, p.91-104.

Domingues, R., Carapeto, M.J., Veiga, G. (2018). Vinculação e Desajustamento Emocional em Adolescentes. In Candeias (Ed.), *Multiple Approches to the Study ans Intervention in Stress*, Évora, Setembro 2018 (p.67-78). Évora: FCT.

Fabbri, M (2018). Il dono in prospettiva filogenética. *MeTis. Mondi educativi.Temi, indagini, suggestioni*, 8 (1), p.1-17.

Ferreira, A.G. (2000). *Gerar, Criar, Educar – A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto

Freire-Ribeiro, I., Queirós, T. & Ribeiro (2009). A construção do conceito de educador social em contextos variados de intervenção. In Silva, M.C: & al, *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto, Volume III*. Centro de Investigação em Ciências Sociais (ed), Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 258-267.

Grzybovki, D. & Mozzato, A.R. (2011). Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *RAC*, 5 (4), 731-747. Consultado a 10 de set. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>

Hämäläinen, J. (2003). The concept of social pedagogy in the field of Social Work. *Journal of Social Work*, 3 (1), 69-30.

Instituto de Segurança Social, I.P. (2019). *CASA 2018 – Relatório de Caracterização Anual da Aituação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/16662972/Relat%C3%B3rio_CASA2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-f1cebcc6498e

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. Diário da República n.º 204/99 - I Série A. Lisboa.

Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro. Diário da República n.º 175/2015 – I Série A. Lisboa

Lei n.º 26/2018 de 5 de julho. Diário da República n.º 128/2015 – I Série A. Lisboa

Lima, M.L.P. (2018). *Nós e os outros, o poder dos laços sociais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Martins, E.C. (2002). A Acção Educativa do P.e Américo como Educador de Rua. *Espaço S: revista de educação social*, 4, p.7-18. Consultado a 04 de set. 2019. Disponível em https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/832/1/EM_%20Espa%C3%A7o%20S_n%C2%BA%204.pdf

Martins, E.C. (2013). A Pedagogia social/Educação social nos meandros da comunidade da escola. *EducareEducere*, XV (1), 5-24.

Montano, T (s.d.) (coord.). Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de situações de Maus-Tratos ou outras situações de Perigo.

Moreira, M. (2018). Mão que protege, corações que acolhem – o acolhimento de crianças e jovens em Portugal. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Consultado a 02 de set. 2019. Disponível em <https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22942/1/Marisa%20Susana%20Oliveira%20Moreira.pdf>

Millar, D. (2014). Acolhimento residencial de crianças, a profissão impossível. In Mendes, T. & Santos, P. (Orgs). *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa: Climepsi Editores, 37-47.

Natali, P.M. & Paula, E.M.A.T. (2008). Educadores sociais atuantes nas ONGs reflexões sobre a formação profissional. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR

Nogueira-Martins, M.C.F & Bógus, C.M. (2004). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e Sociedade*, 13 (3), 47-57. Consultado a 20 set. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/06.pdf>

Neto, J.C.S. (2012). O compromisso ético do Educador Social. *Revista Lusófona de Educação*, 22, 55-67.

Oliveira, M. (2015). O Sucesso Escolar em instituições de acolhimento para crianças e jovens em risco. Dissertação de Mestrado Ciências da Educação – Especialização em

Educação e Desenvolvimento Comunitário. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Oña, J.M. (2003). El educador de calle: una persona al encuentro de los excluidos. *BARBECHO, Revista de Reflexión Sociopedagógica*. 2, p.25-30.

Oña, J.M. (2005). El educador Social y la infancia. *Revista de Educación Social*, 4. Consultado a 18 de Março de 2020. Disponível em <http://www.eduso.net/res/?b=7&c=64&n=177>

Peloso, F.C. (2013, Setembro). *Infância e crianças: contribuições da teoria histórico-cultural de Vygostsky para compreender a criança como sujeito histórico e social*. Apresentado no XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba.

Ramião, T.D. (2006). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – anotada e comentada (4ª edição)*. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.

Rech, S.R.(2017). Contributo da Pesquisa Qualitativa para a Consolidação Disciplinar dos Estudos de Tendências: processo, perspectivas e corpus. *Convergências - Revista de Investigação e Ensino das Artes*, VOL X (19). Consultado a 20 set. 2019. Disponível em URL: <http://convergencias.ipcb.pt>

Rodrigues, S. (2018). *Vinculação na Infância e Desenvolvimento Adulto: Estudo das relações entre Memórias de Infância, Bem-estar Subjetivo, Depressão, Stress e Ansiedade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação. Faculdade

Samagaio, F. (2006). A educação social e a investigação: algumas generalidades em torno de um perfil profissional. *Cadernos de Estudo*. 3, p.17-23. Consultado a 26 Jun. 2019. Disponível em [www. http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/879/2/Cad_3EducacaoSocialPerfil.pdf](http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/879/2/Cad_3EducacaoSocialPerfil.pdf)

Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalizações e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Desenvolvimento Social. Universidade de Coimbra.

Santos, M. & Bastos, A. (2002). Padrões de Interação entre Adolescentes e Educadores num Espaço Institucional: Resignificando Trajetórias de Risco. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Volume, 15(1), 45-52.

Serapicos, A.M., Samagaio, F. & Trevisan, G. (2011). Constructing and (re)constructing professional identities: na analysis on Portuguese social Educators. *European Journal of Social Education*, 20/21, 25-34.

Silva, I. (2019). *Características de Empatia, Psicopatologia, e Vinculação em adolescentes com medida de acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais. Universidade do Algarve. Consultado a 02 de Abril de 2020. Disponível em https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/13675/1/TESE%2bINE_S%2bSILVA%2bFINAL.pdf

Silva, G.H (2009). Educador Social: uma identidade a caminho da profissionalização. *Educação e Pesquisa*, 35 (3), 479-493.

Sousa, C. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. Consultado a 23 de agosto de 2019. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71894/2/28384.pdf>

Stapley, L. (2014). Conhecer a criança e desenvolver uma relação. In Mendes, T. & Santos, P. (orgs). *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa: Climepsi Editores. p.73-90

Stochero, A.D. & Nilson, L.L. (2015). Uso de mapas conceituais como avaliação de aprendizagem. In *Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar*. Instituto Federal Farroupilha – campus Santo Ângelo, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Consultado a 20 set. 2019. Disponível em <http://eventos.ifc.edu.br/micti/wp-content/uploads/sites/5/2015/10/USO-DE-MAPAS-CONCEITUAIS-COMO-AVALIA%C3%87%C3%83O-DE-APRENDIZAGEM.pdf>

The Children’s Homes (England) Regulations 2015, *Statutory Instruments 2015*, nº541

Thompson, N. (2009). *Understanding Social Work*. New York: Palgrave MacMillan

Timóteo, I (2013). A evolução da educação social: perspectivas e desafios contemporâneos. *Praxis Educare – Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social*, 1, p.12-17.

Tomé, M. (2018). A questão da Infância em Portugal. *Coleção Formação Contínua - Centro de Estudos Judiciários*. Nov., p.9-23.

Trotter, C. (2015). *Working with involuntary clientes, a guide to practice*. New York: Routledge

Van IJzendoorn, M.H. (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo socioemocional e desenvolvimental do comportamento anti-social. In Fonseca, A.C. (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família, uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.

Ventura, M.M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Rev SOCERJ*, 20(5), 383-386. Consultado a 20 Set. 2019. Disponível em http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf

ANEXOS

ANEXO I

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

Exmo Sr. Presidente do Conselho de Administração
da Fundação António Silva Leal

O meu nome é Rolando Gaspar e desempenho as funções de Educador Social no Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria desde 2008.

Iniciei no ano de 2014 o Mestrado em Ciências da Educação (Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário) estando neste momento a iniciar a preparação para a tese.

A trabalhar com jovens há mais de 10 anos pretendo, com a elaboração da tese, poder obter elementos que me permitam melhorar o meu desempenho enquanto profissional. Por esse motivo, venho pedir autorização para efetuar entrevistas anónimas a alguns dos nossos jovens acolhidos para saber qual a sua perspetiva acerca das funções desempenhadas por um educador social, em particular em contexto de acolhimento; pretendo com isto obter um feedback dos jovens e quem sabe, encontrar alternativas para poder intervir junto deles de forma mais específica e conseguida.

Para não correr o risco de enviesar as respostas dadas, as entrevistas não serão efetuadas por mim, mas por alguém exterior à instituição, e por isso posso garantir que não iria de todo influenciar no desempenho das minhas funções.

Reforço mais uma vez que nas entrevistas não será abordado o funcionamento/dinâmica da instituição mas apenas a forma como os jovens encaram o papel do educador social e as funções que desempenha.

A questão da confidencialidade dos dados dos jovens também será salvaguardada, uma vez que não irão ser abordados aspetos relativos à sua situação familiar e/ou às condições de acolhimento na instituição, não sendo esse o âmbito do estudo.

Tratando-se de um estudo na primeira pessoa, e que pretende, em última análise fazer uma autorreflexão sobre a minha prática enquanto educador social (tendo por base a perspetiva dos jovens) gostaria de poder identificar a instituição e fazer uma breve caracterização estatística da população com quem trabalhamos e uma categorização das problemáticas que levam ao seu acolhimento e que mantêm enquanto cá permanecem. Poderei, caso considerem necessário, enviar cópia da entrevista a realizar e também apresentar os dados recolhidos numa fase anterior à entrega da tese de forma a verificarem que não haverá exposição indesejada da instituição para o exterior.

Grato pela atenção dispensada, encontro-me disponível para o esclarecimento adicional que considerem necessário.

Aguardo resposta através do e-mail gaspar.rolando@gmail.com ou do número 918729622.

Com os melhores cumprimentos,



Rolando Gaspar

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO



Autorização para Colaboração em Investigação

Na sequência do pedido efetuado por Rolando Mário Gomes Gaspar para a realização de entrevistas anónimas aos jovens acolhidos no Colégio D. Dinis – Fundação António Silva Leal, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação (Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário) serve a presente para autorizar a realização das mesmas.

Tendo em conta que o Sr. Rolando Gaspar desempenha funções de Educador Social nesta instituição, solicita-se a salvaguarda dos seguintes pontos:

- Confidencialidade dos dados e da identidade dos jovens
- Realização das entrevistas e demais procedimentos em horário extra-laboral
- A não influência ou interferência da realização deste trabalho com as suas funções como Educador Social da instituição
- Limitar a investigação aos objetivos específicos a que se propôs ou seja, o “*papel do educador social e as funções que desempenha*” segundo a perspectiva dos jovens e não ao funcionamento / dinâmica da instituição
- Apresentação prévia da entrevista à Direção para validação
- Apresentação dos dados e da tese final à Direção
- Salvaguarda da imagem e dos valores pelos quais se rege a Fundação António Silva Leal de forma a salvaguardar exposição indesejada

Diretora Técnica


Fundação António Silva Leal
NIPC: 502 904 879

ANEXO III –
GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Guião de Entrevista Semi-Estruturada

OBJETIVO	Perguntas
<p>OBJETIVO 1- Perceber de que forma é definida a profissão de Educador Social pelas crianças/jovens acolhidas.</p>	<p>O que é para ti um educador social?</p> <p>Consideras importante a existência do educador(es) sociais nas instituições de acolhimento? Porquê?</p> <p>Qual o papel do(a) educador(a) social na tua instituição? Que funções desempenha?</p> <p>As tarefas desempenhadas pelos educadores sociais nas instituições em que já estiveste acolhido eram as mesmas? Se não, quais as diferenças?</p> <p>De todas as tarefas desempenhadas pelo(a) educador(a), qual consideras ser a mais importante, e porquê?</p> <p>Imagina que te era dada a possibilidade de definir/escolher as tarefas do educador(a) social na instituição onde te encontras acolhido. Como o farias?</p>
<p>OBJETIVO 2: Perceber, de entre as características pessoais e sociais apresentadas pelos seus educadores sociais, quais as mais e as menos importantes para as crianças/jovens acolhidas.</p>	<p>No que toca às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades? E defeitos?</p>
<p>OBJETIVO 3: Compreender como percebem a relação com os seus educadores sociais.</p>	<p>Consideras que a relação que se cria entre o(a) educador(a) e os jovens acolhidos é importante? Porquê?</p> <p>Achas que o(a) educador(a) social da tua instituição teve/tem algum impacto positivo no teu crescimento enquanto pessoa? Explica porquê.</p>
<p>OBJETIVO SECUNDARIO: caracterização do “educador ideal”</p>	<p>Se pudesses “desenhar” o(a) educador(a) social ideal/perfeito enquanto pessoa, como o farias? (4/5 características)</p>

ANEXO IV –
DECLARAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS

Declaração de Consentimento

Eu, Rolando Mário Gomes Gaspar, aluno do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, pretendo aplicar-lhe um inquérito por entrevista para a concretização da minha dissertação que pretende estudar a perceção que os jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude têm do Educador Social. Neste sentido, solicito o seu consentimento para fazer parte deste trabalho de investigação.

Mais informo que os dados recolhidos serão tratados e divulgados com carácter de anonimato. O inquérito por entrevista será em formato áudio e com a possibilidade de registo de notas.

Eu, Rolando Mário Gomes Gaspar, portador do cartão de cidadão n.º 11 45 16 34 0 ZY2, declaro que me comprometo ao devido sigilo perante os dados recolhidos através dos inquéritos por entrevista junto da instituição de acolhimento_____. Tal como me comprometo a eliminar as gravações se o assim entenderem.

O Aluno

Data:

____/____/____

(Rolando Gaspar)

Eu, _____portador(a) do cartão cidadão n.º _____ declaro participar de livre vontade no trabalho de investigação que pretende estudar a perceção que os jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude têm do Educador Social. Mais declaro ter recebido a informação prévia e esclarecedora acerca dos procedimentos a serem assumidos pelo estudante na aplicação do inquéritos por entrevista.

Solicito que as gravações _____ eliminadas no final do trabalho.

O/A Entrevistado(a)

Data:

____/____/____

ANEXO V
TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Transcrição Entrevista ENT1

Observações

Data: 05.06.2019

Hora: 19H07

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 6 min 39'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT1: Há quase 8 anos.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT1: Não.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT1: O educador Social acho que trata de tudo o que tem haver com a escola. Educador social, porque depois temos a educadora da saúde e a assistente... depois a Sara* tem mais as cenas haver com a família e assim. Mas o Rolando, que é o nosso educador foca-se mais na escola e assim...

E: Ok, eles estão divididos, cada um desempenha... para que vos possam acompanhar. Neste caso o Rolando faz a a educação.

ENT1: Isso.

De todas as tarefas desempenhadas pelo educador, quais consideras ser a mais importante? E porquê?

Humm...

Aquela que tu pensas que não faria sentido existir o educador se não fizesse aquilo?

Faz o nosso acompanhamento na escola. Tudo o que tenha haver com os ensinamentos e assim... De escola... e ele também trata das cenas do desporto, porque eu por exemplo ando no futebol e ele também trata disso e assim...

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades?

Eu com o Rolando falo de tudo. Se calhar tenho mais confiança para falar com o Rolando em relação a tudo do que com o meu irmão. Não porque tipo... tenho uma boa relação com o meu irmão, mas, não sei... é como falar com uma pessoa de fora, não é?... é como estares a falar com os teus pais sobre a tua vida sexual ou assim... eu acho que tem mais, mais ... porque tipo, sinto-me mais (*à vontade*) com o Rolando do que provavelmente com o meu irmão.

E: Então referes aí à vontade dele, a qualidade que ele tem...

ENT1: É transmitir bué confiança.

E defeitos? Ou algo menos positivo?

ENT1: Defeitos? Dele, em específico? Às vezes chega atrasado.

E: é atrasado?

ENT1: É atrasado no sentido de chegar atrasado... é um pouco.

E: É algo menos positivo?

ENT1: Acho que sim.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

Muito boa. Temos bué confiança uns com os outros. Eu com eles.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT1: Educador social, tipo eles aqui não... eu com o Rolando, por exemplo, não tenho muito tempo para estar com ele e assim... não é o educador social... se calhar um rapaz de fora e assim pensa que é uma pessoa que está sempre connosco, a educar-nos e assim, mas não. Connosco quem estão são os monitores e assim... eles é

que nos ensinam as cenas, passam mais tempo connosco... mas... por isso o educador social para mim é aquele que trata das coisas da vida mas não estando muito em contacto connosco.

E: ok, trata do aspeto papel, não é?

ENT1: ya, mais...

E: Menos humano?

ENT1: Mais profissional se calhar.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT1: Muito! Pilar... pilar de tudo o que tenha haver connosco.

E: Eles são diferentes... portanto tens os monitores, tens quem faça a comida e quem trate das coisas, não faz sentido não existir?

ENT1: Não, não faz sentido. Não faz sentido não existir um educador social numa instituição. No meu ponto de vista não.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT1: Eu não mudava nada, mas... percebes? Como disse era tratar das minhas cenas da escola, futebol e assim... oh pá, acho que não mudava nada. Se calhar mudava o facto de poder estar mais tempo com ele, tipo... poder... não sei explicar.

E: passar mais tempo com vocês, menos com o papel, menos a tratar dessas coisas, não é? E acrescentavas algumas tarefas, algumas coisas que vejas que está em falta ou...?

ENT1: Não, eu acho que sim, acho que faz tudo o que é preciso.

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, como pessoa, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT1: Mas características físicas?

E: Imagina, se eu estiver a estudar para educadora social: Tu tens que ter estas determinadas características ou... o perfeito mesmo. A gente olha para um professor... um professor tem que ser paciente, compreensivo...

ENT1: Oh pá, eu acho que, que seja brincalhão connosco, que nos dê muita confiança acima de tudo, que faça-nos sentir que podemos falar com eles em relação a tudo, à vontade....

E: São as características mais importantes para ti, ou seja, comunicativos, que transmita confiança, à vontade e disponibilidade?

ENT1: Disponibilidade também.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT1: Sim. Sim porque tipo, nós passamos aqui a maior parte da nossa vida... da nossa vida, do ... sim, do tempo que estamos aqui... pronto, sim, claro que é importante ter uma relação com eles boa. Muito importante até, para nos sentirmos em casa

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT1: Sim, todos os meus erros e assim, que eu cometo no dia à dia e assim, ele corrigi-os e eu aprendo com o que ele fala, e o que ele diz... e mesmo agora vou decidir para que é que vou no 10º ano, ele ajudou-me a escolher e isso é importante para mim.

E: é esse o impacto, mais sobretudo na tua evolução escolar?

ENT1: Sim.

Transcrição Entrevista ENT2

Observações

Data: 03.06.2019

Hora: 19H41

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 7 min. 42'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT2: Não sei ao certo, mas acho que uns cinco anos... sete.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT2: Tive no centro de acolhimento de ██████████

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT2: Trata da escola. Trata de assuntos tipo médicos, comunicação. Trata disso, do futebol, do futsal... é dos desportos.

E: As tarefas que ele desempenha e desempenhadas pelos educadores sociais nas instituições onde já estiveste acolhido, eram as mesmas?

ENT2: Não.

E: Então qual é a diferença?

ENT2: Quer dizer, sim, porque todos tentam fazer o mesmo desempenho. Uns melhores que outros, mas sim.

E: E assim, lembraste de alguma tarefas em que dizes é pá isto é diferente aqui do que era na outra casa?

ENT2: Não.

E: Nada em específico?

ENT2: Não.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, qual consideras ser a mais importante? E pensando bem, de tudo aquilo que eles fazem, qual é aquela que te parece assim mais importante?

ENT2: É o bem-estar e a saúde.

E: Porquê?

ENT2: Porque... simplesmente eles é que lavam a roupa, dão-nos a comida e isso tudo...

E: E na saúde, o que é que eles fazem?

ENT2: Tipo, fazem tipo o melhor... tipo, aleijam-se, se for preciso ir para o hospital eles não se importam e ficam uma noite, duas...

E: Com vocês? Passam o tempo, ou seja, tu agora vais jogar ali, cais, eles agarraram em ti e siga, vamos para o hospital?

ENT2: Não se for uma coisa pequena...

E: Se for uma coisa grave sim, não é?

ENT2: Sim, como por exemplo partir uma perna... eles se calhar até vêm de propósito de casa para vir.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades? Pensa nos educadores que tens aqui, qual é a melhor qualidade que eles têm?

Só sei alguns... O Rolando é divertido, a Sara* resinga, resinga, mas pronto, é para nosso bem; a Salomé, pronto a Salomé não tenho muito a dizer mas pronto, tipo ela... quando tipo ela falha em alguma coisa ela vai logo... é, a Paula* e a Salomé*, sempre que prometem uma coisa e ou se esqueceram... prontos, elas vão tentar remendar isso.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo

Não. Nada.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT2: Sei lá... não sei.

E: Assim numa escala de 1 a 10

ENT2: Não sei, não sei... vá... 7.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT2: Para mim não há grande diferença...

E: Em relação por exemplo, às outras pessoas que tens aqui na instituição... por exemplo, quem faz a comida. Há diferença entre essas funções.

ENT2: Não convivemos muito com as da cozinha, mas... está certo, o resto está bom.

E: Se tu pensares naquilo... imagina, tu pensas na pessoa da comida, neste caso a cozinheira, tu dizes, o cozinheiro é a pessoa que prepara a comida, se tu fizeres o mesmo com... ou por exemplo um treinador. Um treinador é aquele que prepara os jogadores para o futebol. E se tu fosses descrever também um educador, o educador é quem?

ENT2: O que nos prepara para a vida lá fora.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT2: É.

E: Porquê?

ENT2: Porque eles é que estão a tentar nos mostrar o que é a vida lá fora. Que é para quando sairmos daqui estamos preparados para sair.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT2: Eu deixava tal e qual como está.

E: Não mudavas nada?

ENT2: Não!

E: Nem acrescentavas nada? Não achas assim nada que eles pudessem fazer que não fazem atualmente?

ENT2: Não.

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT2: Nenhuma! Igual.

E: Nada assim de... isto é o educador perfeito?

ENT2: Não.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT2: Sim.

E: Porquê?

ENT2: Porque assim... prontos, eu não sei explicar mesmo, mas é importante.

E: Talvez para que haja confiança?

ENT2: Sim. Eles têm confiança em nós e nós temos confiança neles...

E: São sempre um amigo ali, não é?! Qualquer que tu não saibas ou não estejas preparado, é a primeira pessoa com quem vais ter quando tens dificuldades?

ENT2: Às vezes.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT2: Sim, porque se não fosse eles, não tinha chegado até aqui. Eles estão a fazer o papel de pai e mãe enquanto nós estamos aqui. E estão-nos a ensinar, porque se não fosse eles, muitos daqui estavam a viver no olho da rua.

Transcrição Entrevista ENT3

Observações

Data: 03.06.2019

Hora: 19H49

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 5 min 25'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT3: Há uns mesitos, tipo 4...5.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT3: Em [REDACTED], dois anos.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT3: Tomar conta de nós, pôr-nos regras e educação.

E: As tarefas que eles desempenham nas instituições em que já estiveste, eram as mesmas?

ENT3: Não.

E: então quais, havia diferenças, lembras-te de alguma?

ENT3: Nós lá tínhamos mais liberdade do que aqui.

E: Então havia menos controle. Aqui são mais restritos?

ENT3: Não, lá também eram coisas, mas...

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, quais consideras ser a mais importante? E porquê?

ENT3: Termos respeito.

E: Não, isso também é importante, mas daquilo que eles desempenham qual é a tarefa que te...

ENT3: Ser nossos amigos

E: Porquê?

ENT3: Porque assim vamos ter mais confiança.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades?

ENT3: Uns é futebol, outros é mais para conversar...

E: São todos diferentes?

ENT3: Ya.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo?

ENT3: São bué comichosos

E: Em que sentido?

ENT3: tipo embirram por tudo.

E: Lembraste de algum exemplo?

ENT3: Tipo... vai fazer a cama

E: Ah... tarefas. São esses os defeitos que tu te lembras?

ENT3: Ya.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT3: Fixe.

E: É boa a relação?

ENT3: Sim está fixe.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT3: Uma pessoa que educa as pessoas...para mim?

E: Quando tu pensas no educador social...

ENT3: Tipo uma pessoa que faz-nos, prai de segundo ou terceiro pai, sei lá.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT3: Sim.

E: Porquê?

ENT3: Oh, porque... ou se não, quem é que tomava conta de nós?!

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT3: Eu dizia para eles só jogarem e só terem mais convivência com os utentes.

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, como pessoa, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT3: Sei lá... tipo, todos gostam de desportos, todos gostam de futebol...

E: alguém vocacionado para o desporto? Se pensasses no educador social perfeito ... então quando tu imaginas assim um educador perfeito para ti tinha que ter qualidades desportivas)

ENT3: Ya.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT3: Sim.

E: Porquê?

ENT3: Por ter sempre comunicação, basicamente isso. E acho que a comunicação é boa para a vida.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT3: Tem!

Porquê ou em como?

ENT3: Tipo, quando o meu pais não está cá é ele que faz tipo de pai vá... basicamente, sim, pai. Então, tipo, eles é que nos vão ajudar para a vida se nós quisermos, se não quisermos... não nos ajudam.

Transcrição Entrevista ENT4

Observações

Data: 04.06.2019

Hora: 20H13

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 9 min 54'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT4: Quase 8.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT4: Não.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT4: Papel em relação à escola, ao meio profissional (...). Tenta-nos sempre orientar nas questões escolares, profissionais e também em questões emocionais, vêm sempre falar connosco, é importante. Atividades também, é ele que organiza muitas delas.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, qual consideras ser a mais importante? E porquê?

ENT4: Meio escolar

E: Porquê?

ENT4: Porque... a mim não tanto, mas aos mais pequenos é importante porque eles não conseguem se orientar sozinhos, precisam de alguém que tenha essa função.

E: Claro... ir à escola, que acompanhe...

ENT4: Sim, que tente dar o mínimo de apoio. Por exemplo, o meu irmão está com 16, deve estar no 9ºano, ele ainda não sabe o que é que ele vai querer seguir e acho

que isso... que o papel do educador vai ser tentar também encaminhá-lo para o que ele quer, orientá-lo...

E: Mostrar as alternativas?

ENT4: Sim.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades?

ENT4: Eles são muito pegados a nós... pelo menos eu sinto isso porque também já estou aqui há bastante tempo e já criei... nós criamos grande afeto uns pelos outros. Acho que é isso. São muito pegados... eu sinto.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo

ENT4: Algo menos positivo é que... não é uma questão de não ser positivo... é... não dá para tudo. Porque é, são bastantes miúdos e não dá... às vezes nós precisamos, em certos assuntos de mais apoio e ele não consegue dar tanto porque tem mais garotos e precisa dar também a outros que precisam mais. Acho que é isso.

E: Então dirias a falta de tempo para todos.

ENT4: Se calhar, sim. E também há outros assuntos que claro que têm de ser tratados e...

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT4: Bom. Ótima.

E: Nada a apontar?

ENT4: Não, acho que não. Eles dão-me na cabeça quando têm de dar... eu também dou na cabeça deles quando tem de ser. Não tenho nada a apontar.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

Isso é uma pergunta difícil...

E: Se fores a pensar assim a nível de profissão, como é que descreverias? Se tivesses aqui a aconselhar o teu irmão a seguir educação social, o que é que tu colocarias à frente? Olha, queres ser educador social, tens que fazer isto...

ENT4: Eh pá, é tentar apoiar... conforme... neste espaço é mesmo apoiar os utentes, tentar encaminhá-los para o melhor, tentar educá-los, educar porque os educadores sociais aqui, pelo menos, estão a fazer o papel de pais, talvez. É... escola, como profissão, como outro espaço qualquer... não sei se me estou a fazer entender. Estão a fazer o papel de pais e de mãe, o que seja, tentar orientar tentar fazer com que, pronto, neste meio é muito fácil perder-se por várias razões... tentar não chegar a esse ponto. Acho que é isso.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT4: Sim.

E: Porquê?

ENT4: Pelo mesmo. Pelo que eu disse, respondi, pela resposta anterior. Sem o papel deles o utente pode não se sentir orientado para o que quer e muitas vezes não educado da maneira certa.

E: É diferente ter alguém, pra além de ter alguém que faz a comida, o monitor...?

ENT4: Sim.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT4: Eu nem sei que tarefas é que eles têm que fazer. Sei algumas

E: O que vês, não é?

ENT4: Sim, mas sei que são bastantes. Sei lá... não sei.

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, como pessoa, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT4: Não sei. Eh pá, eu acho que isso... não há uma pessoa perfeita, por isso não... é perfeito se conseguir atingir todos os objetivos que ele tinha planeado no seu trabalho ou durante o dia, ou durante o mês, ou mesmo durante o seu tempo profissional, durante o tempo que exerceu...

E: Que está a exercer as funções?

ENT4: Sim.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT4: É, sim! É muito importante, sim.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT4: Tem!

E:Porquê?

ENT4: Então porque foi ele que me ajudou bastante... é como... como é que vou explicar... eu tenho os meus pais, certo?! Mas não foram eles que me ensinaram muita coisa que eu aprendi! Não só com o educador, mas falo disto tudo. No caso do educador foi ele que tratou sempre da minha situação escolar, tentou sempre me ajudar para eu conseguir um trabalho, tentou sempre aconselhar para não seguir maus caminhos e criei uma grande empatia com ele também.

Transcrição Entrevista ENT5

Observações

Data: 04.06.2019

Hora: 20H44

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 16 min 45'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT5: 5

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT5: Não.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT5: O educador... nós temos um educador e uma educadora. O educador, antes era sozinho, ele tratava... não, ele agora trata só a parte da educação, escola, fala com os professores, trata da área da educação. Depois temos outra educadora que é a parte da saúde. Estamos doentes ou precisamos de ir às consultas, ela vai connosco

E: Alguém se aleija...

ENT5: Sim, se tiver cá, se não tiver vai os monitores, não é. Mas normalmente ligam para ela.

E: Está dividido, estão divididas as tarefas, portanto.

Sim.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, quais consideras ser a mais importante? E porquê?

ENT5: Ui!

E: É difícil?

ENT5: Eh pá, a que devia ser era o acompanhamento mas no meu caso não... quem me acompanhou mais foi os monitores que estão connosco 24h, não é, por isso... muitas vezes quando eu precisei, quem teve que me ajudar não foram os educadores nem equipa técnica, foi os monitores.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades?

ENT5: Que eu considero, as minhas ou as deles?

E: As dele?

ENT5: As que eles consideram as minhas?

E: Não, as que tu consideras deles, pensas nos teus educadores, as qualidades que tu achas... também vou questionar os defeitos está bem?

ENT5: Oh pá, o educador, ele é... oh pá, ajuda quando é preciso, ele é assim mas tens que apertar com ele, mas ponto... ele é bom amigo, ele sabe...sabe... oh pá, digamos acalmar as coisas quando uma pessoa está muito stressada, ele consegue falar contigo e se for preciso... por exemplo, no outro dia estive ali com um colega meu duas horas a falar com ele, que ele tava... não sei o que se passou, mas também não interessa... mas ele também é um bocadinho lentinho por isso o educador teve que estar ali sentado e tal. Se for preciso, se eu estivesse lá a ouvir era praticamente as duas horas a dizer o mesmo. Mas pronto, ele teve muita paciência.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo

ENT5: Ele... pronto é um defeito, ele é um bocado distraído, mas ele é muito inteligente também.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT5: Com os educadores... bem, com o meu educador eu já o conheço há mais tempo e ele também... na altura ele é que fazia as duas da saúde e da educação, por isso... ele na casa, da equipa técnica, dos daqui de baixo, é o que me dou melhor. Depois a outra, ela está cá há pouco tempo e também...

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT5: O educador social, pá, é alguém que tem que estar lá quando é preciso, orientar para termos um bom futuro e dar-nos na cabeça também quando é preciso.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT5: Sim.

E: Porquê?

ENT5: Por aquilo que disse anteriormente. A mesma coisa, não é. Se bem que aqui devia tar mais presentes. Já ouvi dizer que nas outras instituições eles trabalham ao fim de semana e não sei quê, e depois trocam.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT5: Ui, não quero entrar por aí.

E: Ou alguma tarefa que achas que está em falta ou que adicionavas todas as tarefas que quisessem?

ENT5: Assim nunca vais sair daqui, não porque isto aqui tá um bocado...

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, como pessoa, enquanto pessoa, como é que o farias?

ENT5: Não existe perfeito. Toda a gente tem defeitos.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT5: É.

E: É necessário que haja uma relação?

ENT5: É. Nestas casas é preciso sempre ter uma boa relação, não quer dizer que sempre se consiga, mesmo que muita gente saiu daqui e... eu, o meu caso gostava de

sair daqui a dizer que agradeço tudo o que fizeram comigo, que não consegui chegar onde cheguei se não tivesse vindo para aqui. Tinha conseguido, mas não era da mesma maneira.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT5: Teve!

E: Quando saíres e olhares para trás, agora quando olhas para trás, vês algo positivo?

ENT5: Vejo, vejo muita coisa positiva. Não quer dizer que eu não veja também as negativas, mas... eu gosto de pensar sempre positivo e vejo sempre as positivas.

Transcrição Entrevista ENT6

Observações

Data: 03.06.2019

Hora: 19H55

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 4 min 45'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT6: Desde 2013.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT6: Não, só nesta.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT6: Ajudar o pessoal, ir à escola ver as notas... várias coisas.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, quais consideras ser a mais importante? E porquê?

ENT6: É tudo.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades?

ENT6: Não sei muito bem.

E: Não?... não são chatos, responsáveis...

ENT6: São responsáveis.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo?

ENT6: Não.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT6: Normal.

E: Positiva ou mais ou menos?

ENT6: Positiva sim.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT6: Não sei ao certo.

E: Não sabes bem ao certo? Imagina... qual é a diferença ente o educador social e neste caso, por exemplo, vocês têm alguém que cozinha para vocês? Qual é a diferença? Se tu fores... o cozinheiro é alguém que cozinha, que prepara os alimentos. O educador social é alguém que...

ENT6: Prepara o jovem.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT6: Sim.

E: Porquê?

ENT6: Se eles não existissem, a gente também não era muito coiso. Como é que eu hei de dizer... não tínhamos assim tantas regalias como nós temos à pala deles.

E: Os teus colegas aqui, eles falam que ele é quase que um pai substituto, achas que sim ou é...

ENT6: Eu acho que sim.

E: Achas que sim, assumem as funções?

ENT6: Sim.

Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT6: Não sei ao certo.

E: Não sabes? Há alguma coisa que eles não façam ainda, que o educador tinha que ser mesmo aquilo, o educador. Que não faça numa instituição. Uma tarefas que achas que lhe faltam fazer... nada, não te lembras de nada?

ENT6: Não me lembro de nada.

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, como pessoa, enquanto pessoa... como é que o farias?

ENT6: (silêncio)

E: Assim algumas características que tu aches que... imagina, eu estou a estudar para educadora social, o que é que eu tenho que ser, o que é que eu preciso? Olha tu precisas disto, precisas ser isto ou... não tens assim um bom conselho?

ENT6: Eu não!

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT6: Sim, é importante.

E: Porquê?

ENT6: Não sei.

E: É importante que haja uma relação, que haja uma amizade?

ENT6: Sim!

E: Que haja confiança, não é?

ENT6: Claro!

Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT6: Sim.

E: Explica porquê.

ENT6: Ajudou-me em várias coisas. Melhorei muito, falava com ele, desabafava com ele.

E: Estás a estudar?

ENT6: Sim ainda estou a estudar

E: Gostas de estudar?

ENT6: Mais ou menos

E: Eles ajudam-te?

ENT6: Eu nunca me deixei ser ajudado, mas pronto.

E: Nunca deixaste... és orgulhoso?

ENT6: É.

Transcrição Entrevista ENT7

Observações

Data: 04.06.2019

Hora: 19H58

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 6 min 48'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT7: Há oito anos.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT7: Não, só nesta.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT7: Temos dois educadores, uma para a educação, que é mais para a escola e outro mais para a saúde. Cada um tem

E: Funções diferentes, não é?

ENT7: Sim.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, qual consideras ser a mais importante?

ENT7: Entre aspas, o papel de pai que ele faz para tentar, não é substituir, mas... pronto, tem mais ou menos o papel de pai.

E: Para ti é a mais importante?

ENT7: Para além de... tirando a papelada e isso tudo, o que eu acho mesmo importante é o papel de pai.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades?

ENT7: Perceber quando é que nós estamos mal ou bem.

E: É para ti que é a melhor?

ENT7: Sim.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo

ENT7: Pois, complicado! Não terem tanto tempo para falarem connosco como nós gostaríamos que eles tivessem. Acaba por não ser um defeito deles, mas um defeito do trabalho deles.

Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT7: Boa!

E: Boa, positiva?

ENT7: Sim.

O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT7: Dentro desta casa?

E: Ou mesmo como profissão...

ENT7: A substituição do pai e da mãe, da pessoa que nos supostamente devia ser mais próxima, mas que não estamos com ele por alguma razão.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

Claro.

E: Porquê?

ENT7: Porque já referi o papel importante que eles têm pra mim, que pronto... tou há oito anos nesta instituição, mas é mais por aí. Até porque os monitores que estão

na casa acabam por ser um bocado de educadores sociais, não tendo o mesmo, a mesma função, mas acabam por ter mais ou menos o mesmo papel.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido. Como é que farias?

ENT7: Tirava a papelada toda! Sim, porque tinham mais tempo para nós. Na minha opinião, o educador social tem de tar presente nas nossas vidas como um pai ou uma mãe estariam e um pai ou uma mãe não tinham que fazer um relatório de tudo o que acontecia connosco. Ou seja, devia ser uma relação mais pessoal e menos profissional. Pode ser complicado, não é, o educador também conseguir separar a vida pessoal da vida profissional! Eu compreendo isso tudo, mas para mim é mais...

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim ...algumas características?

ENT7: Não sei. Também com os educadores que tenho, também não conheço... tou cá há oitos anos, tou há mais tempo mas não passaram muitos educadores por esta casa. Por isso, para mim, os educadores perfeitos são os que estão na casa. Por isso, não...

E: Pronto, mas assim, imagina, se eu quisesse ser educadora social, três ou quatro características que achas que que devia ter?

ENT7: Saber nos ler bem. Meterem-se na nossa posição, ou tentar. E, perceber porque é que às vezes falhamos em função do nosso psicológico, talvez. Não sei se me fiz entender muito bem, ou seja, quando nós tamos cá há menos tempo é complicado, mas quando nós tamos cá a algum tempo os educadores vão nos conseguindo ler, entre aspas. Ou seja, para mim o educador tem de saber fazer isso.

E: Que também vem com a relação?

ENT7: Sim, com a relação e com o tempo de vivência com a pessoa.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT7: Claro!

E: Por isso mesmo, não é?

ENT7: Sim, até para nós conseguirmos perceber até onde é que podemos ir com o próprio educador.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT7: Claro!

E: Como é que explicas?

ENT7: Sempre que eu faço asneira ele vem me dar na cabeça e sempre que eu me porte bem ou que faça alguma coisa para a instituição ou para mim pessoalmente... quer dizer, eu faço para a instituição, mas contribui essencialmente para o meu crescimento e para os meus contactos, entre aspas. Pronto, eu acho que é mais por isso que ele... tá sempre em cima, mesmo com a papelada toda tá sempre em cima de nós. Sabe sempre quando nós fazemos asneira, sabe sempre quando nos portamos bem e eu acho que isso é o mais importante.

Transcrição Entrevista ENT8

Observações

Data: 04.06.2019

Hora: 19H50

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 5 min 01'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT8: 16

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT8: Sim.

E: Quantos anos?

ENT8: 8.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT8: Tratar dos assuntos pessoais dos utentes, cuidar dos utentes, dar educação e pouco mais, acho eu.

E: As tarefas que ele desempenha e desempenhadas pelos educadores sociais nas instituições onde já estiveste acolhido, eram as mesmas?

ENT8: Não, são as mesmas.

E: Não havia assim nada diferente?

ENT8: Não.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, qual consideras ser a mais importante? E pensando bem, de tudo aquilo que eles fazem, qual é aquela que te parece assim mais importante?

ENT8: Não sei.

E: Nada assim ...que achas que se eles não fizessem, que não fazia sentido...?

ENT8: (Silêncio)

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades? Pensa nos educadores que tens aqui, qual é a melhor qualidade que eles têm?

ENT8: Pra mim, sinceramente não sei.

E: Nada, assim nada. Não são antipáticos?

ENT8: (Silêncio)

E: E defeitos? Ou algo menos positivo?

ENT8: Não. Nada.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT8: Boa, é uma boa relação.

E: A crescer, ou...?

ENT8: A crescer, sim.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT8: É quem toma conta de nós basicamente, é quem vai às reuniões da escola, é quem nos dá educação, é quem nos ajuda no que nós precisamos.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT8: Sim.

E: Porquê?

ENT8: Porque se não fossem eles, basicamente nós... não é falar mal do trabalho dos monitores, mas basicamente não tínhamos tanto respeito e tanta educação... se ca-lhar, digo eu.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

E: Não mudavas nada?

ENT8: Não!

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT8: É uma boa questão.

E: Assim... se eu quiser ser educadora social, como é que tu achas que eu devia ser?

ENT8: Não sei.

E: Não? Chata, não posso ser chata?! Assim alguma característica que tu aches eh pá, é importante!... Por exemplo, em relação... uma cozinheira tem que ter jeito para a cozinha, o educador social tem que ter alguma coisa...

ENT8: Tem que ter comunicação com os utentes.

E: Comunicativo, portanto, é fundamental?

ENT8: Sim.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é im-portante?

ENT8: Sim.

E: Em que sentido?

ENT8: Em todos.

E: Se não houver relação...

ENT8: É como se não tivessem aqui a fazer nada.

E: É importante que haja...

Uma ligação entre nós.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT8: Não.

E: Porquê?

ENT8: Não sei, mas acho que não.

E: Olhando assim para o teu crescimento, 18, olhando assim para trás não vês assim algo positivo que tenham...?

ENT8: Não.

Observações

Data: 04.06.2019

Hora: 19H41

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 6 min 49'

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT9: Vai fazer sete anos.

E: No total? E aqui?

ENT9: Aqui seis.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

Em [REDACTED].

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT9: Cuidar de nós, tanto na escola como na parte da saúde.

E: Então, ou seja, vai á escola, vê as notas...?

ENT9: Vai a reuniões, notas, marca consultas, vai connosco

E: Um cuidador, não é?

ENT9: Sim.

E: As tarefas que ele desempenha e desempenhadas pelos educadores sociais nas instituições onde já estiveste acolhido, eram as mesmas?

ENT9: Não. Eu na outra não tinha muito bem um educador. Era o diretor e depois só havia as monitoras. Era o diretor que tratava disso.

E: Fazia os dois papeis?

ENT9: Sim.

De todas as tarefas desempenhadas pelo Educador, qual consideras ser a mais importante? E pensando bem, de tudo aquilo que eles fazem, qual é aquela que te parece assim mais importante?

São todas porque a parte da escola e a parte da saúde tem tudo haver com a nossa vida futura. É tudo importante.

(por exemplo, não há assim nenhuma que se destaque)

não.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades? Pensa nos educadores que tens aqui, qual é a melhor qualidade que eles têm?

ENT9: É passar bons momentos connosco de maneira que nós sejamos feliz e mimar-nos um bocado.

E: Mas assim pensando neles, por exemplo, qual é a tua melhor qualidade, tens alguma qualidade que tu achas que tu tenhas, assim boa?

ENT9: Não sei.

E: És simpático pronto, estou-te eu a dizer. Então e se tu pensas nos teus educadores, qual é a qualidade que cada um tem?

ENT9: Simpático, preocupado, alegre... é depende do contexto e depende também da nossa maneira de ser para com eles.

E: Da vossa reação em relação...

ENT9: Sim.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo?

ENT9: Defeitos... são chatos, fora isso não... não tem defeitos. É mesmo só serem chatinhos.

E: E porque é que achas que eles são chatos?

ENT9: Porque se preocupam.

(então não é bem um defeito, é um acréscimo)

ENT9: É, é um extra.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT9: Boa. Temos uma boa relação.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT9: Neste caso é como se fosse quase o nosso segundo pai, porque trata de nós, trata do nosso futuro e da nossa saúde.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT9: Sim.

E: porquê?

ENT9: Porque nem todos sabem fazer aquilo que o educador social faz. E há certos pontos e características nossas no dia a dia, nem toda a gente consegue notar isso. Só o educador social que passa mais tempo connosco e nos conhece melhor é que sabe disso.

E: Então, achas que o educador social é importante porque ele vai te conhecendo, não é, e consegue te ajudar naquilo...

ENT9: Que eu necessito.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT9: É as mesmas que ele tem. Acho que ele faz isso bem e não o imagino a fazer outra coisa agora.

E: Então imagina, não há alguma coisa que te lembres que está em falta ou que...?

ENT9: Não. Acho que ele faz de tudo um pouco, por isso...

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT9: Tava complicado porque eu não sei desenhar.

E: imaginar, compor... eu também não sei, não te preocupes.

ENT9: Sinceramente não sei, porque essas cenas de imaginar também não é comigo. Eu é viver o presente e tá bom.

E: Então imagina que eu quero ser educadora social, que conselhos é que tu me davas, para eu ser? Imagina, tens que ser chata, mais...?!

ENT9: É tentar ter uma boa relação com as crianças ou com as pessoas que tiveres a cuidar e preocupares-te com eles e mimá-los também um bocado.

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT9: Sim.

E: Porquê?

ENT9: Porque além das pessoas com quem convivemos no dia a dia, temos sempre ele ali disposto para falar de alguma coisa que nos preocupemos e mesmo de escola ou algum problema de saúde que tu não queiras dizer, mas que tá... ou mesmo problemas em casa que tão a afetar, ele tá sempre ali para falar e tá pronto a ouvir.

E: É importante que haja uma relação positiva?

ENT9: Sim e aberta.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT9: Teve, se não fosse ele, provavelmente não era o que era hoje, e não sei se tava a tirar o curso que eu tou a tirar e como eu gosto. (...)

E: então tu acreditas mesmo que daqui a uns anos, quando já estiveres fora daqui, que estas pessoas que te acompanharam, aquilo que tu és naquela altura ou que és hoje...

ENT9: Vou-me sempre lembrar delas.

Transcrição Entrevista ENT10

Observações

Data: 03.06.2019

Hora: 20H17

Local: Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria

Duração da entrevista: 5 min

E: Há quantos anos te encontras institucionalizado?

ENT10: 3.

E: Estiveste acolhido em alguma instituição antes?

ENT10: Não.

E: Qual é o papel do Educador Social na tua instituição? Que funções desempenha?

ENT10: Ir à escola, reuniões com os professores, ajudar-nos no que é preciso. Fazer atividades connosco, irmos dar uma volta... Na saúde é outra educadora... são dois, um é a escola e o outro é a saúde.

E: De todas as tarefas desempenhadas pelo educador, qual consideras ser a mais importante? E pensando bem, de tudo aquilo que eles fazem, qual é aquela que te parece assim mais importante?

ENT10: Ir à escola.

E: A educação. Porquê?

ENT10: Porque se não fosse eles nós poderíamos nem sequer ir à escola, não havia ninguém em cima de nós. A dar ordens, vá.

E: Então consideras que para ti a escola é a mais importante?

ENT10: Sim.

E: No que diz respeito às características pessoais dos educadores que te acompanham na instituição, quais são as suas melhores qualidades? Pensa nos educadores que tens aqui, qual é a melhor qualidade que eles têm?

ENT10: Contentes, felizes, ativos, fazem atividades connosco.

E: E defeitos? Ou algo menos positivo?

ENT10: Ah, defeitos não sei. Não há nada a apontar.

E: Como é que descreves a tua relação com os teus educadores?

ENT10: Boa.

E: O que é para ti um educador social? Se tivesses que explicar a profissão de um educador social...

ENT10: O educador social?

E: Sim, imagina, eu vou descrever uma profissão, um jornalista é quem faz umas perguntas e escreve uns textos, um professor é quem ensina. E o educador social?

ENT10: É quem tá a servir o papel dos pais, acho que é só.

E: Consideras importante a existência dos educadores sociais nas instituições de acolhimento?

ENT10: Hum hum

E: Porquê?

ENT10: Porque tem que haver alguém para nos ajudar no dia a dia. Para andarem em cima de nós na escola e para nos ajudarem também na saúde.

E: Imagina que te era dado a possibilidade de escolheres as tarefas do educador social na instituição onde estás acolhido, como é que farias?

ENT10: Aparecer cá nos fins de semana. Porque eles deviam cá vir nos fins de semana também.

E: Só estão presentes durante a semana. Para ti era importante, neste caso se pudesses escolher, vir aos fins de semana.

ENT10: Sim.

E: Se pudesses desenhar o educador social perfeito, enquanto pessoa, como é que o farias? Assim algumas características...

ENT10: Alegre, atento, prestável, responsável...

E: Consideras que a relação que se cria entre o educador e os jovens acolhidos é importante?

ENT10: Sim.

E: Porquê?

ENT10: Que é para podermos criar laços, vá assim dizendo, que é para substituir os papéis de mãe e pais, por exemplo.

E: Então é importante que haja uma boa relação?

ENT10: Sim.

E: Achas que o educador social da tua instituição teve ou tem algum impacto positivo no teu crescimento, enquanto pessoa?

ENT10: Sim.

E: Porquê? Ou se achas que vai ter? Ainda estás a crescer...

ENT10: Melhora-nos algumas características, faz-nos aprender coisas que nós não sabíamos a gerir o dia a dia. Não estou a ver mais nenhuma...